

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

Bárbara Rebeka Gomes de Lira

A DIFÍCIL VIDA FÁCIL:

O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus
(1890-1925)

Manaus
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

Bárbara Rebeka Gomes de Lira

A DIFÍCIL VIDA FÁCIL:

O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus
(1890-1925)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado em História), da Universidade Federal do Amazonas como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Cultura e Representações

Orientador: Prof. Dr. Antonio Emilio Morga

MANAUS
2014

Lira, B. R. G. **A Difícil Vida Fácil: O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado em História), da Universidade Federal do Amazonas como requisito à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Cultura e Representações.

Defendida e aprovada em ____/____/____ pela banca examinadora constituída pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Emilio Morga
Presidente - UFAM

Prof. Dr. Síval Carlos Melo Gonçalves
Membro - UFAM

Profa. Dra. Marlene de Fáveri
Membro Externo - UDESC

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva
1o. Suplente - UFPE

Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior
2o. Suplente - UFAM

MANAUS
2014

Ficha Catalográfica (Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

L Lira, Bárbara Rebeka Gomes de

68d

A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e as suas representações na cidade de Manaus (1890-1925) / Bárbara Rebeka Gomes de Lira. – Manaus, 2014.

114f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Emílio Morga

1. Prostituição 2. Prostituição feminina 3. Prostituição- Manaus

I. Morga, Antonio Emílio (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas II. Título

CDU 1997 392.65(811.3)(043.3)

Dedico

A todas as mulheres que trabalham no comércio sexual.

AGRADECIMENTOS

Grata ao Programa de Mestrado em História, ao Laboratório de Estudos em História Cultural (que se transformou em uma extensão da minha casa) e a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Ao professor Doutor Antonio Emilio Morga, meu querido orientador, que acreditou em mim e aceitou o pedido de orientação. Conduziu-me e me deixou livre para voar. Com paciência, mostrou-me a leveza do ofício de historiador e, mais do que uma parceria acadêmica, fui presenteada com um amigo leal, que me incentivou em todos os momentos e me passou suas experiências e sua paixão pela pesquisa histórica.

Aos professores do programa, cujas disciplinas me ajudaram na construção desse trabalho.

Aos professores Francisco Jorge dos Santos e Eloína Monteiro dos Santos pelas contribuições durante o exame de qualificação.

Agradeço à minha família, minha mãe Ana Suely (minha leitora assídua), minha irmã Raphaela e meu pai Marco Aurélio, que tentavam compreender cada instante de minha ausência, mas que não deixaram de acreditar em mim em momento algum e suportaram minhas crises de mal humor.

Ao grupo de debates “Marginália”, fundado em dezembro de 2012, sem formalidades e organização. São eles: Paula Dantas, Rafaela Bastos, Caio Giulliano, Maurício Medeiros e Ygor Yukihiro. Sem vocês eu não conseguiria! Resgataram-me para o gozo da experiência, da vivência dos momentos mais simples, que me levaram ao verdadeiro sentido do fazer história, que mais uma vez me provaram que os debates mais calorosos podem e devem acontecer para além das salas de aula da universidade, nos cafés, nas praças ou nos botecos sombreados por duras noites de terças-feiras.

Agradeço aos amigos, Cláudia Azevedo, Liviane Cativo, Chrisleide Lopez, Agda Alencar, Suellen Barroso, Érika Silva e Andrey Konasugawa, pelo apoio incondicional.

Mesmo na distância, não poderia deixar de agradecer a Marisa Pessoa,

Trícia Lima, Wagner Galvão e Lineker Brito que não pouparam esforços e sempre me lembraram que desistir nunca é a opção.

Aos amigos da bela terra campinense, Armando, Tarcila, Fabiane e Mônica, que em uma das fases mais difíceis da minha vida me ofereceram o que mais tinham de valor: o AMOR.

Sou grata a Jéssica Maia, pelo companheirismo, por ter feito parte desse processo desde o início, sempre estive disposta a contribuir. Mesmo na ausência sua energia e sabedoria permaneceram ao meu lado. E hoje, juntamente com a minha família e amigos, faz parte da minha maior rede de apoio fundamentada no amor, no respeito e na gratidão. Obrigada por ter mudado a minha vida!

Muito obrigada a todos!

A Díficil Vida Fácil:
O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus
(1890-1925)

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar as representações da prática da prostituição na cidade de Manaus, no final do século XIX e início do XX, bem como compreender o cotidiano de associações e imagens produzidas sobre a prostituição, em quais lugares o comércio sexual era estabelecido, os debates apresentados sobre o tema e as interferências médico-higienistas e policiais enfrentadas pelas prostitutas. A narrativa é fundamentada a partir das representações construídas pelos sujeitos de outro tempo, através dos jornais locais, relatórios de repartições públicas, registros de Chefaturas de polícia e fichas médicas, buscando nesses indícios, as mulheres prostitutas que também eram mães, filhas e esposas, e que nas ruas ou nas casas ofereciam seus serviços sexuais como mercadoria. O cotidiano de (in) tolerância é apresentado no momento em que padrões de comportamentos eram impostos: a prostituição de luxo é mascarada como “mal-necessário” pelas mesmas autoridades que condenavam a prostituição miserável e tentavam abolir a prática. As imagens recorrentes da prostituição em Manaus mostram diversas formas de representações, revelando as projeções fantasmagóricas e as práticas de resistência.

Palavras-chave: Prostituição, Manaus, Representação, Cidade.

The Tough Easy Life:
The world of prostitution and its representations in Manaus city
(1890-1925)

Abstract

This dissertation aims to analyze the representations of the prostitution practice in Manaus city, in the late 19th century and early 20th. Aiming to comprehend the everyday of associations and images produced about prostitution, in which places the sexual commerce was established, the debates presented about the theme and the medical-hygienists and police interferences faced by the prostitutes. The narrative is built from the representations constructed by subjects from another time, through the local journals, public repartitions reports, police chiefdoms registers and medical records. Searching in these evidences, the prostitute women which were still mothers, daughters and wives, and in the streets or houses offered their sexual services as a merchandise. The everyday of (in) tolerance is presented in the moment in which the behavior patterns were forced: the luxury prostitution is masquerade as a necessary evil by the same authorities that condemned the miserable prostitution and tried to abolish the practice. The recidivists images of prostitution in Manaus present various forms of representation, revealing the phantasmagorical projections and resistance practices.

Keywords: Prostitution, Manaus, Representation, City.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO I	
A CIDADE, OS VIAJANTES E A IMPRENSA: O Discurso Normatizador	19
CAPÍTULO II	
O COTIDIANO DE (IN) TOLERÂNCIA	46
CAPÍTULO III	
“A CIDADE DOENTE”: As tentativas de controle da prostituição	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	107

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cidade de Manaus é apresentada como um palco que, antes do espetáculo começar, precisa de alguns ajustes, por isso o cenário do grande palco é reformado e dividido.

Nossa narrativa foi construída a partir dos vestígios que nos permitem interpretar as representações daquele mundo obscuro e escondido por detrás das máscaras do “progresso”. Narraremos o cotidiano da prostituição na cidade de Manaus, entre o período de 1890 e 1925. Um universo repleto de sociabilidades, representações, afetividades, culturas e sensibilidades, onde vicejam as mulheres que trabalhavam no mercado do sexo, que crescia conforme a expansão da cidade.

Escolhemos analisar as representações construídas na cidade de Manaus antes do processo de modernização, visto que a cidade possuía outra dinâmica, que se inseria nas características de cidade pequena e pacata. Inicialmente, essas representações foram produzidas pelos viajantes estrangeiros que estiveram na cidade e registraram seus relatos de viagens.

Esse contexto é de grande importância para identificarmos o processo de transformação da dinâmica cidadina manauara e compreendermos as formas pelas quais os viajantes perceberam os modos de sociabilidades da população da cidade de Manaus no decorrer do século XIX.

É importante considerarmos que o conceito de representação utilizado nesta pesquisa é compreendido como um conjunto de práticas discursivas estabelecidas numa dimensão simbólica. Como afirmou Sandra Pesavento, as representações produzidas sobre o mundo “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais”, e as representações construídas sobre a realidade dão sentido ao mundo.¹

Pesavento nos inspira bastante com seus trabalhos bem conhecidos de História Cultural e procuramos seguir alguns de seus passos, refletindo a

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 39.

cultura como “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”.²

Sobre as representações e interpretações trabalhadas em fontes impressas, Roger Chartier discorreu em torno da problemática do “mundo como representação”, que é delineado através dos discursos que configuram, apoderam, estruturam e levam a observação das formas de apropriações e interpretações dos leitores dos textos ou imagens.

A problemática do “mundo como representação”, modelado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada por leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real.³

No primeiro capítulo - “A Cidade, os viajantes e a Imprensa” - apresentamos as representações produzidas por alguns viajantes estrangeiros que mostravam suas impressões da cidade e de sua população. É importante lembrarmos que não tratamos estes relatos como “visões preconceituosas” da população manauara, e sim como representações de um mundo para outro, até porque os relatos dos viajantes eram produzidos para aqueles que não tinham notícias do “novo mundo”.

As primeiras análises giram em torno da Manaus a partir dos olhares dos viajantes que estiveram na cidade ao longo do século XIX e destacaram alguns aspectos da vida cotidiana da população, a localização da cidade e as condições do terreno, como estrutura das ruas e casas.

Apresentaremos a cidade de Manaus em seus diversos olhares. Num primeiro momento, analisamos os relatos de alguns viajantes estrangeiros que visitaram a cidade de Manaus no século XIX que produziram diversos conceitos para a compreensão da cidade. Num segundo momento, trabalhamos no período de transição do século XIX para o XX, contexto que apresentava uma Manaus diferente da que fora apresentada pelos viajantes estrangeiros.

² Idem, p. 15.

³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990, p. 24.

Notamos que, à medida que a dinâmica da cidade de Manaus era transformada em decorrência do *boom* econômico da borracha, os hábitos e costumes da população também eram transformados. A dinâmica da cidade era voltada para a busca pelo progresso e dos ideais de civilização. Essa busca resultava numa forte tensão social, pois a população mais empobrecida era um empecilho para a construção de uma nova cidade com novos costumes, que resultava na exclusão social.

Nesse contexto, utilizamos também como fonte de investigação os códigos de posturas da cidade de Manaus, mensagens de autoridades e jornais que circularam na cidade nesse período. Na passagem no século XIX para o XX, parte das representações da cidade de Manaus eram construídas como uma cidade caótica, suja, fedorenta e repleta de vagabundos, bêbados e mulheres de vida fácil, que precisavam ser expurgados da área urbana.

Destacamos essa nova dinâmica da cidade e sua população: os ideais de modernidade eram propagados pelas classes dominadoras e as práticas de sociabilidades disfuncionais ao novo ideal de cidade eram combatidas. A imprensa manauara incorporou-se num mecanismo de propagação e legitimação dos comportamentos adequados à elite local. Com isso, destacamos as formas de representações da cidade e as formas de sociabilidades e afetividades da população manauara.

Consideramos também a imprensa como um mecanismo de propagação dos discursos normativos e excludentes. Com as fontes jornalísticas, torna-se possível captar as representações desses discursos, deciframos as representações que formam o imaginário urbano sobre o submundo, identificamos as práticas de resistência da população frente às interferências dos poderes públicos e, posteriormente, focamos nas prostitutas.

Dessa forma, procuramos trabalhar com as fontes, num processo de decifração dos significados compartilhados pelos sujeitos daquele período. Tratamos de representações que necessitam de uma interpretação suscetível de produzir um sentido.

Propusemo-nos a seguir os passos de um “narrador-historiador”⁴ que, no processo de reunir as evidências selecionadas e estudadas, tem também como dever mostrá-las e disponibilizá-las para o leitor, na tentativa de proporcionar uma gama de experiências, significados e representações.

No segundo capítulo - “O Cotidiano de (In) tolerância”, - analisamos as representações construídas sobre o mundo da prostituição. Procuramos também identificar as imagens polarizadas da mulher prostituta, por um lado, representada como vítima de uma realidade econômica, e por outro, a rebelde e vilã. Examinamos a prostituição numa dimensão simbólica, que abre espaço para projeções e representações fantasmagóricas da prática e de suas personagens. A prostituição é problematizada como um fenômeno urbano passivo de imagens fantasmagóricas que julgavam tal prática como um “câncer social”. Nesse sentido, narraremos um cotidiano de intolerância exposto nos jornais que circularam na cidade de Manaus no decorrer do século XX.

Buscaremos os espaços mais frequentados pelas prostitutas e, nesses espaços, decifraremos os códigos de sociabilidades nas entrelinhas das fontes que utilizaremos para embasar nossa narrativa. Seu cotidiano fantasmagórico será um dos objetos problematizados em nossa pesquisa. Vista como degenerada, mulher de vida fácil, dona de um corpo condenado, podemos identificar a linha tênue entre o mundo do trabalho e o lazer no universo da prostituição.

Margareth Rago⁵ constatou que a prostituição se tornou um tema de preocupação entre médicos, juristas, criminologistas e jornalistas desde meados do século XIX, em meio às transformações urbanas e industriais que ocorriam na cidade. Essa preocupação era voltada para a moralidade pública que objetivava a padronização e controle do comportamento da mulher. As representações sobre a imagem da prostituta eram produzidas em duas vertentes, uma na prostituta “vítima” de suas condições econômicas e da “*femme fatale*”, que era associada à figura da “cortesã”.

⁴ Sobre o conceito de “narrador-historiador” e a “nova narrativa” ver: Pesavento, op. cit., 49-50.

⁵ Rago, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 21-41.

Observada como um fenômeno urbano, no século XX, a prostituição era vista como uma espécie de “ônus” do progresso e seu crescimento era visto como um problema público. Nesse sentido, várias imagens das prostitutas eram produzidas, inclusive os aspectos de poder e liberdade que eram alimentados pelo próprio imaginário de modernidade. Para a prostituta, o amor e o prazer estavam desvinculados e, ao se prostituir, levava a diante as ideias de resistência às normatizações e prescrições.

O segundo capítulo consiste na análise das representações construídas sobre o mundo da prostituição, procurando identificar os conflitos entre os poderes públicos e a população. Além disso, buscamos também as imagens polarizadas das prostitutas. É importante lembrar que investigamos a prostituição numa dimensão simbólica, a qual permite a captação das representações fantasmagóricas da prostituição.

Identificamos as visões das autoridades e suas atribuições para tal prática e também nos deparamos com os debates acerca da noção de regulamentação da prostituição como mercado. Seguindo tais vestígios, analisamos o que esses debates causavam na imprensa e também algumas medidas tomadas direcionadas à prostituição, mostrando assim os conflitos existentes entre as prostitutas e os poderes públicos.

Procuramos adentrar na viagem no submundo da cidade de Manaus e, focados no mundo da prostituição, pudemos identificar diversas formas de sociabilidades. Como dissemos, os personagens da narrativa são reais e conseguimos verificar algumas relações sociais. Eram algumas delas: Philomena Magricella, Mulata do Luneta, Polaca Becca e Antonica de Tal, apresentadas nos jornais, nos relatórios e registros médicos ou policiais como meretrizes, mulheres de vida fácil, prostitutas, chinas, marafonas, raparigas, mundanas, polacas e afins. Falamos também dos outros personagens que dividiam o palco com as prostitutas e que encontramos algumas representações desses personagens e sua aproximação com nosso objeto de pesquisa.

Passeamos pelos lugares ocupados pelas prostitutas e outros espaços conhecidos como áreas de comércio sexual, inclusive, as casas de tolerância, bordéis e outros espaços específicos, observando as representações desses territórios e identificando outras práticas “indesejáveis”, como jogatina e

alcoholismo.

Acompanhamos os rastros do medo que a prostituição causava na imaginária da população, o medo das doenças e, conseqüentemente, o medo daqueles que poderiam abrigar tais moléstias (esse debate é apresentado no Capítulo III). As discussões sobre a regulamentação da prostituição carregavam consigo os suspiros do medo que a medida poderia causar na cidade e sua população.

A cidade de Manaus possuía seu próprio cenário noturno. As ruas no centro da cidade contrastavam com as moças que gracejavam com os transeuntes: jovens rapazes que disputavam o palco dos gracejos públicos. Passeamos pelas ruas Epaminondas, 10 de julho, Matriz, Itamaracá, Saldanha Marinho, Independência e tantas outras, e observamos suas práticas de pertencimento, suas sensibilidades e sociabilidades.

As representações da prostituição na imprensa manauara eram associadas à criminalidade, miserabilidade e propagação de doenças. O discurso jornalístico incorpora a necessidade de um “saneamento moral”, que legitimava a imoralidade e mais desqualificações das trabalhadoras do sexo.

A imprensa alarmava as autoridades policiais por concretude de medidas, pois a cidade estava sendo tomada pela obscuridade do submundo. Aumentou-se o policiamento na cidade; mudou-se a organização policial. A repressão era a solução para o caos urbano. A imprensa, junto com os outros discursos dominantes, vigiava os hábitos e os costumes, condenavam as práticas de sociabilidade e legitimavam, através de códigos e punições, as práticas de pertencimentos mais apropriadas.

A prostituição também consistia numa das grandes preocupações do poder público. *A priori*, tentava-se controlar os comportamentos das prostitutas para que fossem evitados os escândalos públicos daquelas mulheres. Neste aspecto, a imprensa novamente representa uma ferramenta de propagação dos discursos moralizantes e disciplinadores, realizando uma variedade de notas sobre os riscos corridos com a permanência dessas práticas.

O comércio do sexo crescia à medida que a cidade se expandia e, conseqüentemente, aumentavam as notificações da propagação das doenças venéreas. Na tentativa de amedrontar a população, publicavam a emergência de extinguir a prostituição miserável, pois a elas eram atribuídas a

culpabilidade da propagação das moléstias.

No capítulo III, intitulado “A Cidade doente: As tentativas de controle da prostituição”, trabalharemos diretamente com as formas que os discursos médico e judicial penetravam no mundo da prostituição. Diversos mecanismos eram utilizados para reprimir essa prática e legitimar sua inferioridade física e mental. Nesse aspecto, analisaremos os controles sanitários que eram impostos as prostitutas.

Investigamos as formas de controle da prostituição instauradas através do saber médico. Utilizamos como fonte investigativa, nesse primeiro momento, os Códigos de Posturas do Município, alguns jornais locais, bem como as fichas do controle e profilaxia do meretrício no Estado do Amazonas, referentes ao ano de 1925.

Nesse contexto, surgia a forma de controle evidente - as profilaxias das doenças venéreas. Manaus era apresentada pela imprensa com um cenário alarmante em relação à sífilis. Mostramos também alguns registros de casos dessa doença tratados em algumas instituições. Analisamos o programa de profilaxia como meio de interferência e controle da prostituição e das doenças, mas também apresentamos as mulheres submetidas a tal controle.

O saber médico, na tentativa de construir um conhecimento sobre a prostituição, elaborou um discurso associativo da prostituição às doenças venéreas. Dessa forma, o corpo da prostituta era transformado num laboratório. Como foi apresentado por Michel Foucault⁶, o objetivo dos médicos investigadores dos corpos é atingido quando os revestimentos obscuros são observados pelo olhar técnico como uma espécie de “véu transparente” que revela o conjunto e suas relações.

Em meio ao aumento da propagação das doenças, estava o saber médico tentando aprimorar seus estudos sobre a prostituição e as doenças, mesmo que parte de suas concepções fossem embasadas em preceitos morais cristãos. E junto a essas tentativas de construção de um saber, eram elaborados mecanismos de interferência médica e policial.

⁶ Foucault, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed., 2013. p. 183.

A própria doença, nesse sentido, era revestida como um mecanismo de poder que buscava não apenas controlar o aumento da prostituição, mas também inserir na imaginária da população o medo da doença e dos doentes, aumentando, assim, a tensão entre os sujeitos e a segregação dos corpos.

A polícia atuava em conjunto com o saber médico, não apenas nas visitas domiciliares, mas no próprio cotidiano de repressão. Com isso, num segundo momento utilizamos os livros de registros de ocorrências policiais como fonte de investigação, e no decorrer da pesquisa podemos observar que grande parte de reclamações cotidianas eram relacionadas aos crimes de imoralidade pública, em sua maioria envolvendo prostitutas.

Adentramos as salas de registros de ocorrências ou de delegacias para buscarmos as prostitutas e os casos de polícia, focando em suas práticas cotidianas que as levaram a serem denunciadas, presas ou multadas. Ao longo do trabalho, apresentamos as mulheres que se submeteram ao programa de profilaxia e aquelas que foram parar nas delegacias de polícia, procurando refletir também no poder que as instituições “polícia” e “medicina” exerciam sobre a população.

De forma geral, o trabalho está dividido em três partes: a primeira, onde procuramos delinear as representações da cidade de Manaus em meio às transformações urbanas, direcionando os olhares para a cidade “suburbana”, onde encontramos os personagens indesejáveis, inclusive, as prostitutas. Na segunda parte, navegamos pelo mundo da prostituição, suas práticas cotidianas e suas representações polarizadas e fantasmagóricas. E, por fim, na terceira parte, buscamos narrar as interferências médicas e policiais, que buscavam controlar e reprimir a prostituição.

CAPÍTULO I
A CIDADE, OS VIAJANTES E A IMPRENSA: O DISCURSO
NORMALIZADOR

“Noite e neblina
Sombreado o caminho
Da meretriz.
Frio e balbúrdia
Botequim fedorento
Porradas na mesa
Perfume barato...”

Marlene de Fáveri, 1978.

Manaus tem sua origem datada no século XVII, momento que caracterizava a exploração da região amazônica pelos portugueses que buscavam escravos indígenas. Na segunda metade deste mesmo século, foi fundada a primeira povoação do Rio Negro. Aproximadamente no ano de 1669, foi construída a Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro. Segundo Otoni Mesquita⁷, a Fortaleza da Barra se tratava de uma construção feita de pedra e barro. Mesmo se tratando de uma frágil edificação, o autor analisa a construção como um marco na inserção da arquitetura europeia na cidade. A construção recebeu diversos nomes, primeiramente era conhecida como Fortaleza da Barra, Fortaleza de São José do Rio Negro, Barra, Lugar da Barra e posteriormente, Vila da Barra do Rio Negro.

A cidade de Manaus, durante o século XIX, recebeu a visita de diversos viajantes estrangeiros, entre eles: naturalistas, militares, aventureiros, botânicos, médicos e pesquisadores, que retrataram o cotidiano da população, registrando-o em seus relatos de viagens. Poder-se-ia dizer que são visões eurocêntricas da cidade e das práticas de sociabilidades da população.

Neste conjunto de imagens recorrentes, encontramos a cidade descrita

⁷ MESQUITA, Otoni. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. pp. 109-110.

num diversificado quadro, onde as imagens representavam o que estes viajantes percebiam da cidade e da população que visitavam. Imagens que instigam a imaginação do leitor ávido de notícias sobre o novo mundo.

Não podemos deixar de observar que estas imagens produzidas pelos viajantes estrangeiros são provenientes do universo cultural europeu, no qual estavam inseridos não só laços de parentesco e de afetividade, mas também laços éticos, morais e profissionais. Elas são o reflexo do seu olhar que, de certa maneira, tenta revelar, entender e compreender a nova terra com seus usos e costumes, e os hábitos de sua população.

É importante considerarmos que estes escritos foram produzidos para um público sedento de notícias sobre o novo mundo. A paixão pela travessia do oponente oceano Atlântico instigava e suscitava a imaginária do europeu. Afinal, na corte, nas ruas, nas esquinas e tabernas não se falava de outra coisa: o novo mundo surgia na vida do europeu como lugar do exótico, erótico e lendas.

Neste capítulo, analisaremos os olhares de alguns viajantes sobre a cidade e sobre os modos de sociabilidade e urbanidade da população no decorrer do século XIX. Para uma melhor compreensão dos dados coligidos para a análise, utilizaremos como fontes de pesquisa num primeiro momento os relatos de viagens de Alfred Russel Wallace, Louis e Elizabeth Agassiz, Robert Avé-Lallemant e Paul Marcoy, e, num segundo momento, os periódicos que circularam na cidade neste período.

Na segunda metade do século XIX, chega à cidade o naturalista inglês Alfred Russel Wallace (1862) que, ao conviver com a população, não deixou de registrar alguns aspectos da vida cotidiana da população e da cidade. Neste trecho, destaca-se como viu a cidade em seu aspecto geográfico:

A cidade da Barra-do-Rio-Negro está situada na margem léste daquele rio, cerca de doze milhas acima de sua junção com o Amazonas. E esta localizada em um terreno desigual repleto de ondulações cêrca de 30 pés acima do nível das mais altas cheias, e é cortada por dois córregos, cujas águas, na estação chuvosa, atingem a considerável altura, havendo, porém sobre

êles duas pontes de madeira.^{8*}

Instigante foi o seu olhar sobre a cartografia urbana da cidade e sobre as construções das habitações. Percebe-se, nas entrelinhas do seu relato, um repentino desconforto diante do que vivenciava.

As ruas são regularmente traçadas; não têm, no entanto, nenhum calçamento, sendo muito onduladas e cheias de buracos, o que torna a caminhada sôbre os seus leitos muito desagradável, principalmente á noite.

As casas geralmente só têm um pavimento; são cobertas de telha vermelha e assoalhadas com tijolos, têm as paredes pintadas de branco ou amarelo; e as portas e janelas, pintadas de verde. Quando o sol bate sôbre elas, o efeito é muito bonito. Da "Barra", ou o antigo forte, só há, presentemente, uns restos de muralhas e um monte de terra.⁹

Também não passou despercebido ao viajante, o aspecto religioso e a densidade populacional da cidade. “Há duas igrejas na cidade; são, porém muito pobres e bastante inferiores à de Santarém. A população da cidade é de 5.000 a 6.000 habitantes, dos quais a maior parte é constituída de índios e mestiços.”¹⁰ Seu arguto olhar não deixou de observar que, entre a população, não encontrou europeus. “Na verdade, provavelmente, não há alí uma única pessôa, nascida no lugar, da qual se diga que seja de puro sangue europeu, tanto e tão completamente se têm os portugueses amalgamado com os índios.”¹¹

Em 1865, o suíço Louis Agassiz e sua esposa Elizabeth Agassiz - a relatora da expedição - registraram suas impressões logo que chegaram à cidade:

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se póde deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega,

⁸ WALLACE A. R., *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, pp. 200-201.

* As grafias das citações serão utilizadas conforme as fontes.

⁹ *Ibid.*, p. 200-201.

¹⁰ *Ibid.*, p. 200-201.

¹¹ *Ibid.*, p. 200-201.

Presidência.¹²

Embora os prédios públicos não estivessem de acordo com o que entendiam ser um prédio público, a localização da cidade foi, no seu entender, um bálsamo diante de seus olhares. “Entretanto a situação da cidade, na junção do rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi uma das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manáos se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação”.¹³

O viajante francês Robert Avé-Lallemant (1859), em seu relato de viagem, registrou que a cidade de Manaus contava com 8.500 almas, assim distribuídas: 900 brancos, 2.500 mamelucos, 4.080 índios, 640 mestiços de negros e índios e 380 negros escravos. O coevo viajante ainda registra suas impressões sobre a cartografia urbana da cidade.

Ainda mais alegre parecia do lado da cidade, onde tudo se sucedia no mais alegre contraste. Terras altas e baixas – casas nos oiteiros e à beira da água – sólidos edifícios em estilo europeu – primitivas casas tapuias de barro – ora rua, ora igarapé – ali uma estrada, aqui uma comprida ponte de madeira; junto à margem, um vapor; perto dele, uma canoa do Amazonas; numa porta, boceja uma cara branca; bem perto daí, banha-se um menino fusco – e assim tudo gira, pára, anda e nada confusamente.¹⁴

E, diante do que constava sobre a cartografia urbana da cidade, não deixou de observar a vida cotidiana da população manauara. Dentre estas observações, destacam-se as brincadeiras das crianças nos banhos nos igarapés, tendo como companhias lindas sereias de longos cabelos negros.

Um bando de meninos fuscos de tapuais, banhando-se, entraram de repente na água, ou algumas sereias escuras saíram, nadando e rindo, da mata nas margens, o corpo elástico meio escondido sob os cabelos negros, flutuantes, e sob o ligeiro pardo-avermelhado da água, até desaparecer novamente sob a mata – anfíbias raras, que eu desejaria designar como ictiídeos entre os homens, e classificar entre

¹² AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil: 1865 – 1866*. Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

¹³ *Ibid.*, pp. 247-248.

¹⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, p. 99-102.

os lacertinos e proteus semelhantes a serpentes, estas últimas parindo até filhos vivos.¹⁵

Apesar da falta do fulgor de uma “residência presidencial” em Manaus, Avé-Lallemant achava a cidade “alegre e atraente”. Também observou que, nos quintais das casas, os pomares se encontravam cheios de bananeiras, palmeiras, jenipapeiros e laranjeiras. Seu olhar inquisidor não deixou de observar que urubus sobrevoavam os telhados das habitações. “E nos lugares altos e telhados dos grandes e dos pequenos pousam e correm urubus às dúzias dum lado para o outro, com a intenção pacífica de zelar o melhor possível pela limpeza pública.”¹⁶

No ano de 1846, o viajante Paul Marcoy registrou que a cidade da Barra do Rio Negro era construída num espaço irregular com morros mais altos do que os telhados das casas, ruas longas e desalinhadas, a estrutura das casas era desgrenhada, e as varandas elevadas. Possuía aproximadamente 147 casas, as quais eram bem amplas e arejadas, entretanto, não possuíam mobílias, nem maiores comodidades. Segundo o viajante, todas as casas possuíam quintais com plantações e, em alguns casos, as mulheres se perfumavam e se enfeitavam com as rosas de seus próprios cultivos.

Apesar do que eu possa ter dito do arranjo geométrico da cidade da Barra, do sobe e desce da sua rua principal e da sua grama amarela, é, porém, verdade que o aspecto da cidade dá uma impressão agradável a qualquer um que, como nós, entra nela depois de uma prolongada viagem pelos povoados do alto Amazonas, onde a barbárie ainda reina.¹⁷

Enquanto isso, o viajante Marcoy dividia suas atividades de trabalho entre banhos de igarapés, passeios e almoços. O viajante observa os trajés das pessoas da cidade, relatando o uso da moda francesa entre os ricos e pobres, registro este que, talvez, faça com que Marcoy identifique tal imagem como o abandono da “barbárie”. Enquanto o viajante acomoda-se numa casa colocada à sua disposição, observa que esta possuía uma mesa de madeira

¹⁵ Ibid., p. 99-102.

¹⁶ Ibid., p. 99-102.

¹⁷ MARCOY, Paul. Viagens pelo Rio Amazonas. Trad. Antonio Porro. 1^o. Ed. Em português. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001, p. 169.

como mobília e uma rede no lugar da cama e da poltrona, porém, não poderia reclamar do sossego e da tranquilidade que não impediam seu descanso.¹⁸

Na perspectiva do viajante Alfred Wallace, as pessoas da cidade trabalhavam muito e acumulavam poucos bens. Segundo o viajante, as casas eram precárias, o que lhes imprimia a necessidade de reformas. Todas essas atividades de trabalho dos nativos, na visão do viajante, eram atribuições que lhes tomavam muito tempo e os impossibilitavam de produzir outras coisas mais necessárias. Wallace afirmava que se tratava de uma população lenta, que produzia apenas o necessário no momento.

Basicamente ao fato de cada um fazer tudo o que ele próprio necessita, e sempre com muita lentidão e sem a menor racionalização das tarefas. Perdendo mais tempo do que seria preciso, ao invés de ocupar-se cada pessoa num determinado tipo de atividade, depois trocando um produto de seu trabalho específico pelos artigos que lhe fazem falta.¹⁹

A Vila da Barra do Rio Negro, em 1848 foi elevada à categoria de cidade, sendo então denominada de Manáos. A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro²⁰, em estudo realizado sobre o cotidiano e o trabalho em Manaus no período da borracha, mostrou que, mesmo sob a condição de capital da Província, Manaus manteve seu contorno urbano ainda caracterizado como uma vila colonial e assim permaneceu até o início da década de 1880. A partir dessa década, a cidade começou aos poucos a ser reformulada, sendo instaurados os serviços de água encanada, iluminação elétrica, canalização de esgotos, coleta de lixo, serviço de transporte coletivo, ampliação da rede escolar, hospitais, delegacias policiais, além do aumento populacional e do crescimento das atividades comerciais. Essas mudanças na cidade se deram através do processo de expansão da produção extrativa da borracha²¹, produto este que havia se tornado uma das matérias-primas importantes para a

¹⁸ MARCOY, Paul. op. cit., pp. 169.

¹⁹ WALLACE A. R., op. cit., pp. 114-115.

²⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920*. In: *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, vol. 1, n. 1. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. p. 59.

²¹ Sobre a economia da borracha, ver: WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

indústria capitalista nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

O transcurso do século XIX, na cidade de Manaus, foi marcado pelo processo de transformação na estrutura e na dinâmica da cidade, bem como nos padrões de comportamentos da população. À medida que a cidade ia se modernizando, os poderes públicos centravam seus projetos em transformar Manaus na capital da borracha. Nesse sentido, a imprensa dedicava suas publicações para a valorização dos ideais de civilidade e a abominação das práticas que não condiziam com a busca de uma cidade moderna.

No século XIX, as melhorias da navegação foram aspectos que proporcionaram um grande movimento no fluxo de entrada e saída da região amazônica. O crescimento da navegação foi um ponto facilitador para a locomoção para outros Estados e países, tornando comum a viagem de crianças e jovens pertencentes a famílias elitizadas para estudos fora do Amazonas e até mesmo do país. As navegações intensificadas garantiam o abastecimento da capital do Amazonas, elemento que pôde caracterizar a valorização demasiada dos produtos e dos valores vindos de fora e que se aproximavam dos ideais de civilidade²², ideais estes que eram propagados e estabelecidos através de instrumentos atrelados aos poderes públicos.

A partir de 1890, a cidade passa pelo que Edinea Mascarenhas chamou de “surto de urbanização”, que foi possibilitado pelo acúmulo de capital adquirido da economia da borracha que, por sinal, mostrava-se próspera. O aumento das exportações e dos preços dos produtos fomentou a receita do Estado e causou certo entusiasmo entre os administradores estaduais em relação à próspera situação econômica do Estado.²³

Com essa prosperidade, o objeto dos administradores locais passou a ser o embelezamento e modernização da cidade, desejando adaptar Manaus aos requisitos econômicos e sociais da época. Afinal, uma cidade que receberia diversas visitas comerciais precisava ser uma cidade moderna, limpa e organizada. Logo, esse embelezamento não seria em favorecimento de sua população, mas sim de seus comerciantes, políticos e extrativistas.²⁴

²² DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, pp. 15-16.

²³ DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto. Manaus (1890-1920)*. 2a edição – Manaus: Valer, 2007.

²⁴ Idem. *Ibidem*.

Não apenas a cidade de Manaus passava por transformações urbanas neste período, mas em outras regiões brasileiras os mesmos processos ocorreram, como por exemplo, a cidade de Nossa Senhora do Desterro, que no século XIX também passou pelo processo de transformações urbanísticas. Segundo Antonio Emilio Morga²⁵ os ideais de modernidade eram introduzidos na Ilha de Santa Catarina de forma lenta se comparada com os processos de transformações de outros centros. Esta era propagada em seus âmbitos privado e público. Um novo olhar “operacionalizava e administrava” as transformações urbanas, sociais, políticas e culturais. O discurso da modernidade era incorporado com os métodos científicos que refletiam na cidade e em sua população na forma de legitimação dos próprios discursos científicos da época.

A cidade de São Paulo na década de 1890-1900 também foi marcada pelo aumento populacional. Em 1893, a maioria da população (55%) era composta de estrangeiros, já em 1920 esta porcentagem diminuiu para 36%. São Paulo estava inserida no processo de transformação. As cidades de Campinas e Santos se destacavam. A primeira era o centro cafeeiro, e a segunda correspondia ao maior porto do Estado, isto é, a porta de entrada e saída de mercadorias e imigrantes. Segundo Boris Fausto²⁶, este período também foi marcado pelo surgimento da preocupação de controlar e classificar, que estava diretamente associada à necessidade das elites de configurar uma nova ordem, processo este que incluía o controle e a classificação dos considerados “indesejáveis”, como as prostitutas, as crianças vadias ou os primeiros líderes do movimento operário. A imprensa atuava atrelada aos interesses dessas elites e propagavam as novas formas de comportamentos e denunciavam as práticas dos outros setores da população.

José Murilo de Carvalho, em seu trabalho sobre o processo de modernização na cidade do Rio de Janeiro, analisou o processo de transformações como evidentes na Capital Federal. O número de habitantes cresceu em suas dimensões étnicas e ocupacionais, cresceu também o

²⁵ MORGA, Antonio Emilio. *Nos subúrbios do desejo: masculinidades e sociabilidade em Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. pp. 89.

²⁶ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

número de desempregados e subempregados, e, em decorrência da abolição da escravidão, parte da mão-de-obra escrava não se inseriu no mercado de trabalho livre. Ressalte-se ainda o aumento da imigração estrangeira. Assim, entre os anos de 1872 e 1890, o crescimento populacional foi de aproximadamente 266 mil a 522 mil habitantes; e, no ano de 1891, aproximadamente 166.321 imigrantes entraram na cidade do Rio de Janeiro. No final do século XIX, o incômodo das autoridades em relação à existência de malfeitores, gatunos e desocupados também se tornava evidente.²⁷

Tal processo de transformação também foi vivenciado na cidade de Manaus. Pode-se dizer que os códigos de posturas refletiam como mecanismo de legitimação do sistema dominador, o qual, no final do século XIX, apresentava normatizações urbanas e comportamentais que intencionavam a padronização da cidade e da população.

Segundo Otoni Mesquita²⁸, a política brasileira foi inspirada pela filosofia positivista, na valorização da ordem e do método como práticas eficientes para se atingir o desejado progresso. Sendo assim, os responsáveis pelo pensamento político brasileiro acreditavam que a construção de uma imagem condizente com os parâmetros do progresso e da civilidade, garantiria o interesse dos investidores e traria bons resultados para o Estado.

A cidade de Manaus, nos últimos anos do século XIX e nos anos iniciais do século XX, entrava numa dinâmica urbana diferente da dinâmica apresentada através dos registros dos viajantes. Neste momento, os jornais que circulavam na cidade mostravam uma outra cidade, interessada no embelezamento e modernização. Como apareceu no jornal *Comercio do Amazonas*, em 1899:

Infelizmente Manáos é pouco arborisada. E, mesmo assim, temos visto a sua desmoronação como naquella celebre limpeza de igarapés em que assistiamos cahir, rolar, centenas de arvores talvez seculares. Confrange o coração, a gente fica entristecida, com este espectaculo barbaro e deshumano de estragar a nossa arborisação, pelo desleizo e incuria dos fiscaes da municipalidade que consentem no apedrejamento

²⁷ CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das letras, 1987, pp. 11-17.

²⁸ MESQUITA, Otoni. Op. cit. pp. 96.

das arvores pela creançada vadia...²⁹

O novo século pedia por medidas transformadoras. As ruas feias e sujas, repletas de lixo por todos os lados e tomadas pelo odor desagradável, eram questionados pela imprensa manauara.

Com esta é a terceira vez que reclamamos contra o estado de imundície em que se acha um terreno na rua Quintino Bocayuva. Não se dignará a auctoridade competente de ordenar as convenientes ordens para que aquelle local seja limpo? Ou estarêmos nós a bradar no deserto?³⁰

A cidade tornou-se palco de múltiplos acontecimentos: brigas, festas, escândalos, crimes. Os olhares repressores perseguiram cada passo dos mais variados personagens da cidade para, posteriormente, serem transformados em noticiários nos jornais. Alguns periódicos tinham como foco a crítica das práticas de sociabilidade da população.

Apresentamos ao publico leitor desta terra o nosso jornalsinho, de feição inteiramente critico, algo noticioso, que vem desempenhar um papel importante no genero das criticas mundanas, denunciando factos deprimentes praticados pelo pessoal da rapíoca, acabando assim de uma vez para sempre, os escandalos...³¹

Nos sussurros do século XIX ao desabrochar do XX, Manaus passava de pequena cidade para uma exibida capital, que esbanjava regalias, costumes esnobes e altos investimentos, elementos estes que a elite manauara necessitava para a legitimação dos usos e costumes europeus que representavam a cidade como civilizada, conforme lemos no jornal *Commercio do Amazonas*:

²⁹ *Commercio do Amazonas*. 18 de outubro de 1899. Nota *Echos do Dia. A arborisação*.

Disponível: hemerotecadigital.bn.br

³⁰ *Commercio do Amazonas*. 18 de outubro de 1898. Nota sem título. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

³¹ *O Chicote*. 6 de julho de 1913. Nota: *O nosso programma*. Disponível: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Inaugurou-se este novo café, inegavelmente o mais luxuoso e confortável desta nova capital. Acha-se situado á rua Municipal em frente á Matriz, na esquina da rua Joaquim Sarmento, é illuminado a acetylene e tem em montagem alguns ventiladores electricos destinados a justificar o nome que tomou.³²

Segundo Ana Maria Daou³³, o Código de Posturas (1989) da cidade foi exemplificado como um objeto que refletia não apenas uma ferramenta de utilização dos espaços, mas também as idealizações de uma cidade moderna, e se aplicava na tentativa de obter a cidade esperada através da censura dos usos e costumes inapropriados que denegriam a imagem de uma cidade desejosa em se adequar ao progresso.

A velocidade das relações sociais no âmbito da cidade modernizada fortificava e estabelecia novas formas de interação social. Segundo Daou, essas relações entre indivíduos reformulavam os sistemas de sociabilidades e legitimavam as respectivas identidades sociais. As relações de interação eram delineadas na imagem de vida social para representarem tal interação entre os indivíduos.

O imaginário urbano, embasado no ideal de progresso, produzia a necessidade de se combater aquilo que se compreendia por “indesejável”. Afinal, numa cidade que se pretendia moderna, a possível relação social entre as diferentes classes sociais causava forte preocupação quanto à moralidade das famílias e dos costumes. A elite manauara era a parte da população que desejava emergencialmente a implantação de novos serviços urbanos na cidade. Os espaços de sociabilidades reformulados funcionavam como um palco de legitimação das práticas apropriadas para a cidade da borracha.

Inseridas no processo de reformulações, a cidade e sua população vivenciavam a organização do espaço urbano, bem como a regulamentação do uso desses espaços e a utilização das ferramentas de controle da vida da população manauara. Estes dispositivos de controle se davam através das normatizações e restrições, como as proibições de jogos.

³² Comercio do Amazonas. 7 de dezembro de 1898. Nota: *Polo Norte*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

³³ DAOU, Ana Maria., op. cit., pp: 35-40.

Por exemplo, o capítulo VII do Código Municipal de Manaus³⁴ (Lei n 23, de 6 de maio de 1893), no artigo 109, proibia os atos de gritar, proferir palavras obscenas ou realizar qualquer tipo de barulho nas praças, nas ruas e nas estradas, guardando a exceção em casos de algum pedido de ajuda ou em captura de criminosos. E mais a frente, o artigo 145 proibia os jogos de *parada* e as *rifas*, sendo permitidos apenas o jogo de bilhar, tábula e quino. O Código previa multa para os donos das casas que abrigassem os jogos proibidos e para os jogadores. Em complemento, o artigo seguinte do Código previu punições aos donos das casas de jogos permitidos que acolhessem indivíduos em estado de embriaguez.

O crescimento da cidade era acompanhado pelo aumento da miséria e da desigualdade social. Nos jornais eram publicadas as notas de desagrado quanto à permanência de indigentes nas ruas, nas praças e jardins, que se dizia infectar, com suas moléstias, o ar e o olhar elitizado. “É um horror! A cidade está cheia de indigentes, que vivem ao sol e à chuva, pelos jardins e por todos os cantos da cidade, muitos atacados de febre e beribéri! Morre-se de fome em Manaus, é esta a verdade.”³⁵

A imprensa alarmava as autoridades policiais por concretude de medidas. A cidade estava sendo tomada pela obscuridade do submundo. Aumentou-se o policiamento na cidade, mudou-se a organização policial. A repressão era a solução para o caos urbano que, segundo a imprensa, junto com os outros discursos dominantes, vigiavam os hábitos e os costumes, condenavam as práticas de sociabilidade e legitimavam, através de códigos e punições, as práticas de pertencimentos mais apropriadas.

Podemos observar claramente as reclamações publicadas na edição de 29 de janeiro de 1904 do *Jornal do Commercio*, cuja popularidade e circulação eram reconhecidas à época. A nota revela indignação quanto à entrada e permanência da população subalterna na cidade - sem dignidade, nem emprego -, sobrevivendo com dinheiro ilícito, fazendo referência à ineficiência da polícia em tomar providências quanto à prevenção das ações de

³⁴ Código Municipal de Manaus. Código Municipal de Manaus, pp. 25; 32-33. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

³⁵ Correio do Norte. 03 de fevereiro de 1906. Nota: *A Miséria do Amazonas*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

vagabundagem:

Ha muito que a cidade de Manáos vem reclamando as vistas da policia. Ha muito, que ella é diariamente invadida por gente de má vida e gente sem profissão, que por ahi vive a grande, sem ninguem saber d'onde vem o luxo. Ninguem como nós considera e respeita o sr. Desembargador chefe de segurança, mas força é reconhecer que o serviço da nossa policia civil deixa muito a desejar.³⁶

O jornal também chama a atenção ao fato que, numa cidade como Manaus, acreditava-se ser mais fácil o trabalho de fiscalização policial quanto à entrada, saída e permanência de qualquer pessoa na cidade.

N'uma cidade pequena como a nossa, facil é saber quem a habita, quem a visita, de que se vive, em que emprego, e quaes os habitos e vicios da cada um. Não tendo outra via de entrada, senão a via maritima, facillimo se torna à policia saber de todos e de tudo quanto vem á Manáos, e assim prevenir-se contra os vagabundos e malfeitores, que livremente ostentam pelas ruas o producto das suas transacções illicitas. Mas infelizmente assim não succede.³⁷

Nesse novo cenário que se apresentava, surgiam os novos personagens do cotidiano urbano. As áreas mais centrais, inclusive o porto da cidade, foram configuradas em palcos da sociabilidade escondida. Naqueles espaços interagiam trabalhadores, prostitutas, pedintes, policiais, jornalistas, personagens estes constantemente alvo das colunas dos jornais, os quais sempre atentavam às autoridades policiais quanto à permanência desses indivíduos. No ano de 1905, o *Jornal do Commercio* publicou uma nota denunciando a presença de ciganos e seus animais nas ruas da cidade.

Um verdadeiro espectaculo de miseria promovem pelas nossas ruas os ciganos que andam fazendo danças animaes domesticados, a troco de uma paga qualquer. A policia deve impedir esse negocio que nos dizem ser o pretexto para esse cortejo andrajoso fazer mão baixa no que encontra.³⁸

³⁶ Jornal do Commercio. 29 de janeiro de 1904. Nota: *A Bem da Moral*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br.

³⁷ Jornal do Commercio. Idem.

³⁸ Jornal do Commercio. 1 de maio de 1905. Nota: *Varias Noticias*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br.

Em 1906, o mesmo jornal publicou uma nota a respeito das opiniões públicas sobre o melhoramento da cidade. Podemos observar, no periódico, que a legitimação da imagem de cidade civilizada propagada pela imprensa e pela população elitizada, era denunciada em razão de ações de vandalismo nos monumentos públicos.

Os actos de selvageria praticados nas obras já realizadas, por individuos sem escrupulos que primam em empregar sua perversa actividade na destruição d'aquillo que foi feito com o dinheiro do povo, para utilidade desse mesmo povo... Isto deve ter um paradeiro, pois não é admissivel que, numa cidade civilisada como a nossa, perdure esse inqualificavel abuso, mau frago a notoria vigilancia dos depositarios da fiscalisação por parte da communa.³⁹

Nas proximidades das praças de Visconde do Rio Branco e rua Visconde de Porto Alegre, os moradores pediam as providências das autoridades para os locais abandonados que eram tomados pela mata. Solicitavam serviços de limpeza pública, pois naqueles lugares viviam indivíduos que utilizavam alguns espaços como banheiros, espalhando o mau cheiro pela região.

Accrescentam que uma porção de vagabundos servem-se d'aquellas vias publicas como se fossem retretes, provocando dest'art uma fedentina insupportavel, cujas consequencias são fatalmente prejudiciaes á saude publica.⁴⁰

Dias depois, novamente, os moradores pediam por providências das autoridades competentes diante da vagabundagem e suas consequências. Reclamavam que os tais vagabundos persistiam em utilizar a praça como dormitório e afins, e o mau cheiro e a sujeira dominavam a praça Visconde do Rio Branco.

Voltam pela segunda vez os habitantes da praça Visconde do Rio Branco, a pedir providencias á superintendencia com o fim

³⁹ Jornal do Commercio. 20 de abril de 1906. Nota: *Opiniões e Controversias. Melhoramentos da cidade*. Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br

⁴⁰ O minimo. 1 de julho de 1918. Nota: *Reclamações*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

de mandar proceder a uma limpeza naquella praça, que está transformada num lixeiro pestilento. Vagabundos que por ali dormitam, fizeram daquillo a sua retrete. A fedentina é insuportavel.⁴¹

O jornal *Imparcial* apresentou uma nota que dizia que na cidade era frequente o abandono do patrimônio público. A existência dos chamados quiosques sustentados por barras de madeira na beira da calçada que comercializavam grande número de bebidas alcoólicas, fazia frente a uma extensa clientela que se misturava com os vagabundos das madrugadas. Inevitáveis eram as confusões e brigas nesses quiosques. Segundo o jornal, eram os lugares que descaracterizavam a beleza da nova Manaus:

A par do café ordinario que vendem, abunda o alcool, para satisfazer a numerosa clientela na hora da canicula, e aos vagabundos tarde da noite. Não rara vez dão-se conflictos nesses desconcertantes monumentos que afeiam de sobremodo a nossa cidade nova, e cheia de casas mais ou menos formozas.⁴²

O jornal ainda discorre que as outras cidades mais adiantadas, isto é, as cidades civilizadas, costumavam ser delineadas pelo espírito da ordem e da disciplina das autoridades governamentais, que prezavam pelo bem-estar da população elitizada. No caso da cidade de Manaus, a medida foi tomada pelo delegado auxiliar que determinava o fechamento dos botecos às nove horas da noite, conforme publicado em 1918:

O illustre e ponderado moço que é o Sr. dr. Mario Rezende do Rego Monteiro, competente delegado auxiliar, no intuito louvavel de obstar um maior numero de desordens, acaba de baixar uma portaria determinando que depois das vinte e uma horas taes “botequins” não podem permanecer abertos.⁴³

Edinea Mascarenhas⁴⁴ compreende que as políticas que visavam ao crescimento do mercado de trabalho na cidade seguiam os parâmetros da

⁴¹ O mínimo. 3 de julho de 1918. Nota: *Reclamações*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁴² *Imparcial*. 18 de setembro de 1918. Nota: *Medida Louvavel*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁴³ *Imparcial*. Idem.

⁴⁴ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*, Manaus: Valer, 1999, pp 131-135.

classe dominante. A autora utilizou mapas de detenção que ajudaram na percepção dos inconvenientes existentes na cidade, e observou que a maior preocupação da elite extrativista eram as classes excluídas. As medidas e projetos intencionados ao controle da miserabilidade tomavam as formas dos mecanismos de controle e correção dos hábitos e costumes.

O policiamento não só era utilizado como ferramenta de prevenção da desordem, que refletia nos diversos delitos e crimes, como a embriaguez, a vadiagem, o comércio ilícito, a prostituição e a jogatina, mas também se incluía na utilidade de proteger aqueles que faziam parte do ciclo produtivo, ou seja, aqueles que trabalhavam. Nesse contexto de proteção do espaço urbano, as medidas de segurança pública mais uma vez intencionavam os interesses daqueles que dominavam. Então foi sugerida pelo chefe de polícia a criação de uma “colônia correcional” com o objetivo de limpar a cidade, retirando o grande número de vagabundos, aos quais eram atribuídos, em sua maioria, os crimes ocorridos. Para a autoridade era preciso reparar o comportamento daqueles indivíduos que não trabalhavam e por isso eram denominados de “vagabundos”, e a forma mais eficaz de correção seria a efetivação de uma instituição correcional. Em uma mensagem do Governador do Estado do Amazonas, em 1914, está descrito:

Permita-me, de igual sorte, v, exc, que, inspirado no bem publico, suggira a ideia da criação duma colonia correcional, no intuito de afastar desta cidade o grande numero de vagabundos que ora a infestam, promovendo, por esse modo, a sua repressão na pratica dos actos a que os arrasta a ferir de gume a sociedade a inaptidão decorrente da criminosa negligencia por que se deixam vencer, e não só isto, mas, tambem, e aqui está o fim primordial da ideia, a sua regeneração pelo trabalho.⁴⁵

A prostituição também consistia numa das grandes preocupações do poder público. *A priori*, tentava-se controlar os comportamentos das prostitutas para que fossem evitados os escândalos públicos daquelas mulheres. Neste aspecto, a imprensa novamente representa uma ferramenta de propagação dos discursos moralizantes e disciplinadores, realizando uma variedade de notas

⁴⁵ Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Sr. Jonathas de Freitas Pedrosa. 1914. pp. 26-27. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

sobre os riscos corridos com a permanência dessas práticas.

Segundo nota, no *Jornal do Commercio*, alguns pais de família solicitavam das autoridades competentes medidas eficazes em relação a um boteco localizado nas proximidades da Praça Tamandaré, a qual, todas as noites, transformava-se num antro de desocupados, prostitutas e bêbados:

Escrevem-nos alguns paes de familia afim de que solicitemos a attenção da autoridade competente para o botequim denominado Malho à praça Tamandaré, onde todas as noites, se reúnem individuos desoccupados e mulheres de via duvidosa em companhia de alguns filhos de familia que ali se vão perverter no deboche e no vicio.⁴⁶

O jornal *Commercio do Amazonas*, no ano de 1899, publicou uma nota que informava sobre a publicação da Lei número 178 de 17 de março de 1899, que tratava sobre os hotéis que hospedavam prostitutas. Na cidade de Belém, tal medida era aplicada com rigor nos hotéis e casas de pensão. “*Chat Noir*”, “*Maison Dorée*”, “*Mendes Nunes*”, “*Maison d'or*” foram alguns hotéis visitados pela polícia paraense. Em Manaus, pedia-se a atenção das autoridades de segurança para combater a prática de “caftinagem”, que era exercida pelos proprietários dos hotéis e pensões.

Já dissemos, já repetimos: só os imbecis e os ineptos podem acreditar que fazemos guerra a esse bando de mulheres infelises, o que nós combatemos são os *caftens*, são todos aquelles que se locupletam com o dinheiro das meretrises, explorando-as como proprietarios de <hoteis>. E por isso estamos na estacada.⁴⁷

Atenções eram solicitadas para o “Hotel Central”, situado à rua Guilherme Moreira. Tratava-se de um hotel tradicional, que funcionava com o nome “Hotel Pingarilho”, nome que causava pânico na sociedade. “A tradição desse fregue vem de longa data; já ha annos, quando era intitulado <Hotel Pingarilho>, o seu nome era um terror para a tranquillidade publica”.⁴⁸ O hotel

⁴⁶ Jornal do Commercio. 17 de setembro de 1909. Nota: *Queixas do Povo*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br.

⁴⁷ Commercio do Amazonas. 4 de abril de 1899. Nota: *O Vicio. Aos Srs. Drs. Superintendente Municipal e desembargador chege de Segurança. A execução da lei*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁴⁸ Commercio do Amazonas. 14 de março de 1899. Nota: *O Vicio. Pela moralidade publica*.

era uma casa de prostituição e estava localizado numa rua bem movimentada, frente a uma escola pública. “E de facto. <O Hotel Central> e de hotel só tem o nome, é situado em rua concorrida, no central da cidade. E – irrisão! - bem em frente a casa da prostituição há uma escola publica, onde as creanças aprendem a ler e bebem as primeiras lições de moral!”.⁴⁹

A aproximação entre a escola e a casa de prostituição causava forte preocupação com a percepção das crianças ao se depararem com as práticas de sociabilidade das prostitutas. A possível convivência entre os alunos da escola e o cotidiano de mulheres que ali vendiam seus serviços sexuais por ofício causava aflição na sociedade manauara. Podemos observar nessa nota que a prostituta é retratada como uma mulher infeliz que é obrigada a se prostituir:

Perguntamos com franqueza desapaixonada que nos caracteriza: não é repugante e não é doloroso terem essas pobres e inocentes creanças de vêr todos os dias, antes, depois e durante a licção, esse hotel nojento, esse bando de infelizes mulheres obrigadas a prostituir-se para viver?⁵⁰

Margareth Rago⁵¹ constatou, através das documentações usadas em seus estudos, que em meio às transformações urbanas e industriais na cidade de São Paulo, a prostituição tornou-se objeto de preocupação entre médicos, juristas, criminologistas e jornalistas desde meados do século XIX. Essa preocupação era voltada para a moralidade pública que visava à padronização e controle do comportamento da mulher. As imagens polarizadas, projetadas sobre a figura da prostituta, eram de cunho fantasmagórico e eram produzidas nas duas versões de prostituta: a da “vítima” de suas condições econômicas e da “*femme fatale*”, que não necessariamente era uma prostituta, mas estava associada à figura da “cortesã”.

Contudo, existe explicação econômica para o comércio do sexo. A prostituição era um meio de complementar a renda reduzida pela ausência de qualificação profissional da mulher. Falava-se também das justificativas

Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁴⁹ Idem. *Ibidem*.

⁵⁰ Idem. *Ibidem*.

⁵¹ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 21-41.

psicológicas que interpretavam a prostituição com morbidades mentais ou traumas. Nesse raciocínio, a prostituição pode se apresentar como uma resposta a uma realidade de miséria econômica, e também como o rompimento de uma ordem moral severa e normatizadora.

Centrada na justificativa econômica para a prostituição, Rago identifica que o empobrecimento da população poderia explicar o crescimento do comércio do sexo, assim como também poderia explicar o aumento das desigualdades sociais (mendicância ou subemprego). A partir desse pensamento, são produzidas mais imagens polarizadas da prostituta, como aquela que vende seu corpo por razões financeiras e aquela que se prostitui para fugir da vida privada de uma “mulher do lar”. Neste último caso, a mulher é representada como “rebelde”, visto que se contrapõe à ordem moral. A autora identifica tal imagem como “prática de resistência”.

A prostituição, na cidade de São Paulo, no século XX, passou a ser observada como um fenômeno urbano e seu crescimento era visto como um problema público que representava a vertente obscura do progresso. Médicos, juristas e feministas propagavam seus discursos contra a prática. Nessa perspectiva, Margareth Rago identifica diversas imagens impostas sobre a mulher prostituta, inclusive aspectos de poder e liberdade que perpassavam um imaginário de modernidade. Dona do seu corpo, a prostituta desvinculava amor e prazer, e comercializando seu corpo propagava um ideal de resistência e rompimento com as prescrições de comportamentos.

A prostituta foi recoberta com múltiplas imagens que lhe atribuíam características de independência, liberdade e poder: *figura da modernidade*, passava a ser associada à extrema liberalização dos costumes nas sociedades civilizadas, à desconexão com os vínculos sociais tradicionais e à multiplicidade de novas práticas sexuais.⁵²

Na madrugada do dia 8 de dezembro de 1917, em Manaus, ocorreu uma grande confusão envolvendo algumas pessoas frequentadoras da casa de uma preta velha, conhecida como Mãe Joanna, tomando parte da briga algumas prostitutas. Entre tiros de revólveres e pistolas, ninguém saiu seriamente

⁵² RAGO, Margareth., op. cit., pp. 41.

machucado, como lemos no jornal *A Capital*:

Por volta das 24 horas desenrolou-se degradantes scenas, resultando *typos* da mais baixa esfera promovem as peiores desordens. Na lueta que também tomaram parte diversas mulheres da vida facil, foram disparados tiros de rewolvers' e pistolas, por aquelles *typos* desclassificados que, assim ameaçavam a vida dos que ali estavam, não se verificando felizmente nenhuma desgraça pessoal.⁵³

Enquanto se pedia por providências das autoridades, o jornal também denunciava a existência do mesmo problema na região da Cachoeira Grande. Tratava-se da casa de uma mulher chamada Maria Antonia, sendo o local um reduto de vagabundos.

Lembramos tambem que não é sómente este antro de vagabundos que ha aqui, pois outros existem em arrebaldes desta capital, como na Cachoeira Grande em casa de uma mulher chamada Maria Antonia. Bem sabemos que a policia sobre o caso tomará das devidas providencias.⁵⁴

No ano seguinte, 1918, o mesmo jornal lançava suas denúncias quanto ao demasiado número de vagabundos na rua dos Remédios, no centro da cidade, onde frequentemente ocorriam brigas entre os moradores de rua, demonstrando a prática de permanência dos mendigos, vagabundos e demais população excluída. “Hontem, depois das 24 horas houve grosso sarilho nesse ordinarissimo frége, á rua dos Remedios. Bem feito seria, que fosse prohibida a aglomeração de vagabundos, que sempre ali se nota.”⁵⁵

Medidas do poder público quanto à urbanização da cidade já aconteceram na década de 1870, com a construção do cais na Praça da Imperatriz, chamado de “Cais da Imperatriz”, e posteriormente com a construção de outra rampa de acesso à entrada de gêneros no mercado público. Os dois locais foram marcados pelas entradas e saídas comerciais.

O processo de modernização chegou até a acanhada cidade de Manaus

⁵³ A Capital. 10 de dezembro de 1917. Nota: *Atravez da cidade. Batuques*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁵⁴ A Capital. Idem.

⁵⁵ A Capital. 12 de março de 1918. Nota: *Atravez da cidade. O musco cahido, em foco*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

e acarretou consigo configurações de novos símbolos que representavam o progresso e a modernidade no espaço urbano. Destacam-se as construções, revitalizações, alargamento e aberturas de ruas, implementações de serviços básicos de uma urbe - como iluminação, água e redes de esgotos -, bem como lugares destinados ao lazer da elite manauara - café, restaurantes, teatros etc.⁵⁶

Conforme publicado no jornal *Commercio do Amazonas*, em 1899, podemos encontrar registros da construção da ponte do bairro de São Raimundo, zona centro-oeste de Manaus:

Ha dias passados, em um dos jornaes da cidade, lemos uma local em que affirmava se estar o governo resolvido a começar a construcção da ponte de S. Raymundo, obra esta de palpitante utilidade. Que ella venha satisfazer a necessidades multiplas do povo manauense, não ha duvida alguma; mas, que se a faça em prolongamento da rua da rua 10 de julho, nisto, não achamos conveniencia de ordem justificavel.⁵⁷

Paralela a esta imagem de cidade moderna, encontrava-se a “outra cidade”: a Manaus escura e suja, por onde lá vagavam as prostitutas, os cáftens, os bêbados e mendigos, palco de múltiplos acontecimentos sociais e culturais.

A cidade de Manaus, nas últimas décadas do século XIX, vivenciava as transformações urbanas e sociais impulsionadas pelo *boom* econômico que a borracha proporcionou neste período. Tal fenômeno econômico acarretou diversas consequências para a cidade em termos estruturais.

Sandra Pesavento⁵⁸ compreendia a cultura da modernidade como algo proeminentemente urbano, que engloba a consideração de dois âmbitos inseparáveis: o primeiro corresponde à cidade como o espaço de ação social, transformações capitalistas e desenvolvimento de uma nova ordem; e, o segundo, corresponde à cidade como tema e sujeito de manifestações culturais.

⁵⁶ PINHEIRO, Maria Luiza U. P., *A Cidade Sobre os Ombros. Trabalho e Conflito no Porto de Manaus. 1899-1925*. Manaus: EDUA, 1999. pp. 36-37.

⁵⁷ *Commercio do Amazonas*. 18 de outubro de 1899. Nota: *Echos do dia. A arborisação*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁵⁸ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O Imaginário da cidade. Visões literárias do urbano*. Porto Alegre, 2002, pp. 158.

Outro exemplo fora do contexto manauara seria o Rio de Janeiro, em meados do século XIX, que vivenciava o mesmo contexto de estruturação e embelezamento da cidade e dos costumes. Tal processo de modernização ressignificou as formas de prazer, oferecendo à urbe uma nova rotina de entretenimento, alargando suas sociabilidades além das tradicionais idas às missas. Neste momento, era inserida e propagada a vida noturna na cidade, fator que preocupou as autoridades públicas devido à circulação das prostitutas no mesmo espaço em que circulavam as mulheres de família.⁵⁹

Se levarmos em consideração que o embelezamento da cidade do Rio de Janeiro foi realizado na tentativa de se representar uma “Paris Tropical”, a distância entre o objetivo e o resultado não desconsidera a intensidade da construção imaginária. Nos aspectos estruturais, a cidade do Rio de Janeiro se aproximou a Paris em alguns elementos, como nas largas e iluminadas avenidas e nas fachadas dos prédios das avenidas mais centrais. Devemos considerar ainda que os aspectos da vida urbana passaram a ser pautados num estilo de vida moderno.⁶⁰

As construções de espaços de lazer em Manaus incluíam-se no processo de configuração da nova ordem urbana. Tais espaços poderiam ser significados num vasto palco de sociabilidades, tendo em vista que foram construídos e usufruídos pelas boas famílias. Entretanto, as prostitutas também os frequentavam. Esse compartimento dos espaços sociais entre prostitutas e mulheres de família potencializava a preocupação das autoridades, que pediam intensas medidas quanto ao abuso moral das meretrizes nos espaços mais frequentados da cidade.

Em 1899, o jornal *Commercio do Amazonas* publicou uma nota pedindo atenção seguida de medidas por parte das autoridades quanto à higiene pública da cidade, pois eram apresentados aproximadamente 30 casos de varíola em diversos bairros, e as autoridades não tomavam providências quanto aos fatores que potencializavam tal situação, como a água parada e animais mortos nas ruas e nas praças:

A cidade está suja, infecta: há, em diversos bairros, águas estagnadas e mefíticas: o serviço da limpeza publica é

⁵⁹ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1992, pp. 21.

⁶⁰ PESAVENTO, op. cit., pp. 161.

imperfeita: nas ruas e praças há pequenos animaes mortos, emfim, - depare-se um terreno excelente para a variola propagar-se com caracter epidemico.⁶¹

Fundamentadas na higiene e na estética, a reforma urbana na cidade de Manaus foi construída fortemente no imaginário social pautado na modernidade parisiense. Não podemos deixar de considerar que as transformações vivenciadas na cidade ultrapassaram os aspectos arquitetônicos. Os hábitos e costumes da população também sofreram transformações. A segregação das camadas pobres das áreas centrais da cidade, bem como as normatizações e disciplinarização das práticas cotidianas foram aspectos relevantes nas transformações do estilo de vida da população.

Na medida em que a extração e o comércio do látex eram intensificados, os crescimentos - econômico, demográfico e arquitetônico - afluíam, resultando em um vasto fenômeno social. A cidade de Manaus, no início do século XX, possuía aproximadamente 50 mil habitantes⁶² (número que representava grande parte da população) que possuíam baixa remuneração ou estavam desempregados.

O ano de 1899 foi marcado pelos registros dos sanitaristas e suas visitas domiciliares a casas e demais residências, e entre algumas localidades: a Praça dos Remédios, a Rua Municipal, a Rua Independência, Rua Luiz Antony, Rua Saldanha Marinho, Colônia Oliveira Machado, Tocos, Eduardo Ribeiro, Instalação, Rua Dr. Moreira etc. Entre os sanitaristas estavam Hermenegildo de Campos, Astrolábio Passos, Basílio Seixas, Domingos de Azevedo, Antônio Palhano, Cândido Barroso, Clementino Ramos e Vasco Chaves, que relataram os diversos transtornos na cidade. Estas visitas tinham como finalidade a vacinação dos doentes e prescrição de novos hábitos, tais como a remoção do lixo de casa, limpeza de banheiros e depósitos, entre outras medidas higiênicas.

No relatório, o prefeito de segurança destaca uma das medidas tomadas pela Segurança Pública de Manaus quanto à organização policial, que foi

⁶¹ Comercio do Amazonas. 18 de abril de 1899. Nota: *Echos do dia. A variola*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁶² DIAS, Ednea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*. Manaus: Valer, 1999, pp. 43.

reformulada e dividida pela cidade em oito distritos policiais (que formavam duas prefeituras com quatro distritos) com seus respectivos postos, com o fim de promover a ordem e possibilitar o atendimento de quaisquer queixas, inclusive as de cunho moral.

Uma outra medida não menos importante, e que se prende directamente á organização policial, é a criação de categorias entre as auctoridades de segurança, de modo que o serviço de policiamento seja feito no districto pela auctoridade respectiva, sem, porém, poder esta recusar-se ao desempenho de qualquer outro serviço policial, quando lhe fôr assim determinado por auctoridade superior... Entendo que se torna imprescindível a adopção de energetica medida no sentido de reprimir os abusos offensivos da moral, que muitas vezes se dão por parte das meretrizes que invadem os pontos mais frequentados da cidade.⁶³

A estrutura da cidade era transformada junto com a sua dinâmica das relações. O médico sanitaria, Hermenegildo Campos, retratou a cidade em seus aspectos mais sombrios em contraste com a imagem de “cidade moderna” ou “Paris dos Trópicos” - construída por parte da imprensa e autoridades. O sanitaria relatou o crescimento desordenado da cidade, as estruturas das casas e demais construções, os bairros que se estabeleciam. Afirmou que no ano de 1903, nos contornos urbanos e suburbanos, existiam 5.500 casas regulares ao imposto, entretanto, sem englobar no referido número:

[...], muitas barracas cobertas de palhas e fachadas ou com palha ou com taboas de caixas de kerozene, de batatas, ou com folhas de latas cortadas: barracas onde residem pobres com numerosa família. Desde o referido ano, até fins de 1907, povoou-se o bairro dos Educandos, a Vila Municipal, construíram-se inúmeras casas e barracas em todas as ruas, no perímetro urbano e suburbano; calculamos em perto de 1.000, não só as relacionadas pela Intendência.⁶⁴

A entrada do século XX representou grande movimento na cidade. A imprensa era ferramenta bastante utilizada na propagação de uma nova

⁶³ Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Sr. Silverio José Nery – Relatório do Prefeito de Segurança Pública. 1901, pp. 441. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁶⁴ CAMPOS, H. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. Manaus: A.C.A., 1988, pp. 100.

maneira de vida através dos anúncios de vestimentas inspiradas na moda francesa, charutos e cigarros, e de diversos serviços, como afinadores de piano, corretores, médicos, advogados, alfaiates etc. Surgiam novas formas de ganhar dinheiro, isto é, outras formas de acumular dinheiro. Em conjunto com o acúmulo de riquezas estava o aumento da chegada de indivíduos de outros estados e países, e o desenvolvimento do comércio. A ânsia pela cidade Manaus modernizada era cada vez maior, e a Manaus paralela ao *glamour* da borracha denegria os ideais.

Mesmo com tantos ideais de “civildade”, as reclamações em alguns jornais perduravam. Chamava-se a atenção para o lixo espalhado e para a falta de manutenção nas ruas e prédios da cidade. O jornal *Commercio do Amazonas*, no ano de 1899, publicou a nota *As reclamações*, que dizia:

O trecho compreendido entre a rua dos Mundurucús e dos Andradas, ainda continua com as valas abertas pelas chuvas nos aterros do mesmo. Urge providências;
 Na ponte da Gloria, ha falta de uma taboa o que prejudica a passagem dos transeuntes;
 Causa lastima vêr-se o estado em que se acha o norte da rua dos Andradas, pois parece um deposito de lixo;
 A rua da Bôa Vista, com as edificações que estão fazendo assemelha-se muito aos paquetes do Loyd Brasileiro. E ainda mais porque na frente d'um novo predio, ou por outra, entre duas casas commerciaes, ha um lamaçal que impede a passagem aos transeuntes.⁶⁵

Sandra Pesavento⁶⁶ considerou que o espaço de uma cidade pode ser observado e utilizado de diversas formas. Para os poderes públicos, o espaço urbano deve ser dividido e sistematizado, estabelecendo divisões, distritos, registros dos nomes dos bairros, de ruas, de avenidas, na numeração das casas e na elaboração de plantas que proporcionam maior visão e organização da cidade.

A intenção da construção de espaços mais apropriados e organizados acarreta uma série de distintas representações sociais daqueles que

⁶⁵ *Commercio do Amazonas*. 29 de janeiro de 1899. Nota: *As Reclamações*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁶⁶ Pesavento, Sandra Jatthy. *Uma Outra Cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, pp. 25-30.

observavam e desfrutavam destes logradouros. Estas representações também podem ser possibilitadas através das prescrições e normatizações que ditavam se os comportamentos e hábitos eram apropriados ou não. Em meio às representações urbanas, existiam os personagens que, durante o cotidiano de transformações, vivenciavam suas experiências e sociabilidades. Entre estes personagens, estão as prostitutas.

Nesse processo, a cidade era dividida em duas partes: a parte que começava a ser revitalizada para que a elite e os grandes comerciantes pudessem usufruir de uma cidade moderna e habitantes civilizados; e a outra parte, o lugar para onde eram encaminhados os pobres.

As imagens da cidade de Manaus e de sua população, produzidas pelos viajantes estrangeiros durante o século XIX, poderiam, por exemplo, ser denominadas como o imaginário urbano unificador, isto é, representações de uma cidade segundo um olhar não familiarizado com o que era observado. Os projetos de urbanização das cidades brasileiras acentuavam a segregação social, transformando certos espaços, como os becos e ruelas, em lugares pobres, sujos e escuros, que abrigavam os piores tipos de indivíduos.

Edinea Macarenhas⁶⁷ identifica que, em meio ao processo de formação da Manaus como a capital da borracha, os poderes públicos, junto com os interesses das elites, aplicaram um sistema excludente e dominador contra aqueles que, dentro da cidade, eram excluídos por suas práticas sociais inapropriadas, segundo os preceitos da elite dominadora. Os poderes públicos buscavam uma ação que prezasse pela moral, pela ordem urbana e pelos bons costumes, logo, fazia-se necessário o afastamento das classes desfavorecidas, dos vagabundos, dos doentes, das prostitutas, dos mendigos, dentre outros. Esta classe não poderia fazer parte do cenário da cidade da borracha.

As imagens reincidentes, mostradas nas entrelinhas dos relatos de viagem, compunham uma cidade de várias faces: “suja”, “desordenada”, “falta de prédios públicos”, “jogatina”, “bêbados”, “mulheres seminuas”, “distraídas” e “graciosas”, “ruas estreitas”, “urubus nos telhados”. Tais constatações mostram a cidade percebida pelos viajantes estrangeiros no século XIX, e são imagens que, de certa forma, apareciam na imprensa manauara no século XX. Pode-se

⁶⁷ DIAS, op. cit., pp. 120.

dizer que representam imagens de resistência das práticas de afetividade e de sociabilidade da população da cidade de Manaus.

Contudo, podemos observar que mesmo diante dos olhares e das medidas repressivas, as experiências cotidianas da população eram notadas e registradas ao longo dos periódicos. Como escreveu Paulo Marreiro dos Santos, em seu artigo intitulado “Os rostos do perigo: A imprensa e a ciência criminal estereotipando culturas na Manaus da Belle Époque”⁶⁸, a população excluída, na cidade da borracha, era representada através de imagens estereotipadas pela imprensa, dando ao leitor a noção da distinção entre as práticas aceitáveis e as condenáveis, identificando, assim, a ênfase no papel da imprensa como uma ferramenta propagadora dos preceitos da modernidade, acentuando o cotidiano de exclusão.

A imprensa continuava a notificar o cotidiano da cidade de tal forma, que se podia identificar as imagens reincidentes dos personagens excluídos como fenômeno de resistência. Sua existência e permanência nos espaços da cidade eram cada vez mais registradas nas páginas dos periódicos. Os moradores do centro da cidade, nas proximidades da rua Doutor Moreira, eram denunciados como um grupo de indivíduos desocupados que costumavam causar desordens. E todas as noites, num boteco chamado “Artigos bellicos”, nas proximidades da rua Leonardo Malcher, aconteciam grandes reuniões que aglomeravam extenso número de indivíduos desocupados. Os moradores da região pediam medidas policiais para o estabelecimento e para aquelas pessoas.⁶⁹

A polícia não era feita apenas para vigiar as ruas, prender criminosos, vigiar as prostitutas e outros comportamentos inapropriados, mas também era utilizada como mecanismo de preservação dos bons costumes e da moralidade. “A policia não foi feita só para guardar as ruas, prender criminosos e desordeiros. Deve ser também sua missão zelar pela moral pública, não permitindo abusos que desabonem a nossa sociedade”.⁷⁰

⁶⁸ SANTOS, Paulo Marreiro dos. *Os rostos do perigo: a imprensa e a ciência criminal estereotipando culturas na Manaus da Belle Époque*. Trabalho apresentado ao seminário Temático 15. XIX Encontro Regional de História da ANPUH. São Paulo Agosto de 2008.

⁶⁹ Jornal do Commercio. Edições variadas. 07 de fevereiro e 02 de dezembro de 1913. Disponível: www.jcam.com.br.

⁷⁰ Jornal do Commercio. 19 de abril de 1906. Nota: *Opiniões e controversias*. Disponível: www.jcam.com.br

CAPÍTULO II

O COTIDIANO DE (IN) TOLERÂNCIA

“A rua dos destinos desgraçados
 Faz medo. O Vício estruge. Ouvem-se os brados
 Da danação carnal... Lúbrica, à lua,
 Na sodomia das mais negras bodas, [...]
 Uma mulher completamente nua!
 É a meretriz que, de cabelos ruivos, [...]
 Na mesma esteira pública, recebe,
 Entre farraparias e esplendores,
 O eretismo das classes superiores
 E o orgasmo bastardíssimo da plebe!”

Augusto dos Anjos. *Eu e Outras poesias*, Porto Alegre, 2002.

Neste capítulo, focalizaremos no estudo das representações da prática da prostituição no espaço urbano da cidade de Manaus. Utilizaremos como fonte de investigação: jornais, códigos de posturas, mensagens e relatórios dos governantes do Estado do Amazonas e bibliografias sobre o tema.

Consideraremos que as fontes estudadas correspondem a representações oriundas do imaginário urbano. As imagens que encontramos sobre as prostitutas e suas práticas foram produzidas a partir de um determinado setor da sociedade e foram propagadas pela imprensa da época, formadora de opiniões.

A população, esquecida de providências e melhorias sociais, mantinha suas práticas cotidianas de sociabilidades e afetividades, mesmo vigiada pelos poderes públicos e condenada pelos códigos de posturas e pelos discursos disciplinadores. O conceito de cotidiano, segundo Maria Odila da Silva Dias⁷¹, implica “mudanças, rupturas, dissolução de culturas, possibilidades de novos modos de ser”. De acordo com a autora, os historiadores do cotidiano trabalham com a pluralidade de tempos coexistentes no mesmo tempo

⁷¹ DIAS, Maria Odila da Silva. *Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia contemporânea*. Proj. História, São Paulo, (17), nov. 1998, pp. 226-227.

histórico. O estudo do cotidiano revela um espaço de resistências e transformações dos sujeitos históricos, seus mecanismos e suas estratégias de sobrevivência, que constantemente pode ser “re-inventado”.⁷²

A prostituição era um assunto frequentemente abordado nas páginas dos jornais na cidade de Manaus e suas práticas poderiam ser traduzidas nas mais variadas representações. Construía-se a imagem da mulher prostituta como a “vilã” ou como o “câncer social”. À medida que as “toleradas” foram tornando-se personagens bastante notificadas nos jornais, revelou-se, de um lado, um cotidiano de resistência, e de outro, um de repressão e intolerância.

É importante salientar que, no momento em que a prostituição foi caracterizada pelas autoridades como um “mal necessário”, abriu-se espaço para a reflexão sobre qual prostituição estas autoridades estavam se referindo. A partir dessa pausa para análise, fica claro que a prostituição necessária era aquela que atendia à demanda da população enriquecida, aos chefes de departamentos públicos e aos seus filhos, que iniciavam suas vidas sexuais com prostitutas de luxo. A prostituição miserável, conhecida como baixo meretrício, por sua vez, era um grande mal “nada necessário”.

Michel Foucault⁷³ trabalhou com a chamada “hipocrisia das sociedades burguesas”, induzida a certas subvenções, isto é, a instauração de lugares específicos para as “sexualidades ilegítimas”. Pensou-se em, estrategicamente, levar os “incômodos” para outros lugares, onde pudessem estar no meio do ciclo de produção ou do lucro. Foucault evidencia que estes lugares específicos eram chamados de “lugares de tolerância”, os quais eram revertidos nas formas de prostíbulo e de casas de saúde, onde figuraria o espaço legítimo do denominado “sexo selvagem”.

O aumento da prostituição acompanhava o crescimento das doenças, fazendo com que as autoridades tomassem providências. Nesse sentido, foram redigidos os códigos, as leis e as demais formas de normatizações. Também surgiu a vertente sanitária, a qual consistia na necessidade de o governo precaver a saúde das pessoas, incluindo as profilaxias das doenças venéreas. Numa mensagem do governador, percebe-se a preocupação do poder público

⁷² Sobre estudos do cotidiano ver: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, 3ª. Edição.

⁷³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980. 3a. Edição. p. 10.

com a prática da prostituição:

A prostituição é de todos os tempos, existe em todos os países, apesar das repressivas havidas em diversas épocas. A sua propagação, o seu aumento, e as diversas molestias asquerosas a que dá origem fizeram com que os Estados intervissem, estabelecendo nos Códigos penais para as diversas formas sob as quais se manifesta; mas não parou ali a intervenção e em alguns países, não se enxergando na prostituição senão o seu lado sanitario pretenderam alguns cientistas que a acção do governo devia exercitar-se no intuito de acautelar a saúde do povo contra as manifestações da syphilis, reduzindo-a ao mínimo por meio de terem vigilância sanitaria.⁷⁴

O discurso apresentado deu origem à noção de regulamentação, que se iniciava na permissão e na tolerância, e resultava no reconhecimento da prostituição como mercado: “D’ahi nasceu a idéa de regulamentação, principiando por consentil-a e toleral-a e acabando por consideral-a como uma indústria”. No relatório analisado, identificamos também que, nos anos de 1881, 1883, 1888 e 1890, a regulamentação novamente tornou-se assunto na imprensa e na Academia de Medicina. Entretanto, mesmo que alguns fossem a favor da regulamentação, ela não foi alcançada porque, no cotidiano, as práticas se reinventam. No mesmo relatório, em 1904, o governador faz uma comparação com outros países e se coloca contra a regulamentação, dado ser para ele, um “commercio immoral”.

Como se observa em Paris e em outras cidades, redundando isto no abandono da idéa pela Inglaterra, Noruega e Estados Unidos e projectos de extinção na Italia, Belgica, Dinamarca, etc. E combatida com valiosos argumentos nas cidades onde existe por sabios dignos de nota; assim pois torna-se contraproducente a medida de regulamentação, devendo ser abolida, pois, como diz o dr. Costa Ferraz <<ela não pode coibir o desenvolvimento da syphilis e importa a organização official do deboche, a legalisação da libidinagem, o aviltamento da mulher sob o patronato do Estado, a elevação de um commercio immoral e torpe á categoria de profissão regular e legitima>>.⁷⁵

⁷⁴ Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Sr. Silverio José Nery – Relatório do Prefeito de Segurança Pública. 1904, pp. 211. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁷⁵ Idem.

Nesse discurso, o governador ainda solicita da polícia “medidas rigorosas, repressivas dos escandalos publicos de prostituição”⁷⁶, sem deixar passar despercebida a “venda ou distribuição de escriptos, imagens ou figuras obscenas; da pratica do lenocinio de sorte que a moral publica não seja offendida”⁷⁷.

A regulamentação da prostituição tornava-se assunto entre as autoridades e era exposta nas páginas dos jornais, o que preocupava a camada dominante da cidade. Na edição de 27 de novembro de 1898, do jornal *Commercio do Amazonas*, foi publicada uma entrevista do *Jornal do Brazil*, com o ministro Epitacio Pessoa, o qual foi questionado sobre a polícia e as demais medidas regulamentadoras, tratando-se de temas tais como: a prostituição, as casas de tolerância e o jogo.

A infantaria de policia augmenta-se por esta maneira embora em forma civil; e a cavalaria fica reduzida ao necessário contingente para a prontidão sempre necessária na hypothese dos tumultos e as patrulhas suburbanas. O dr. Sampaio Ferraz procurará também regulamentar quanto possível a prostituição, desde a visita até a casa de tolerância, e fará guerra desapiedada ao jogo.⁷⁸

O Jornal do Comércio, em 1904, pedia a atenção da polícia civil que não enxergava além dos fatos já ocorridos:

Teve o melhor e o mais caloroso acolhimento na população amazonense o nosso Echo sob este titulo, e isso nos anima a prosseguir na tarefa, que de bôa fé iniciamos. O que é verdade e está no espirito de todos. É que, em matéria de pesquisa policial é de regulamentar a prostituição, tudo resta por fazer entre nós. Dissemos o outro dia e insistimos: a policia civil, limitando-se a tomar conhecimento apenas dos factos passados.⁷⁹

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ *Commercio do Amazonas*. 27 de dezembro de 1898. Nota: *Planos e Idéas*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁷⁹ *Jornal do Commercio*. 31 de janeiro de 1904. Nota: *A Bem da Moral*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br

A cidade de Manaus estava sendo tomada pela presença de cáftens, prostitutas e malfeitores, fator este que causava atenção e incômodo. Algumas notas também mostram o pensamento “polarizado” sobre a prostituta, representada como uma vítima por ter sua vida explorada por seus cáftens, que deveriam ser expulsos da cidade:

Dá logar a que pela cidade toda competem livremente malfeitores e caftens, que hali varios aspectos e formas exploram as pobres infelises, a quem a mà cabeça atirou para a perdição. Esses seres repugnantes, abjecção da natureza, denunciam-se com a maior facilidade, e devem ser isolados, sequestrados da parte sã da sociedade.⁸⁰

Esses indivíduos eram retratados pelo jornal como “typos, que não ha muito tempo foram capangas, assassinos, nos outros Estados”⁸¹, que pela cidade de Manaus transitavam tranquilamente sem interferência alguma das autoridades policiais e que “mais de um anda ou andou por ahi, apontado pela população, como autor de crimes cometidos – mulheres de má vida, a que todavia aqui vive ou viveu tranquillo e feliz”.⁸²

A prática de gerenciamento de prostitutas e de outras ações de trapagens e roubos era recorrente na cidade, e os jornais também destacam as casas de tolerância que tanto incomodavam a vizinhança. Neste sentido, lá estava o olhar inquisidor da imprensa, chamando a atenção do poder público e notificando constantes práticas de roubos e gerenciamento de prostitutas na cidade:

A' cada instante registramos casos de scroquerie* e de caftismo, em que são autores individuos que a policia desconhece. A cidade está invadida por individuos de fóra e dentro do paiz, que teem por único meio de vida a exploração das mulheres infelises que inundam Manáos.⁸³

⁸⁰ Jornal do Commercio. 31 de janeiro de 1904. Nota: *A Bem da Moral*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

* Palavra de origem francesa, que faz referência as práticas de roubos e trapagens.

⁸³ Jornal do Commercio. 29 de janeiro de 1904. Nota: *A Bem da Moral*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br

O jornal *Imparcial* publicou algumas considerações importantes quanto à depravação dos costumes. Alguns diziam que “o desrespeito às leis da moral significa o progresso de um povo”⁸⁴, defendendo como exemplo as cidades de Paris e Londres, que também eram representadas como “foco da devassidão”.

Na cidade de Manaus, a prostituição consistia em uma das grandes preocupações dos poderes públicos, pois medidas de repressão eram constantemente exigidas. Nas ruas da cidade, era possível enxergar o comércio sexual, o qual envolvia desde moças menores de idade, gracejando os transeuntes, até os “D. Juans” à procura de jovens garotas para gerenciarem. Estes sujeitos eram representados como “indivíduos que são a lepra social”. O jornal *Imparcial*, em 1918, fez uma nota denunciando a prostituição:

Em Manáos, a prostituição está tomando um vulto assustador, que exige uma imediata repressão por parte dos poderes publicos. Pelas ruas da cidade andam bandos de raparigas menores de 16 annos, passeando a sua miseria na inconsciencia da desgraça que as attingiu. Pelos arrabaldes andam os D. Juans, caçando as mocinhas inexperientes para as atirarem no monturo.⁸⁵

Nas portas das casas, as prostitutas esperavam seus clientes, com gracejos, canções e poucas roupas, provocando aqueles que mais se incomodavam com seus comércios. As casas de tolerância eram descritas pelos articulistas da imprensa como lugares repugnantes, onde as “boas moças” eram desviadas para o caminho da prostituição.

Por certas ruas da cidade uma família não pode transitar, porque as horizontaes estão nas portas das casas, quase desnudas, a cantarolar estrofes obscenas, a fazer garbo de seu misero commercio, sem o minimo respeito aos que passam, cuidando de seus trabalhos. Nos suburbios, ha varias casas de “rendez-vous”, poscilgas indecorosas, para onde os malvados levam, muita vez, creaturas inconscientes.⁸⁶

⁸⁴ *Imparcial*. 14 de junho de 1918. Nota: *Pela Moral. Em bem da Sociedade*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁸⁵ *Imparcial*. 14 de junho de 1918. Nota: *Pela Moral. Em bem da Sociedade*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

⁸⁶ *Idem*.

As medidas solicitadas giravam em torno da extinção dos gerenciadores (conhecidos como “cáftens”); da proibição da permanência de prostitutas seminuas nas portas das suas próprias casas; e, por fim, da interdição das casas de tolerância.

Será para louvar, pois, o acto de nossa autoridade, dando caça eficaz aos seductores, proibindo a estadia das mundanas, em trajes indecorosos, nas portas das casas, os gritos obscenos, e, emfim, mandando fechar esses “chalets” de encontros criminosos.⁸⁷

Destacamos aqui os espaços legitimados pela prostituição e suas práticas de sociabilidades e afetividades. Neste aspecto, o comércio do sexo legitimava seus espaços nas ruas, nas casas e, principalmente, no imaginário social, ocupando de forma inevitável as colunas dos jornais.

Edson Holtz⁸⁸ observou que, muitos daqueles que propagavam os discursos de reprovação da existência e permanência dos lugares específicos do prazer (prostituição e jogatina) e que clamavam pelo extermínio desses espaços e dessas práticas, também utilizavam aqueles lugares para encontros de amigos, negócios e prazer.

Podemos considerar que as casas de tolerância, isto é, os lugares reservados para a comercialização do sexo e outras práticas, estavam presentes em boa parte da cidade de Manaus. Os elementos de pertencimentos do grupo social nos espaços de sociabilidades e afetividades eram significados como elementos criminosos e imorais.

A permanência de tais práticas causava forte reprovação perante os códigos de comportamento da população dominante, ainda mais que a comercialização do sexo não se limitava apenas ao âmbito privado nos bordéis, hotéis, casas e lupanares, mas também atingira o âmbito público nas próprias ruas da cidade. O comércio sexual era praticado com sua grande força desde os horários de maior circulação de pessoas até a madrugada, impedindo os passeios familiares, as conversas em frente das residências e as olhadas pela

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. p. 76.

janela. O jornal do Commercio, em 1904, denunciava:

Não ha muito tempo, os jornaes deram signal de rebate, denunciando um caso de violência havido na rua Barroso, nas vizinhanças do Correio, por parte de um d'esses bandidos, em uma casa de tolerancia. Estas casas, por sua vez, enxameiam a cidade, e nos centros mais populosos, nas linhas dos bonds, com grande offensa á moral publica. Tolerancia para essas infelizes, mas tolerancia como se usa para os ritos, dentro das suas casas e sob fiscalisação da policia. Infelizmente assim não é. As mulheres de má vida vivem aqui em Manáos, na rua, onde se dão rendez-rous desde pela manhã até alta hora da noite. As familias dignas e honestas é que não podem chegar à janella, porque nas principaes ruas é a exhibição de immoralidade, com a tolerancia da policia.⁸⁹

Em 1902, o *Jornalsinho*, periódico noticioso e humorístico, publicou uma nota pedindo a atenção das autoridades policiais e da segurança pública para o jardim público da cidade, onde as famílias desfrutavam dos tradicionais passeios noturnos às quintas e domingos. No processo de configuração de novas formas e espaços de lazer, o jardim público poderia ser significado como um espaço de sociabilidades. As prostitutas também poderiam ser encontradas no jardim, elemento de preocupação dos poderes públicos e das famílias, vez que houve a divisão dos mesmos espaços entre prostitutas e mulheres de família.

Chamando a atenção para a falta de respeito que há no nosso jardim publico, lugar para onde antigamente às quintas feiras e domingos, convergiam as familias amazonenses... Além disso para alli vão mulheres mundanas à misturar-se com familias distinctas, sem o menor escrupulo, mal interpretando o papel que a ellas está destinado na sociedade, motivo pelo qual vae cahindo em decadência o comparecimento alli de muitas familias distinctas da nossa elite social.⁹⁰

Nas novas praças repletas de jardins, bancos, monumentos e coretos eram realizadas as apresentações musicais, recebendo o mais requintado público nas agradáveis tardes de passeios. Na edição de 16 de dezembro de 1900, do jornal *O Foguete*, registrou-se um fato de conflito social no espaço do

⁸⁹ Jornal do Commercio. 29 de janeiro de 1904. Nota: *A Bem da Moral*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br.

⁹⁰ O *Jornalsinho*. 6 de outubro de 1902. Nota: *O Nosso Passeio*. Disponível: Acervo Centro Cultural Povos da Amazônia.

jardim público, onde, durante a apresentação musical da banda, ocorrera uma agressão entre algumas mulheres (possivelmente prostitutas) e alguns agentes municipais, resultando o ocorrido na expulsão das mulheres do jardim “público”. Segundo o jornal, tamanha era a confusão que:

[...] Mal pode reconhecer algumas das pessoas á quem esses amigos da limpeza atacavam: eram: Mulata do Luneta, Philomena Magricella, Joanhina [...], Angelica Santa Casa, Maria Sapa, e Camilla Seringueira. E continuaram a agressão sem haver quem podesse livral-as dos taes auxiliares da Hygiene e da moral, até que por fim as pozeram fóra d' aquelle recinto que só deve ser destinado a pessoas serias, sadias e limpas.⁹¹

O centro da cidade tornou-se uma área de forte presença da prostituição. De fato, oferecia grandes oportunidades de lazer, sexo, jogatinas, comércio ilícitos, bares, entre outras coisas, mas, certamente, não era a única localidade em que a prostituição poderia ser encontrada. Tal prática estava presente em grande parte da cidade, aumentando assim o número de protestos, apelos à polícia e a outras autoridades em geral.

É importante considerarmos que as novas noções de lazer instauradas pelo imaginário urbano moderno modificaram o cotidiano da população, em especial das mulheres de famílias, que passaram a ser inseridas na vida pública. Inevitavelmente, a mulher de família passou a dividir os novos espaços de lazer com a prostituta, despertando assim a necessidade da intervenção policial, objetivando a disciplinarização dos costumes, mantendo a mulher de família dentro de casa.

Para contribuir com o pensamento, utilizamos novamente o trabalho de Margareth Rago⁹². A autora, em sua análise, considera que os espaços de sociabilidades dos prazeres ocorreram de forma crescente, em decorrência do próprio processo de modernização pelo qual as cidades brasileiras passavam. Com esses espaços de sociabilidades em expansão, a profissionalização do mercado sexual passou a ser cada vez mais experimentada. Complementando a análise, a autora observou que a prostituição estava fortemente presente nas

⁹¹ O Foguete. 11 de dezembro de 1900. Nota: *Tempestade*. Disponível: Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

⁹² RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 95.

áreas centrais e comerciais da cidade, devido à proximidade com bares, cafés, bordéis, cinemas e afins, que se tornavam atrativos para a população masculina em geral, tanto os mais favorecidos, quanto os trabalhadores, os estudantes e até mesmo aqueles sem profissão. Em Manaus, não era diferente, conforme vemos nesta nota publicada em 1904.

Epaminondas, Saldanha Marinho, Matriz, Itamaracá, 10 de Julho, 24 de Maio, para de outras não falar, sendo ruas centraes, são ninhos de prostituição barata, com todos os inconvenientes do lupanar franqueado aos viandantes.⁹³

A cidade de Manaus, na virada do século XIX para o XX, transformou-se em um vasto palco de acontecimentos. No raiar do dia, diversas atividades eram realizadas: trabalhadores transitavam para seus empregos, os comércios abriam suas portas para mais um dia de trabalho, e, neste contexto, as prostitutas não esperavam o pôr-do-sol para iniciarem suas atividades.

O cotidiano das prostitutas estava repleto de códigos e significações, que pertenciam ao “ser prostituta”. Elas eram comerciantes que possuíam suas imagens, seus corpos e posteriormente, o prazer como mercadorias, logo, a oferta do produto era necessária. Partindo desta necessidade, o mundo dos “negócios sexuais” acarretava consigo um cenário de sociabilidades. A todos que passavam pelas zonas, eram oferecidos os serviços que poderiam ser encontrados naqueles espaços. Gestos, olhares, gracejos e conversas faziam parte do vasto universo do comércio “alternativo”.

Nesse processo de configuração das novas formas de prazer, o perfil da prostituta também era redefinido, da “francesa” até a “coccote”. Sua exibição enquanto mercadoria revelava a condição social da prostituta.⁹⁴

Simultaneamente ao cotidiano central manauara, lá estavam elas, expondo seus produtos de venda. Em mais um dia de trabalho, iniciava-se o jogo da sedução, na busca de clientes em potencial. Nem todas as formas de sociabilidades eram em festas, regadas a bebedeiras e orgias, mas as confusões, agressões verbais e físicas estavam sempre presente no cotidiano do meretrício, como ocorreu numa tarde no centro da cidade, precisamente na

⁹³ Jornal do Commercio. 29 de janeiro de 1904. Nota: *Echos do Dia: A bem da moral*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br

⁹⁴ RAGO (2008), op. cit., p. 96.

rua 24 de maio, local em que, por sinal, era uma das ruas bem conhecidas pela ocupação de prostitutas. Durante a tarde, duas prostitutas, Antonica e Cecilia se desentenderam por ciúmes e partiram para a agressão física. A população expectadora do combate informou o acontecido às autoridades responsáveis, concluindo assim o grande duelo.⁹⁵

O ciúme⁹⁶ é uma sensibilidade que se destacava nas representações do meretrício. Era sempre o motivo de brigas e confusões, poderiam ser entre elas mesmas - como no caso de Cecilia e Antonica, que disputavam o mesmo amado - ou até de amantes e ex-amantes, descontentes com o triste destino de seu caso.

Hontem, ás 4 horas e trinta e cinco minutos da tarde, duas mulheres de má vida á rua 24 de Maio n. 17, Cecilia M. Da Rocha e Antonica de tal, engalinharam-se por motivos de ciúme. Do duello sahiu ferida a primeira, na região frontal, pois foi de encontro a parede da casa. Foram dar parte do occorrido á chefatura os srs. Aristides Ferreira da Rocha, Luiz Marques Netto e Alfredo da Silva. A auctoridade de permanencia tomou conhecimento do occorrido. Essa rua 24 de Maio faz parte do polygono fatal de indecencias provocadas por meretrizes e sobre o qual temos chamado a atenção das auctoridades policiaes.⁹⁷

O imaginário da época era constituído pelo fenômeno da modernidade, logo, o anseio de se construir uma cidade que representasse um pedaço da Europa tornou-se o objetivo. Contudo, as práticas da população subalterna não correspondiam com os anseios de uma Manaus modernizada. Fato resultante desse processo foi o afastamento dessas práticas do cotidiano da “Bela Época” manauara. Tal processo se apresentou na cidade de São Paulo de forma similar. Notava-se a preocupação em retratar e associar a cidade aos grandes lugares modernos europeus, o que resultou na super valorização das obras que intencionavam o “progresso republicano”.⁹⁸

⁹⁵ Jornal do Commercio. 13 de março de 1904. Nota: *Scenas pouco edificantes. Polygono da prostituição*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br

⁹⁶ Ao analisar as mulheres e o comércio do sexo em Florianópolis, Ivonete pereira também destaca algumas sensibilidades presentes no cotidiano estudado, entre elas, o ciúme. Em: Pereira, Ivonete. *As décadas: prostituição em Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 114.

⁹⁷ Jornal do Commercio. 13 de março de 1904. Nota: *Scenas pouco edificantes. Polygono da prostituição*. Disponível: Acervo digital do Jornal do Comércio: www.jcam.com.br

⁹⁸ RAGO (2008), op. cit., p. 65.

Com isso, podemos analisar o mecanismo de remoção das práticas indesejáveis, isto é, os representantes do poder, de forma geral, tinham conhecimento da impossibilidade de se acabar com a prostituição, portanto, o mecanismo foi aplicado para remover práticas indevidas a lugares menos assistidos.

A imprensa, nesse sentido, foi um instrumento propagador do discurso de modernização, da limpeza moral e as outras formas de controle. Em outras palavras, seu papel era disseminar suas verdades no imaginário da população expectadora.

Sobre essa questão, o papel dos leitores também é um aspecto ressaltado pela historiadora Sandra Pesavento⁹⁹. As possíveis expectativas no processo de recepção dos discursos publicados nos jornais eram consideradas “produtos”, necessitando-se de um público pagante para permanecerem em circulação. Nesse caso, podemos considerar que as notícias dos jornais encaixavam-se nas expectativas do público receptor.

A autora destaca também que as notícias dos jornais publicadas com insistência a respeito dos espaços condenados com seus personagens e suas práticas, muitas das vezes, precipitavam as providências das autoridades competentes quanto a tais lugares e a práticas indesejáveis.

Os elementos moralistas e a preocupação com o “saneamento moral”, no discurso jornalístico, seguiam a proposta de preservação dos bons costumes, considerando, ainda, o papel do jornalista em defender a moralidade dos habitantes da cidade e seus outros interesses. Eram propagadas as mais obscuras e fantasmagóricas representações da prostituição, cotidianos narrados por páginas e mais páginas dos jornais.¹⁰⁰

A prostituição era associada a todas as práticas criminosas e subversivas, sustentada pela destruição dos bons costumes da sociedade. Regularmente, eram registrados fatos a respeito do mundo da prostituição, com isso convocava-se o Código Penal e as autoridades para que tomassem providências a fim de interromper os escândalos da prostituição, como vemos, em 1910, numa nota do jornal *A opinião*:

⁹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma Outra Cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, pp. 35.

¹⁰⁰ PESAVENTO (2001), op. cit., p. 43.

Que só assimila crimes, miserias e baixesas e chama-se prostituição, a qual, por qualquer lado que seja encarada, é uma voragem insondável, um monstro que se alimenta daquillo que a sociedade tem de mais valioso. A prostituição não se justifica, nunca se justificou, nem se justificará jamais, não é um recurso é simplesmente um ferrete ignominioso. Raro é o mez em que se não registrem factos que muito depõe contra os nossos creditos de povo moralizado; referimo-nos aos attentados ao pudor. Não vae, nestas linhas, uma accusação aos administradores da Justiça, bem sabemos que esse spectaculo revoltante, mas desgraçadamente muito commum, principalmente entre o proletariado, passa sem correctivo de qualquer especie, porque a auctoridade tem de estacar deante dos artigos 274 e 275 do Cod. Penal, visto como aquelles que tem o dever de agir, sancionam esses desregramentos com o seu descaso...¹⁰¹

Foi notificado pelo Jornal *Commercio do Amazonas*¹⁰², no ano de 1899, que em Belém poderiam ser encontradas diversas residências identificadas como hotéis ou pensões, mas que exerciam a real finalidade de bordéis, hospedarias para prostitutas, bem como um espaço disponibilizado para a prática da prostituição. Nesse caso destacado pelo jornal, as autoridades solicitaram alguma punição para os proprietários das casas, pelo delito de lenocínio, embasado no art. 278 do Código Penal da República.

A nota do jornal mostra a decepção ao tratar da existência das casas de prostituição na cidade de Manaus: “Pesa-nos minuciar as casas de deboche da nossa cidade, e bem sabemos que isso despertará o odio n'aquelles a quem censuramos e a quem apontamos como os principaes propugnadores do vicio, especuladores da crápula rasa e desprezível”.¹⁰³

Observamos que a vida cotidiana, nessa parte da cidade, causava forte ruptura com os preceitos que eram desejados pela elite dominante. O incômodo era representado pela voz do discurso da moral, entretanto, as janelas da “chique sociedade manauense” não se fechavam para as práticas profanas, ao contrário, o espetáculo mundano era assistido e representado nas páginas dos jornais, como no caso de uma festa realizada na casa de uma

¹⁰¹ A Opinião. 1º de janeiro de 1910. Nota: *Offensas ao pudor*. Disponível: Acervo Centro Cultural Povos da Amazônia.

¹⁰² *Commercio do Amazonas*. 29 de Março de 1899. Nota: *Os caftens no Pará. Uma providencia da policia*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹⁰³ *Commercio do Amazonas*. 14 de março de 1899. Nota: O vicio. Pela Moralidade publica. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

prostituta chamada Angelina, a qual recebeu em sua residência um grande número de outras prostitutas e homens socialmente respeitados.

As formas de sociabilidades nos bailes do meretrício não eram mantidas no mundo “privado”. Por mais que fossem realizadas dentro de casas, identificamos a configuração da tênue relação entre os âmbitos privado e público. Entendemos que esse processo não se dava apenas no momento em que as formas de sociabilidades das prostitutas eram representadas nos jornais, também era iniciado no momento em que os sujeitos observadores daquele contexto obtinham a recepção dos símbolos por trás daquele mundo.

No baile realizado na casa desta marafona, soubemos que esteve bastante concorrido por grande número de ratuinas e distintos cavalheiros. E como não nos sobra tempo para declarar tudo que se passou naquella “coito”, adiantamos apenas que houve muitos barulhos, sahindo em sena o fallado pratico Mundico, ferido por uma “pitomba” arremessada por um militar, terminando por esse facto o mesmo baile.¹⁰⁴

Manaus é representada como um dos verdadeiros reflexos de “Sodoma e Gomorra”. A cidade dos vícios, da vagabundagem sem limites, da pederastia soma-se aos os bordéis e casas de tolerância distribuídos pelas ruas, sem moralidade, nem obstáculos. O discurso da imprensa clamava por medidas, “[...], e' de suprema necessidade um paradeiro à onda do mal, pois, nesta terra, deve reinar a virtude e não o vicio, que isto o que é a capital do AMAZONAS e não Sodoma. Prosseguiremos”.¹⁰⁵

Entre ruas, esquinas e becos encontravam-se os vestígios das práticas de sociabilidades do meretrício, tais como as prostitutas nas janelas das casas no centro da cidade. Espaços como praças, botecos e cinemas, eram significados num vasto espaço das sociabilidades do submundo. Nos bares, as prostitutas embriagavam-se ao lado dos homoeróticos, representados como “rapazolas”, “pederastas” ou “brizas”, que faziam parte da vasta composição habitacional do submundo.

De acordo com a imprensa da época, a representação dos homoeróticos

¹⁰⁴ Chicote. 12 de julho de 1913. Nota: *O Baile da Angelina*. Disponível no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

¹⁰⁵ A Opinião. 1º de janeiro de 1910. Nota: *Offensas ao pudor*. Disponível: Acervo Centro Cultural Povos da Amazônia.

era associada a todos os vícios existentes, de forma que bons moços eram desviados para a vida mundana dos vícios nas esquinas dos cinemas e nos jardins públicos, abandonando suas boas aparências por figuras “amareletas e repulsivas”. No jornal *A opinião*, em 1910, lemos que:

Manáos é hoje, - negue-o embora a legião maldicta dos optimistas – um dos mais sinceros espelhos de Sodoma e Gomorrha. Todos os vícios aqui campeiam impunemente. Desde a vagabundagem irrefreada até a pederastia avassaladora, com escalas por bordéis e casas suspeitas. A Rua é o escoadouro dessa enxurrada a que se não oppõe barreiras nem diques de moralidade. Venha d'ahi um indifferente por essas coisas, ou um interessado pela prophylaxia moral dessa “urbs”; acompanhe-nos pelos becos, ruas e avenida transmudadas em canos de esgoto... e vejamos: As proxonêtas coçam cynicamente os cotovellos nas janellas altas da 10 de julho, da Epaminondas, da Itamaracá, da Costa Azevedo, da Joaquim Sarmiento... As baiucas, onde o bando dos encarregados da L.P. Raras vezes entram, a não ser em “serviço especial”, despejam-n'as pelas calçadas, em chambres rendados, transparentes.¹⁰⁶

Entre conhecidas ruas como Joaquim Sarmiento, 10 de Julho e Itamaracá, as prostitutas poderiam ser encontradas em diversos lugares, dos “cinemas enlameando a alvura immacula dos vestidos das senhoritas”¹⁰⁷, aos “botequíns embriagando-se ao lado de rapazolas nescios e velhos libertinos”.¹⁰⁸

A formação da imagem da prostituta é considerada por Margareth Rago como uma figura de alteridade, pois representava outro universo onde tudo era configurado como mercadoria. Concomitantemente, a prostituta é a vendedora e o produto, que simbolizava a miséria e a degradação. A autora compreende que a relação entre a prostituta e seu cliente não é elaborada numa relação entre indivíduos, e sim entre objetos parciais, que são aspectos inaceitáveis para uma sociedade que se caracteriza a partir de uma “forma de subjetividade” estabelecida num corpo privado.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Chicote. 2 de agosto de 1913. Nota: *Malles a debellar: Com vistas a esforçada policia*. Disponível no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

¹⁰⁷ Chicote. 2 de agosto de 1913. Idem.

¹⁰⁸ Chicote. 2 de agosto de 1913. Idem.

¹⁰⁹ RAGO (2008), op. cit., pp. 46.

Considerando as mudanças sociais pelas quais passava a população da cidade de Manaus, a urbanização funcionou como mecanismo de organização espacial e estratégia política, influenciando diretamente na vida da população: no lazer, no cotidiano, no trabalho e nas relações sociais e sociabilidades.

Para os poderes públicos e para a imprensa, vagabundos, bêbados, desempregados, pederastas, em geral a população marginal, deveriam ser expulsos da cidade de Manaus. Não se poderia mais tolerar a existência de uma classe que, na visão dos dominantes, só se aproveitava das formas de sociabilidades do meretrício. Os poderes públicos desejavam que as prostitutas se submetessem ao controle policial, além disso, invocavam a regulamentação não apenas em seu âmbito público, mas buscavam elementos que regulamentassem o comércio do sexo e suas sociabilidades dentro das casas, sem as clássicas exposições imorais do meretrício.

Nesta perspectiva, as prostitutas não poderiam mais permanecer na frente das casas de tolerância, como de costume, porém, elas continuavam se reunindo, agora na frente de sua própria moradia. Mesmo assim, a resistência da prostituição desagradava a todos, pois para a “boa família amazonense”, continuava o mesmo espetáculo escandaloso de linguajares indecentes, brigas e gestos obscenos.

Alguns dias depois, a sociedade manauara demonstrou um certo agrado em relação à nova postura de algumas meretrizes, que passaram a ter um comportamento menos escandaloso pelas ruas. Entretanto, o desagrado era com relação às casas de tolerância, que mantiveram suas portas e janelas abertas, deixando assim, às vistas de quem passava, todas as vertentes de sociabilidades e afetividades daqueles espaços.

Da rua para o interior das casas de tolerancia, pouca distancia vae: da rua, e principalmente das janellas da visinhança, enxerga-se tudo quanto por ahi vae, até no recanto da alcova. Convém, pois, evitar que o interior d'essas casas possa ser devassado, como se usa em toda a parte, particularmente nas ruas centraes, habitadas por familias.¹¹⁰

Podemos observar a imprensa como um mecanismo que explorava a

¹¹⁰ Jornal do Commercio. 16 de março de 1904. Nota: *Echos do dia: Prostituição Pública*. Disponível: Acervo Digital Jornal do Comércio.

imaginação da população com os noticiários referentes à população excluída, fortalecendo a construção da imagem da mulher “degenerada”. As notificações nos jornais sobre a figura da prostituta eram produções de um imaginário masculino.

O imaginário coletivo acerca da imagem da prostituta apresentava as representações do obscuro, das malésias e dos vícios. Da mesma forma, existiam duas vertentes de defesas para tal atividade: por um lado, o ofício do meretrício era justificado pela desigualdade social oriunda das transformações econômicas, sociais, urbanas e afins, que transfiguraram a mulher em vítima do sistema; e, por outro lado, era fundamentado nas debilidades psíquicas que o gênero feminino possuía.

O imaginário masculino, que representava a circulação do poder através da produção dos discursos normativos, ocasionalmente, considerava o desejo e o impulso sexual. Estes motivos, segundo ele, poderiam levar uma mulher à prostituição, o que seria diretamente concluído como anomalia.¹¹¹

Em sua maioria, especificamente nos jornais trabalhados neste capítulo, as pessoas que formavam as equipes de trabalhos editoriais, reportagens para enquetes e demais atribuições eram compostas por homens. Evidentemente, em alguns casos, eram enviados apelos por parte da população revoltada com as práticas, porém, em outros casos, alguns jornais representavam alguns acontecimentos em conotações irônicas, cômicas e/ou depreciativas em relação às profissionais do sexo e à imagem feminina de forma geral.

Alguns jornais que circularam pela cidade, possuíam como característica a crítica às práticas condenadas pela moral pública. A mulher prostituta era representada de forma pejorativa, a exemplo do jornal *O Chicote*, conhecido como um jornal que apresentava suas críticas de forma “desapaixonada” sem que ofendesse a “dona Moral”. Por mais que possamos concluir que as representações da mulher prostituta fossem de cunho desmoralizante, o imaginário urbano caracterizava suas críticas a tais práticas dentro dos padrões morais.

¹¹¹ RAGO (2008), op. cit., pp. 166-227.

As adjetivações pejorativas eram utilizadas por alguns desses jornais para tratarem dos lugares e dos personagens do submundo. Pesavento¹¹² identifica como a “estigmatização urbana”, que concentrava um lugar específico como foco das práticas indesejáveis.

A sombrosidade noturna era elemento indispensável nas representações das práticas cotidianas do mercado sexual. Junto ao despertar da noite, surgiam a vadiagem – em suas diversas facetas e cores –, as bebedeiras e os bailes. O chão era transformado em cama na medida gradual da embriaguez. As prostitutas eram vistas como vagabundas sem destino, entregues às orgias e doenças. A elas eram destinadas paródias, canções e sonetos. Como demonstra o periódico, *O jornalzinho*:

Surge serena e meiga a madrugada. A' noite vêm chegando, à depravada. Vadiagem, brancas, pretas e morenas. E então, novos porres... Ficando a troça toda embriagada. E alli mesmo no chão immundos leitos. Dormem somnos de gosos imperfeitos. Vagabundos sem terra, bacchanaes... Debandados depois, voltam fieis. Os convivas de novo para os bordeis,e a cachaça aos barris não volta mais.¹¹³

O cenário do mercado sexual, na cidade, se apresentava cada vez mais forte. Paralelamente às manifestações de protestos, políticas higienistas e demais medidas de controle do poder público, a prostituição apresentava-se na forma de resistência em conjunto aos vários personagens componentes do submundo.

Os noticiários anunciados nos jornais que circulavam pela cidade produziam notas de diversas espécies, entretanto, podemos identificar que as publicações notificavam a demasiada presença das prostitutas. Um dos elementos que destacamos nesse tópico são as notas de jornais apresentadas de forma cômica, porém, desrespeitosa.

Nesse sentido, podemos destacar o imaginário masculino produzindo tal representação oriunda do pensamento já trabalhado por Margareth Rago, de que a mulher prostituta não possuía honra, portanto, diferentemente da “mulher de família”, não existia a necessidade do decoro em relação às formas de

¹¹² PESAVENTO (2001), op. cit., p. 37.

¹¹³ O *Jornalzinho*. 27 de Outubro de 1902. Nota: *As Chinas: Paródia as pombas de Raymundo Correia*. Disponível: Acervo Centro Cultural Povos da Amazônia.

tratamento para uma prostituta. A autora recorda que a construção subjetiva da mulher como frágil, fútil e sentimental foi elaborada a partir da projeção masculina.¹¹⁴

Nas publicações desses jornais, podemos identificar a caracterização de legitimação da prática mundana, isto é, uma prática que representava temor às famílias, às autoridades e à imagem da cidade como um centro comercial. Nesse momento, a prostituição era apresentada como forte prática comercial na cidade, onde, em vários pontos, podia-se avistar uma meretriz exibindo sua mercadoria pelas ruas.

Posteriormente, notamos certa conformidade representada em alguns periódicos. Em alguns casos, a prostituição era representada nos jornais como uma prática que necessitava de extermínio, e em outros casos, aquelas prostitutas eram retratadas nas colunas de forma irônica, publicando em suas páginas as práticas exercidas por aquelas mulheres, nomes, endereço de moradia, notificações de ocorridos e até certificação de mudança de endereço.

Os lugares da cidade que abrigavam casas de prostituição, jogos e afins eram caracterizados como perigosos através das notificações feitas pelos jornais. Sandra Pesavento¹¹⁵ denominou a realidade construída pelos periódicos de “questão social”. As notificações dos jornais são sinalizadas como instrumentos formadores de opinião pública, elementos fortemente ligados à construção de imagens. Novamente, nos deparamos com a importância em considerarmos os pontos intencionais na elaboração do jornal, sem esquecermos o papel dos leitores na recepção das informações.

Seguindo o pensamento de Mônica Maria Lopes Lage¹¹⁶, a imprensa local, na passagem do século XIX para o século XX, também foi marcada pela literatura romântica, por crônicas e poesias que penetravam o imaginário feminino, abrindo espaço a diversos periódicos que eram caracterizados como jornais poéticos, literários ou humorísticos, os quais publicavam protestos e denúncias contra as práticas tidas como inadequadas pela classe dominante. Em nossa temática, encontramos periódicos que estavam incluídos no cenário da imprensa literária, e que, com suas características e linguagens, publicavam

¹¹⁴ RAGO (2008), op. cit., p. 88.

¹¹⁵ PESAVENTO (2001), op. cit., p. 33.

¹¹⁶ LAGE, Mônica Maria Lopes. *Mulher e seringa: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas 1880-1920*. Manaus, Dissertação de Mestrado – UFAM, 2010.

alguns fatos do mundo da prostituição.

Sandra Pesavento destaca a importância de lembrarmos que a elaboração de uma “representação pejorativa” parte de um jornal de característica popular, que se equipara às camadas populares. Como defensores do trabalho e da moral, estes jornais denunciavam as práticas de vagabundagem, de prostituição, entre outros atos condenáveis.

A prostituta representava forte ameaça à completude familiar e ao corpo social, devendo, portanto, ser controlada, pois é considerada o núcleo da transgressão, do crime e das doenças, é a “alteridade perversa”.¹¹⁷

O *Holophote*, jornal caracterizado como humorístico e crítico, objetivava a propagação do discurso moral, visando mostrar às prostitutas e aos demais sujeitos do submundo os preceitos da civilização e o respeito às famílias. O jornal citado dedicou páginas e mais páginas de publicações sarcásticas e que carregam consigo uma série de significados que trabalharemos a seguir:

Mostrar a essas meretrizes e a esses desocupados o caminho da civilização e do respeito as famílias, batendo em todos os pontos, embora com sacrificios, para que de uma vez termine a devassidão que propaga em grande escala de dia para dia nessa boa terra.¹¹⁸

Neste mesmo jornal, no dia 30 de julho de 1905, aproximadamente às vinte e três horas, em plena Avenida Eduardo Ribeiro, através da janela de uma das residências estava Antonietta, uma prostituta enamorada. Seu peito já não abrigava tamanha paixão, que clamava por seu amado, de nome Moreira:

Antonietta não se podendo conter em seus idyllos amorozos, entendeu de dar conhecimento as pessoas que por alli passavam, pois da janella de onde reside chamava pelo seu adorado Moreira. Vem cá, Moreira!... Vem cá, Moreira!... Abre a porta que eu vou lá; se não abrires eu ti atiro agua, vem cá Moreira!... Vem cá seu... Vem cá meu negrinho... Vem cá, se tú não vires eu ti atiro uma pedra...¹¹⁹

¹¹⁷ Pesavento (2001), op. cit., pp. 44-45.

¹¹⁸ Holophote. 31 de Dezembro de 1905. Nota: *O Holophote*. Disponível: Acervo Centro Cultural Povos da Amazônia.

¹¹⁹ Holophote. 30 de Julho de 1905. Nota: *Idyllos Amorosos*. Disponível: Acervo C.C.P.A.

Um dos repórteres do jornal *Holophote*, que presenciou o ocorrido, chegou a conter Antonietta para que deixasse seu amado dormir. Para enfatizar a conotação cômica dos noticiários do periódico, a nota foi finalizada com um recado para a prostituta:

Estava assim nesse delírio quando um dos nossos reporters que passava, nesta ocasião, fez-lhe ver que deixasse o rapaz, pois precisava de dormir. Aconselhamos a esta meretriz que seja com medida nos seus idyllos amorosos, por que, se continuar assim, pode contar com a protecção do “Holophote”. Que amor damnado.¹²⁰

Denominado de “humorístico”, no periódico citado, encontramos as mais variadas representações da mulher prostituta e suas práticas, a exemplo da edição referente a 05 de outubro de 1905, na qual contém diversas notas direcionadas às meretrizes.

Foi notificado, no *Holophote*, em 1905, que nas dependências do hotel “Aliança”, duas mulheres conhecidas como *Luiza gaiola* e *Adelaide bocca de chupa ovo*, residiam no dito hotel e promoviam escândalos junto com o próprio dono do estabelecimento. Os indivíduos utilizavam linguagens tidas como desrespeitosas e pedia-se alguma providência da polícia:

Chamamos atenção da policia que no hotel Aliança, acham-se fazendo rezidencia, as catraias Luiza gaiola e Adelaide bocca de chupa ovo, as quaes comettem escandalos e não estão respeitando ninguem, não só estas indecentes, como tambem o dono do referido hotel.¹²¹

Nas proximidades da Rua Saldanha Marinho com a Joaquim Sarmiento, destacavam-se *Nica descarada* e *Chiquinha tambaqui*, que sempre estavam sob o estado de embriaguez proferindo palavras indecorosas e realizando os mais abomináveis escândalos aos olhos alheios.

Fomos informados que as vagabundas Nica descarada e Chiquinha tambaqui, encontram-se sempre em formidaveis porres, na Saldanha Marinho canto com Joaquim Sarmiento. E

¹²⁰ Holophote. 30 de Julho de 1905. Idem.

¹²¹ Holophote. 05 de outubro de 1905. Nota: *Noticiario*. Disponível: Acervo C.C.P.A.

gritavam ellas: --eu quero fu...mar.¹²²

Enquanto esperava o *bonde*, um dos redatores do jornal *Holophote* escutou a conversa de um grupo de rapazes que falavam a respeito de uma prostituta denominada Severiana, residente no Hotel Nacional, localizado na Rua Tenreiro Aranha. Segundo os rapazes, a tal Severiana:

[...], é muito amarella, não toma banho porque a agua fria pode constipal-a e para tomar banho morno corre o perigo de apanhar um ar e ficar com a bocca torta – o que pode prejudical-a – de modo que essa precaução dá-lhe como resultado ao corpo um fetido insuportavel semelhante ao de bacalhao de porta de venda e alem de tudo tem a bocca que parece uma sentina de hotel...¹²³

Tendo que apanhar o *bonde*, o redator não ficou para ouvir o resto da conversa, mas ao publicar o ocorrido no jornal, deixa claro que não tinha interesse algum em ouvir a conversa dos rapazes e muito menos publicá-la no jornal. Sua intenção era “mostrar a essas immundas que além de nós há mais quem note os seus defeitos”.¹²⁴

A ênfase na imagem repugnante das prostitutas é fator recorrente nas fontes estudadas. Mulheres sujas, vagabundas, portadoras de doenças e de vícios, representadas por diversos nomes pejorativos, são termos demonstrativos da total ausência de seriedade ao realizarem referências àquelas mulheres.

O jornal *Raio X*, caracterizado como humorístico de publicação semanal, apresentou diversas notícias cotidianas do mundo da prostituição, sempre delineado pelo discurso moral mascarado na comédia. A edição trabalhada neste capítulo corresponde a de 21 de novembro de 1912. A primeira nota analisada foi a denominada de *Atravez das paredes*, que demonstrava notícias rotineiras dos lugares reconhecidos como zonas de prostituição, vícios e crimes. E, retrata duas prostitutas e suas práticas de bruxaria, bem como as práticas lucrativas do *cáften* chamado “Careca”:

¹²² Holophote. Idem.

¹²³ Holophote. 05 de outubro de 1905. Nota: *No café Amazonas*. Disponível: Acervo C.C.P.A.

¹²⁴ Holophote. Idem.

Choramos com lagrimas de crocodilos a sorte das já reformadas marafonas Jovina bahiana e Cariry, pelos máos exitos das suas indecentes bruxarias; Apreciamos o desfalce de/do que se serve o caften Careca da Estrada Epaminondas, para melhor exercer a sua lucrativa profissão.¹²⁵

A imagem da prostituta não necessitava de preservação. Legitimava-se a imagem de mulher degenerada, sem honra, degradada, entre outras qualificações, tornando tais adjetivos as formas de tratamento reincidentes nos periódicos. A seguinte nota foi *Casos Perdidos*, que publicava os fatos cotidianos do submundo. Neste caso, tratamos de uma lista publicada no jornal com os nomes das prostitutas que deveriam tomar suas devidas injeções “606” para prevenir a hepatite C.

Relação nominal das marafonas que dia a dia vão empestando a notrida e esperançosa rapaziada desta capital e que precisam o quanto antes de tomarem algumas injeções do especifico <606>: Maria Emilia, Maria preta, Maria Moraes, Maria Rosa, Maria Jary, Maria <não vou nisso>, A Jardilina bauguella, A portuguesa Benedicta, A Pilôta Ignez, Idalina Buxuda, A buxo de sapo Adelia Polaca, Anna Colibry, Enedina Baiana, Josepha gallinha...¹²⁶

No cotidiano das prostitutas, o alcoolismo estava presente e também era retratado pela imprensa:

Com os porres da portugueza Elvira na Boemia. Vae para o Café dos Maritimos comer as tuas ramas biraia. Com os seios da Mata Homem. Com a embriaguez diaria de cachaça que toma a <tamanca> Maria Augusta. Com a pretensão da polaca Becca. Olha gambá, estamos em nosso Paiz e não admittimos que galega como tu, faças fitas.¹²⁷

Uma misteriosa e longa conversa entre um indivíduo e uma marafona; a mudança da ratoina Chica Piôlho para o palacete atrás do mercado; a marafona Joanina peixe cosido que não pagou o aluguel de sua residencia e mudou-se para a casa de sua colega Enedine vacca leiteira; a megera Julia da

¹²⁵ O Raio X. 21 de novembro de 1912. Nota: *Atravez das paredes*. Disponível: Acervo C.C.P.A

¹²⁶ O Raio X. 21 de novembro de 1912. Nota: *Casos Perdidos*. Disponível: Acervo C.C.P.A

¹²⁷ O Raio X. 21 de novembro de 1912. Nota: *Incubulamos*. Disponível: Acervo C.C.P.A

rua 10 de Julho que encontrava-se doente há dias, dizendo o jornal ter sido a reação das injeções medicamentosas de “606” e ainda os “casos perdidos” Sarah velha da Epaminondas, Maria Soldado e a syphilica Zepinha.

O parágrafo acima trata de duas notas do jornal *O Raio X* que consistem em notícias rotineiras do submundo, representando os olhares atenciosos para essa parte da população. O cotidiano era vigiado e representado nos periódicos nas vertentes “cômica” e “trágica”. Na medida em que o jornal retratava o cotidiano subalterno de forma humorística, também utilizava do próprio cotidiano para pedir por moralidade. Por exemplo, foi publicado no jornal *O Raio X* um protesto contra a exibição diária de duas mulheres que, através das janelas de seus cortiços, apareciam com vestes ofensivas à moralidade.

Não podemos deixar de lançar um energico protesto contra a falta de moralidade, e respeito, que devia ter para com o publico, as megeras, da Estrada Epaminondas, que se exhibem diariamente nas janellas de seus cortiços, em trajes que offendem a moral publica, chamamos isto a attenção das autoridades de policia, para que seja applicado um correctivo severo, a estas marafonas que affrontam a nossa sociedade. Aqui fica lançado o nosso protesto.¹²⁸

O ideal de cidade moderna fortificava-se à medida que as transformações econômicas aconteciam e progrediam. Diversas imagens de cidade eram representadas nos jornais, códigos de posturas e outras fontes. Podemos observar que o fenômeno social da urbanização proliferava-se pelas outras capitais do país, sendo a prostituição um tema de preocupação demasiada.

No Rio de Janeiro, “O chefe de policia do Rio recommendou que se adoptassem medidas energeticas contra os escandalos da prostituição”¹²⁹. Enquanto que em Londres era realizado um congresso de debates sobre a extinção do tráfico de escravas brancas para a prostituição na América do Sul: “Foi inaugurado em Londres o congresso internacional para tratar da suppressão do trafego de escravas brancas destinadas á prostituição na

¹²⁸ *O Raio X*. 21 de novembro de 1912. Nota: *Novidades*. Disponível: Acervo C.C.P.A

¹²⁹ *Commercio do Amazonas*. 23 de Junho de 1899. *Notas variadas*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

America do Sul”.¹³⁰

Segundo Lená Menezes¹³¹, o surgimento da vida noturna na cidade do Rio de Janeiro carregou consigo os símbolos da modernidade aos moldes franceses, que se davam na apresentação de prostitutas pelas ruas, cafés e teatros. Essas mulheres marcavam presença nos espaços mais movimentados do Rio de Janeiro.

Em lugares como cafés, confeitarias e restaurantes, símbolos do progresso e de uma vida refinada, as “francesas” faziam parte da vida noturna, alegrando a paisagem dessa parte da cidade. O cenário paralelo a este também era marcado pela presença de prostitutas, entretanto, requeria medidas policiais a fim de afastar essas práticas para lugares menos assistidos, para não agredir os olhares da elite carioca.

Mais uma vez a polarização da imagem da prostituta era apresentada. As “cocottes francesas” representavam a prostituição de luxo, enquanto que as “polacas” eram o retrato da miséria. As prostitutas “francesas” não necessariamente eram nascidas na França. A titulação apenas significava que a prostituta frequentava lugares elitizados e que possuía um nível elevado em comparação às outras meretrizes.

Lená Menezes deixa claro que não podemos abranger todas as prostitutas francesas como cortesãs. Entre a “francesa” e a prostituição barata existia grande distância. Menezes estudou alguns relatos de convivência entre “francesas” e “polacas” na cidade do Rio de Janeiro.¹³²

O jornal *A Capital*, em Manaus, dedicou algumas de suas edições para publicar notícias sobre algumas prostitutas. No dia 27 de junho de 1917, a prostituta de nome Rosa Levy prestou queixa contra outras duas mulheres de “vida fácil”: Iris Barroso e Altamira Carvalho, as quais insultavam a primeira com constância:

Na delegacia de policia do 2º districto, hontem, á polaca Rosa Levy, queixou se contra as horizontaes Iris Barroso, alcunhada por *magrela* e Altamira Carvalho, vulgo *cocaina*, ás quaes

¹³⁰ Comercio do Amazonas. 23 de junho de 1899. Nota: *No Extrangeiro (Para o commercio)*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹³¹ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1992.

¹³² MENEZES (1992), op. cit., pp. 43-44-45.

insultam constantemente aquella sua visinha. Altamira e Iris, que residem na mesma rua, foram admoestadas severamente pelo subdelegado Marques de Stephano.¹³³

Os jornais utilizavam-se de termos pejorativos e notícias de tons sarcásticos. O cotidiano do meretrício era piada perante os jornalistas e até perante as autoridades, as quais, como visto, davam risadas diante do pedido de hospitalização de uma meretriz doente. Podemos notar o processo de estigmatização da imagem da mulher prostituta, observada como propriamente “anormal”.

Diante da forte ameaça aos bons costumes e à moralidade das famílias, os jornais obstinavam-se na busca pela propagação das normatizações dos comportamentos, denunciando as práticas condenáveis, levando as prostitutas a representarem um alvo das publicações da imprensa.

Citamos a edição de 2 de setembro de 1910 do jornal *Correio do Norte*, que pedia atenção por parte das autoridades competentes quanto ao problema da prostituição. A solução era “reprimir o mal que ameaça tornar Manáos inacessível á habitação familiar, pelo menos a limitar a sua acção funesta a uma esfera em que tenha ella menor repercussão e se tornem menos sensíveis os seus perniciosos efeitos”.¹³⁴

Além de solicitarem o afastamento dessas mulheres para que suas práticas não fossem assistidas, acreditava-se que o problema não era solucionado com tanta eficácia devido “a falta de um código de policia, á semelhança do que existe nos paizes europeus”¹³⁵. Na cidade de Manaus, a polícia dos costumes era legitimada pelo Código de Posturas do Município.

A primeira necessidade era “localizar a prostituição, fixando para residencia das rameiras em ruas que não estejam compreendidas no circuito da viação electrica”¹³⁶. Isto é, para que as elites não pudessem ter seus olhares agredidos com tamanha devassidão das mundanas, acreditava-se que a melhor solução seria transferi-las e isolá-las em lugares afastados, nos quais nem serviços de iluminação existissem.

¹³³ A Capital. 28 de julho de 1917. Nota: *Atravez da cidade. Bocas Sujas*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹³⁴ Correio do Norte. 2 de setembro de 1910. Nota: *A prostituição*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

As hospedarias e outras casas também consistiam num aspecto importante apresentado no jornal. Não era dada a liberdade para os proprietários desses lugares alugarem seus espaços para casas de jogos e afins. Também não tinham a liberdade para “os alugar a marafonas no centro da população escolar, nas ruas em que maior se dá o transito das creanças e das famílias”.¹³⁷

Chamava-se a atenção das autoridades para as práticas de *caftinagem* que tomavam grandes proporções na cidade, pois consistiam numa prática bastante lucrativa e cada vez mais aumentava o número de casas de prostituição existentes na cidade de Manaus, conforme dito no jornal *Correio do Norte*, em 1910:

As caftinas, estabelecidas em numerosos conventilhos pela cidade, exploram fraudulentamente a bolsa dos incautos e a vida de milhares de desgraçadas. O negocio proporciona lucros avultados e transformou-se já em objecto de especulação mercantil attraíndo diariamente innumerous concurrentes. Rara é a semana que não se abre na cidade uma casa desse genero.¹³⁸

Por fim, a nota do jornal é finalizada com o alerta de que o “coeficiente da prostituição, apesar de não termos estatística, cada vez mais se eleva, a olhos nús, e urge que um combate serio seja dado ao morbus terrivel que já começa a assumir o caracter de calamidade publica”.¹³⁹

Segundo Margareth Rago¹⁴⁰, sobre a prostituição em São Paulo, a transferência geográfica vivenciada pelas camadas excluídas não restringiu as práticas de pertencimento dos personagens do submundo, e sim proporcionou uma expansão das diversas formas na obtenção dos prazeres, fato que resultava em mais lucro para a prostituição. O comércio sexual tinha seu espaço legitimado em algumas áreas centrais da cidade. Com a transferência dessas práticas para lugares mais afastados, o comércio “alternativo” ganhava

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ RAGO (2008), op. cit., p. 107.

mais um espaço para se proliferar, neste caso, com novos espaços e novos clientes.

A imprensa manauara noticiava que, em uma noite de 22 de dezembro de 1903, nas proximidades da Rua Senador Dantas, no Rio de Janeiro, foi realizada uma reunião de mulheres que abraçavam a luta contra a prostituição nesta cidade, e reclamavam por uma lei moralizadora que controlasse os escândalos da prostituição. Entre umas vozes e outras poderia se escutar as opiniões:

Os degradantes espectáculos que nesta cidade á noite e até em pleno dia são offerecidos aos olhos castos das familias exigem, sra. presidente, a mais prompta e energica das repressões! [...] Já que sobre esta Gomorrha não se abre o céu numa chuva de fogo e enxofre, chovam sobre ella as providencias efficazes dos que têm por dever zelas pela moralisação da sociedade.¹⁴¹

Clamavam pela polícia de costumes, pois as Ruas do Rio de Janeiro eram tomadas pela devassidão dos vícios e do meretrício. Após prolongado debate sobre o assunto, ainda houve expressão de um recado às prostitutas: “Honradas meretrizes, minhas dignas collegas! Declaremos guerra formal ao vicio, erguendo bem alto, com todas as forças das nossas almas, vivas unisonos á virtude. Viva a virtude! Viva!”¹⁴²

A imprensa manauara, como de costume, permanecia publicando notícias do submundo, sem deixar escapar as notícias mais cotidianas que revelavam os nomes, os apelidos e até a localização residencial. Esta situação pode ser observada no caso do jornal *Quo Vadis?*, que notificou uma confusão entre duas prostitutas, sem intermédio algum da polícia: “Houve hontem, á uma hora da tarde, á rua Saldanha Marinho, junto á da Matriz, um medonho rolo entre duas meretrizes. A policia não compareceu ao local, terminando a lucta quando as duas heroínas bem entenderam”.¹⁴³

¹⁴¹ Quo Vadis? (AM). 23 de dezembro de 1903. Nota: *Assembléa curiosa. Na rua Senador Dantas. As mulheres pela moral.* Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Quo Vadis? (AM). 5 de maio de 1903. Nota: Sem nome. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

Em outro caso, foram solicitadas medidas das autoridades higienistas, pois num prédio próximo ao consulado peruano, onde residiam algumas prostitutas, uma delas se encontrava com alguma doença contagiosa, por isso exigiam-se ações urgentes para que a propagação da moléstia fosse evitada.

Informam-nos que no predio que demora junto ao consulado do Perú, á rua municipal, onde moram umas meretrizes, existe uma mulher atacada de molestia infecto-contagiosa. A ser verdade o que informam, é o caso da hygiene enviar alli um dos seus auxiliares, afim de scientificar-se da verdade.¹⁴⁴

O jornal *Commercio do Amazonas* publicou uma denúncia de alguns moradores da região do centro da cidade de Manaus que reprovaram os comportamentos de uma prostituta que, seminua, proferia palavras obscenas no pátio de sua residência, tendo seu endereço publicado:

Pédem-nos para reclamar da autoridade competente contra o procedimento de uma das mulheres da vida facil, residentes nos altos do chalet, sito á rua da matriz, esquina da 24 de Maio, as quaes se apresentam em trajes menores no pequeno pateo anterior da dita casa, proferindo palavras indecorosas.¹⁴⁵

Nesse contexto, Margareth Rago¹⁴⁶ analisa que o crescimento do comércio sexual e o refinamento em torno dos símbolos do mundo do meretrício causaram vários olhares das partes da população junto com as vozes oficiais, propagando suas campanhas de controle e regulamentação das práticas em torno do comércio do sexo. Rago também destaca que as notícias publicadas pela imprensa e outros documentos oficiais (decretos, leis, relatórios) mostravam a forte preocupação em prezar pela moralidade e bons costumes das boas moças e coibir a livre circulação de mulheres pelas ruas.

A permanência dos personagens do submundo era diretamente ligada ao crescimento da prostituição e da criminalidade, elemento este que resultava numa preocupação em controlar as formas de prazer e diversões da população. Rago explica que, com isso, pensava-se onde deveriam ser

¹⁴⁴ Quo Vadis? (AM). 9 de maio de 1903. Nota: Sem nome. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹⁴⁵ Comercio do Amazonas. 17 de novembro de 1900. Nota: *Noticias Varias*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹⁴⁶ RAGO (2008), op. cit., p. 127.

estabelecidas as casas de prostituição e afins, para que fosse elaborado um espaço legitimado como “uma territorialidade geográfica do prazer, sem qualquer interferência direta dos poderes públicos”¹⁴⁷, mesmo sob os debates sobre a premência de enquadrar a prática da prostituição.

¹⁴⁷ RAGO (2008), op. cit., p. 130.

CAPÍTULO III

“A CIDADE DOENTE”: AS TENTATIVAS DE CONTROLE DA PROSTITUIÇÃO

“Havia, sob os lençóis levantados, uma contínua inspeção. Ela torcia os braços em todos os sentidos, via com pavor aumentar o número de manchas cor-de-rosa e, no peito, aparecer as mesmas manchas [...] Com as mãos, ela separava, nas virilhas, as dobras de sua carne gorda, prestando atenção ao menor sintoma, aterrorizada com a descoberta de uma nova tara [...] Às vezes, um horror a dominava diante dessa visão vergonhosa; bruscamente, ela puxava os lençóis até o queixo e fechava os olhos. Estava gemendo.”

Paul Adam. *Chair molle*, Bruxelas, 1885.

O cotidiano da prostituição na cidade de Paris, nas décadas de 1830 a 1930, foi narrado pela jornalista Laure Adler¹⁴⁸, em seu ensaio sobre os bordéis franceses, onde encontramos a citação de Paul Adam. A autora discorreu sobre a realidade vivenciada pelas prostitutas que enfrentavam regularmente as visitas dos médicos e policiais que invadiam seus corpos em busca da condenação pelas moléstias. A obsessão e o medo da doença faziam parte do cotidiano das ruas, das casas, dos hospitais e dos bordéis parisienses.

Os mecanismos de controle das doenças e do corpo das prostitutas também foram vivenciados em Manaus no decorrer dos anos de 1890 e 1930. O medo e o receio de ficar doente também podem ser identificados nas evidências que refletiam a tensão que a propagação das moléstias causava no imaginário da população.

¹⁴⁸ ADLER, Laure. *Os bordéis franceses, 1830-1930*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1991. pp. 184-185.

Neste capítulo, investigaremos através dos discursos médico-higienistas, as formas de controle médico da prostituição. Num primeiro momento, utilizamos como fonte de investigação os códigos de posturas, periódicos locais e as fichas referentes ao ano de 1925 do livro de controle de profilaxia do meretrício do século XX. E, num segundo momento, utilizamos parte da bibliografia sobre o tema.

Os olhares das autoridades focavam uma “política sanitaria de purificação da cidade”¹⁴⁹. As medidas dos higienistas recaíam principalmente nos territórios do submundo e nas habitações mais empobrecidas. Os modernos do século XIX e XX ansiavam pela extinção dos perigos de uma cidade cosmopolita. A cidade higienizada solicitava novas paisagens urbanas. Portanto, os vícios, a prostituição e as doenças não faziam parte das novas reformulações pedagógicas burguesas.

Nesse sentido, os médicos e higienistas representavam as autoridades que fiscalizavam as habitações populares, prescrevendo hábitos limpos e saudáveis. O controle sobre a população pobre se estabelecia na ideia de que a “*casa imunda*, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta”.¹⁵⁰

A sujeira nas habitações populares transpassavam a “incapacidade de o proletariado gerir sua própria vida”¹⁵¹, deixando o espaço aberto para a ação das autoridades higienistas. Nas habitações coletivas (prédios, cortiços e pensões), os moradores se agrupavam junto a animais e acumulação de lixos, “impedindo a livre circulação do ar e da água, a penetração salutar dos raios solares, elementos fundamentais para garantir a saúde do organismo”.¹⁵² Nesses espaços, eram originados os surtos das doenças, como a cólera, a febre amarela e outras pestes. As moléstias circulavam em todos os lugares da cidade, visitando homens, mulheres e crianças.

¹⁴⁹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 164.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ RAGO, (1985) op. cit., p. 165.

¹⁵² Idem.

Para os representantes do discurso médico, as moléstias tomavam uma nova proporção. Mais uma vez, podemos identificar a “estigmatização urbana”¹⁵³, isto é, o destaque nos lugares e nos personagens malditos como centros daquilo tudo que se tinha como indesejável. Os cortiços e as demais habitações populares eram locais significados em focos das moléstias.

O discurso médico buscava formatar meios eficazes para a extinção dos focos das epidemias. Entre a “burguesia limpa e saudável” e o “pobre doente e ignorante” foi estabelecida a relação de prescrição de novos hábitos, novos comportamentos e, por fim, de um novo corpo.¹⁵⁴

Para Michel Foucault, o corpo, desde a época clássica, passou a ser encarado como objeto de poder: “ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”¹⁵⁵. Foucault denominou de “corpo dócil” aquele que está sob submissão, utilização, transformação e aperfeiçoamento, podendo melhor ser chamado de “processo disciplinar”, peça chave no sistema de dominação desde os séculos XVII e XVIII.¹⁵⁶

A exemplos de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, os projetos de urbanização e modernização não foram diferentes na cidade de Florianópolis, como trabalhou Ivonete Pereira¹⁵⁷, que constatou que esses projetos englobaram as camadas populares apenas nos quesitos de moralização, controle e afastamento territorial.

As transformações urbanas possuíam suas vertentes morais, que produziam as imposições de regras de conduta, hábitos de higiene e formas de utilização dos espaços públicos. Na cidade de Manaus, em 1983, os códigos de posturas previam multas para quem jogasse águas utilizadas e quaisquer tipos de dejetos nas ruas, nas praças ou pontes. Em alguns jornais eram anunciados os horários em que os carros de coleta de lixo passariam.

¹⁵³ Sobre isso ver: Pesavento, Sandra Jathahy. *Uma Outra Cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, pp.37.

¹⁵⁴ RAGO, (1985) op. cit., pp 168-169.

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 36 Edição. Petrópolis, Vozes, 2009. p. 132.

¹⁵⁶ FOUCAULT, (2009) op. cit., p. 133.

¹⁵⁷ PEREIRA, Ivonete. *“As Decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004. pp. 38-40.

Art. 56. - Fica proibido o despejo de qualquer natureza que seja nos terrenos, ruas, praças, pontes, rampas, e caes da cidade, sob pena da multa de dez mil reis ou dois dias de prisão, além da limpeza ser feita á custa da pessoa que tiver feito o despejo: sendo famulo a multa recahirá em seu amo.¹⁵⁸

Na primeira década do século XX, Manaus era um dos grandes focos de febres palustres, especialmente a malária, que exercia forte ameaça aos estrangeiros, fisicamente vulneráveis e possuidores de baixa imunidade. Problemas deste tipo causavam péssima impressão da cidade. O governo precisava adotar soluções. Por isso, entre os anos de 1910 e 1911, promoveu-se uma campanha de erradicação do impaludismo, com a solicitação dos serviços de Osvaldo Cruz.¹⁵⁹

No relatório administrativo da Santa Casa de Misericórdia de Manaus do ano de 1906, há um balanço geral das moléstias tratadas no hospital, onde se registrou mais de 1.150 casos de impaludismo agudo. Dentre estes, 988 foram curados e houve 39 óbitos. Ainda consta registro de 144 casos de impaludismo crônico, dentre eles, 18 curados e 46 falecidos.¹⁶⁰

O processo de modernização da cidade acompanhava-se da necessidade de embelezamento, de organização, e, por conseqüência, de higienização. No final do século XIX foi criada, pelo Vice-Governador do Estado, a “Inspetoria de Higiene do Estado do Amazonas”, repartição que organizava o serviço sanitário das habitações e instaurava as visitas de inspeção domiciliares.¹⁶¹

Art. 80 – Ficam criadas nesta cidade visitas domiciliares para inspecionar, em bem da salubridade pública, se o interior dos domicílios se conservam limpos e não se convertam em focos e infecção que prejudiquem o

¹⁵⁸ Código Municipal de Manáos. Lei nº 23 de 6 de maio de 1893. Capítulo III – *Limpeza Publica*. p. 14. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

¹⁵⁹ DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. pp. 32-61.

¹⁶⁰ Relatório de Balanço Geral da Santa Casa de Misericórdia (1906). Anexo 3. Mapa das moléstias tratadas no Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia, durante o ano de 1905. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

¹⁶¹ DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*. Manaus – 1890-1920. 2ª edição. Manaus: Ed. Valer, 2007. p.61.

saneamento da cidade.¹⁶²

No relatório de higiene pública do ano de 1902, consta que as visitas domiciliares permaneciam sendo feitas e “durante o anno proximo passado e de janeiro a maio ultimo ascenderam ellas a 2.105”¹⁶³. Segundo consta no relatório, as inspeções seguiam o caráter de severidade quanto às multas para os proprietários dos estabelecimentos que não estavam comprometidos com a higiene de seus hotéis e restaurantes. No relatório, ainda foram notificadas as visitas em cortiços.

Muitos cortiços foram por nós visitados e alguns interdictos, sendo os moradores intimados para mudarem-se no menor prazo possivel; para o cumprimento de taes ordens só nos falta um, sito á Estrada Epaminondas, não por desidia do proprietario, mas sim dos locatarios que ainda não mudaram-se.¹⁶⁴

O artigo 108 no capítulo VII do Código de Posturas de Município de Manáos proibia a construção de cortiços no contorno urbano da cidade, e o parágrafo abaixo ainda discorre sobre as características de um cortiço, bem como as informações sobre a estrutura de tais habitações.

Art. 108 – E' expressamente prohibida, dentro do perimetro urbano de Manáos, a construção de casebres e dos quartos vulgarmente denominados – *Cortiços*.
 § Unico – Por *cortiço*, entende-se uma serie de quartos, geralmente de madeira, dando todos para um pateo ou corredor commum, pelo qual se communicam com a via publica; sem o conforto e as exigencias da bôa hygiene, servindo de residencia a muitos individuos e não dispondo de cosinhas, banheiros e sentinas em numero correspondente a cada quarto habitado.¹⁶⁵

Os discursos em volta da higienização da cidade tomaram grandes proporções, representados na forma de mecanismo de controle. O Código de

¹⁶² DIAS (2007), op. cit., p. 75. Código de Posturas de 1890.

¹⁶³ Mensagem lida perante o congresso dos Srs. Representantes. Governador do Estado Silverio José Nery. 1902. p. 77. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Código Municipal de Manáos. Lei nº 639 de 13 de setembro de 1910. Capítulo VII – *Disposições Diversas*. pp. 32-33. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

Posturas objetivava a vigilância do sujeito em relação às práticas de higiene. Como afirma Edinea Mascarenhas¹⁶⁶, a higiene do Município e do indivíduo transfigurou-se em um requisito para o andamento funcional da cidade.

Foi formada uma equipe de médicos que realizava as visitas regulares nas casas e casebres em diversas localidades da cidade, em sua maioria, nas regiões centrais. Várias medidas foram tomadas, bem como diretrizes de higiene em relação aos lixos, banheiros, esgotos etc. O *Jornal do Commercio* anunciava: “Pelo pessoal de desinfecção do serviço sanitario foram desinfectadas alguma dependencias do cruzador <Florian>, devendo terminar hoje aquelle serviço”.¹⁶⁷

A higienização consistia em uma das grandes preocupações das autoridades, pois a cidade estava adoecendo. As políticas de higienização estavam presentes no cotidiano citadino, através das normatizações de hábitos, de comportamentos e afins. Entretanto, a imprensa configurava-se num forte instrumento de notificação das atividades dos agentes higienistas e também apresentava suas publicações voltadas para a higiene, tanto na vertente de protestos e notificações, quanto nas publicações cômicas como podemos observar na cançoneta publicada pelo *Jornalsinho*, em 1902:

Anda agora a medicina
Sem motivo atrapalhada
Por causa da Peste Bubonica
Que ficou celebrisada
Fogem todos alarmados
Com medo e com ____
Por desconhecerem estes
O tal microbio sem razão

Estrilho

Os ratos fazem qui, qui,
qui, qui, qui, qui, qui.
As pugas pulam daqui
P'r'a ali, d'ali p'r'a aqui, daqui p'r'a ali.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ *Jornal do Commercio*. 18 de março de 1904. Nota: *Hygiene*. Disponível: Acervo digital do *Jornal do Comércio*: www.jcam.com.br

¹⁶⁸ *O Jornalsinho*. 27 de outubro de 1902. Nota: *Nosso teatro. Cançoneta. A peste bubonica*. Disponível: Acervo C.C.P.A.

No ano de 1893, constava que a população deveria despejar os dejetos fecais num rio específico, pois a correnteza se encarregaria de levar os resíduos. O Código de Posturas ainda previa os horários adequados para o despejo, bem como os procedimentos necessários para evitar a propagação do mau cheiro.

Art. 59 – O despejo das materias fecaes se fará na correnteza do rio em frente á cidade e só das dez horas da noite ás quatro da manhã, em vasos proprios para não exhalar máo cheiro. Os contraventores serão multados em dez mil réis ou dois dias de prisão.¹⁶⁹

É importante lembrarmos que o crescimento demográfico na cidade deu-se em decorrência das transformações econômicas, do desejo de acumulação de riquezas. Com isso, brasileiros e estrangeiros se deslocaram para Manaus em busca de uma nova vida, contudo, estabeleceram a formação da classe desempregada na cidade, preocupando e ameaçando o ideal urbano.

O Capítulo IV do Código de 1893¹⁷⁰, no artigo 79, deixava evidente a proibição da circulação de pessoas doentes pelas ruas da cidade. Elas também nem poderiam ser tratadas em suas casas, ficando a cargo da Superintendência o recolhimento dessas pessoas para lugares específicos para tratamento. A proibição perdurou no Código de Posturas do Município de Manaus do ano de 1910, no capítulo XVI.

Art. 243. - Aquele que sofrer de molestia contagiosa, não é permitido andar ou permanecer nas ruas, praças, jardins ou logares publicos, e, quem nessas condições fôr encontrado, será levado para os hospitaes destinados a esse fim.¹⁷¹

¹⁶⁹ Código Municipal de Manáos. Lei nº 23 de 6 de maio de 1893. Capítulo III – *Limpeza Publica*. p. 14.

¹⁷⁰ Código Municipal de Manáos. Lei nº 23 de 6 de maio de 1893. Capítulo IV. *Salubridade Publica*. pp. 17-18. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

¹⁷¹ Código de Posturas do Município de Manáos. Lei nº 639, de 13 de setembro de 1910. Capítulo XVI. *Saude Publica*. p. 67.

A Santa Casa de Misericórdia consistia em uma das instituições que internava alguns indigentes infectados, os quais eram encaminhados através da Superintendência Municipal, como previsto nos Códigos já citados. O Capítulo II do Regimento Interno da Santa Casa mostra também que os pobres, mediante comprovação de miséria, e os presos, mediante a requisição do chefe de segurança, poderiam ter acesso a tratamento médico na instituição.

Art. 5o. Terão direito a tratamento medico e cirurgico e ás respectivas dietas nas enfermarias dos hospitaes a cargo da Santa Casa de Misericordia:

§1o. Os enfermos pobres que não tenham recursos para tratar-se a expensas suas, circumstancia que será provada , sempre que fôr possível, por attestados dos parochos das freguezias, de qualquer autoridade policial ou judicial, se o enfermo não fôr conhecido do Provedor ou do Mordomo de mez.

§6o. Os presos pobres, mediante requisição do Chefe de Segurança e os indigentes enviados pelas Superintendencias dos Municipios que subvencionem esta Instituição, em virtude do art. Respectivo dos Estatutos, correndo os gastos de transporte dos mesmos por conta das referidas intendencias.¹⁷²

Rosineide de Melo Gama¹⁷³ considerou que, em meio ao início da crise econômica gomífera, a realidade vivenciada pelas prostitutas em Manaus sofria fortes conseqüências. Entre a própria falta de dinheiro e a resistência das campanhas contra a permanência de prostitutas no centro da cidade, encontrava-se o medo e a luta pela sobrevivência das moléstias. A historiadora mostra o jornal “A Marreta”, de 13 de outubro de 1912, que tratava as prostitutas doentes como “mulheres velhas, syphilicas e tuberculosas”, sendo que, em alguns casos, elas não eram as fontes das doenças, mas deveriam ser mandadas para um lugar para a realização de exames e, posteriormente, eram proibidas de exercerem seus trabalhos.

¹⁷² Regimento Interno do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia de Manáos. Capítulo II. *Da admissão dos enfermos*. pp. 2-3. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

¹⁷³ Gama, Rosineide de Melo. *Dias Mefistofélicos: A Gripe Espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919)*. Dissertação de Mestrado. UFAM. Manaus, 2013. pp. 141-144.

Entre os anos de 1911 a 1918, parte da imprensa dedicava-se às críticas à prostituição na cidade. Como mostra Rosineide de Melo, o jornal “A Marreta”, de 22 de dezembro de 1918, publicou que as prostitutas correspondiam à categoria mais afetada pela gripe espanhola.¹⁷⁴

A prostituição, a jogatina, o comércio ilícito, a vagabundagem e outras práticas do submundo pareciam crescer conforme o desenvolvimento das desigualdades sociais. Entre alguns dos resultados do processo de urbanização da cidade estão os discursos produzidos pelas autoridades constituídas, tornando-se inúmeros e cada vez mais frequentes em relação aos mecanismos de controle da prostituição na cidade.

Segundo Margareth Rago¹⁷⁵, essas medidas tomadas para controlar as práticas do meretrício por médicos e policiais eram justificadas pela noção que assegurava a inferioridade física e mental do gênero feminino.

Situada ainda no pensamento de Rago, a prostituição é um fenômeno social e constitui-se de uma relação mútua entre os sujeitos, advindo de aspectos culturais, sociais e econômicos, de forma que, quando a origem da prática era questionada aos profissionais da saúde, a justificativa pairava nas debilidades psíquicas existentes nestas mulheres.

A repressão médica é um elemento de destaque na criação de medidas que pudessem regularizar a prostituição. O comércio sexual não poderia ser banido, mas deveria ser controlado. Assim, o corpo da prostituta transformava-se em um laboratório de experimentos médicos.

Para Antonio Emilio Morga¹⁷⁶, em um estudo sobre a cidade de Desterro no século XIX, o discurso médico-higienista inquiria as práticas e os hábitos da população e se mostrava como o saber mais eficaz para justificar todas as medidas transformadoras ocorrentes em diversas cidades brasileiras, medidas essas que implicavam padrões normatizadores oriundos da burguesia. De acordo com as análises de Morga, destaca-se a ambiguidade no contexto das transformações urbanas, pois na medida em que se observa a formação de uma outra cidade, observa-se também a prática de resistência da população a

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.165.

¹⁷⁶ MORGA, Antonio Emilio. *Práticas Afetivas Femininas em Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Setor de Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1994. pp. 69-71.

tais medidas. O discurso médico em conjunto com as providências policiais e outras ferramentas de controle do Estado poderiam ser caracterizados como símbolos de uma “normatização”, pois a prostituição ameaçava a vida social, caracterizava atentado ao pudor e perigo social, moral e ético. Com isso, medo, repulsa e revolta passaram a ser representados nas entrelinhas.

Em 1914, no Rio de Janeiro, a Academia Nacional de Medicina apresentou a regulamentação da prostituição na vertente de preservar a moral de uma raça para que ela pudesse ser vista com saúde e vigor. A prática da prostituição era interpretada como uma doença de cunho social e deveria ser tratada pelos “doutores da sexualidade” para que o controle e normatização do corpo e da sexualidade fossem exercidos.¹⁷⁷

A profilaxia da sífilis objetivava a preservação de uma população que estivesse vulnerável à vida marginal sem limites. Para o discurso moral burguês, o comércio do sexo deveria manter-se sob controle médico e policial, envolvendo todos os mecanismos de controle do corpo da prostituta. Por isso, a imprensa legitimava todos os discursos controladores, inclusive o médico.

Ivonete Pereira cita algumas inspeções médicas nas casas de prostitutas em Florianópolis. As inspeções eram acompanhadas por médicos e policiais, que as recolhiam para a realização de exames no departamento de saúde pública. As prostitutas infectadas com alguma doença venérea (a sífilis era a mais temida) eram obrigadas a tomarem semanalmente as devidas injeções. E as prostitutas que não seguiam a obrigatoriedade eram recolhidas ao departamento de saúde pela polícia.¹⁷⁸

Os poderes públicos também tentavam combater o “sifilismo” na cidade de Manaus – doença diretamente atribuída às profissionais do sexo – que, quando representada nas fontes, observam-se as sensibilidades, ou seja, o medo que tal moléstia causava no imaginário da sociedade. Por isso, pedia-se atenção e providências das autoridades competentes para que expulsassem todas as prostitutas da cidade, que hospedavam as doenças em seus corpos degenerados.

¹⁷⁷ SILVEIRA, Alfredo Baltazar. *A Regulamentação do Meretrício*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 11.

¹⁷⁸ PEREIRA, Ivonete, op. cit., p. 64.

Desde há muito que temos em vista combater o syphilismo nesta terra, onde impera o chic da sociedade manauense. O syphilis como todos sabem, é um molestia demasiadamente contagiosa, e por isso seria de grande utilidade que os poderes competentes lançando suas vistas sobre este mal, fizessem desaparecer d'aqui quanto antes, em primeiro lugar, esta infinidade de meretrizes que são as verdadeiras importadoras deste grande mal, que tanto acabrunha a mocidade do Amazonas.¹⁷⁹

A sífilis era também conhecida como “lues”, doença contagiosa causada pelo vírus “Espiroqueta Treponema Pallidum”. O primeiro vestígio da moléstia é o “cancro sífilítico”, ou seja, uma lesão primária. Aproximadamente entre a terceira e sexta semana após o contato com o vírus, a lesão se desenvolve para uma ulceração e secreção sem dor. Nos casos mais evoluídos da doença, ocorrentes entre a sexta e a oitava semana após o aparecimento da primeira lesão, esse estágio é denominado secundário, onde surgem mais lesões.

Os sintomas da sífilis correspondem a “dores de cabeça, aumento dos gânglios, febres, manchas cor de rosa espalhadas pela pele, placas brancas na mucosa da boca e perda generalizada de pêlos, entre outros”.¹⁸⁰ Além da morte física, a sífilis era significada como “morte moral” e moléstia oriunda da prostituição.

A doença pode ser compreendida como uma forma de poder usado pelos discursos médico-higienista para controlar não só as prostitutas, mas a população em geral que poderia ser pautada no medo da doença e daqueles contagiados por ela. Os jornais que circulavam na cidade de Manaus anunciavam remédios milagrosos contra a sífilis, publicavam que a doença tomava proporções preocupantes entre a população, e intensificavam as notas de repúdio às prostitutas.

O medo da moléstia circulava o imaginário da população, que desejava “se vêr livre das garras miserandas desta terrível molestia”.¹⁸¹ Acreditava-se que a doença da sífilis desapareceria da cidade na mesma medida em que as prostitutas fossem extirpadas de Manaus, já que era a elas atribuída a culpa

¹⁷⁹ Chicote. 19 de julho de 1913. Nota: *O syphilis em Manáos*. Disponível: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

¹⁸⁰ PEREIRA, Ivonete (2004), op. cit., pp. 67-68.

¹⁸¹ Chicote. 19 de julho de 1913. Nota: *O syphilis em Manáos*.

pela propagação da moléstia, ficando a cargo da sociedade e dos poderes públicos “as aconselhar que se retirem para outro clima, a fim de se submeterem a um tratamento sério, para evitar a contaminação infallível da syphilis”.¹⁸²

No ano de 1905, foram registrados 76 casos de sífilis tratados no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Dentre esse número, constaram que 17 pessoas foram curadas e 43 faleceram.¹⁸³ É importante lembrar que, em tais relatórios do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, não foram encontradas referências específicas de casos de prostitutas sendo tratadas na instituição.

No ano seguinte (1906) foram registrados 43 casos¹⁸⁴ de “moléstias syphilicas” tratadas na “Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas”, sendo 33 curados e 10 melhorados.

No relatório do “Serviço Sanitário do Estado do Amazonas”, referente ao ano de 1925, consta que o saneamento consistia no maior problema do Estado, o qual foi tomado pelo “impaludismo, pelas verminoses, pela lepra e pela syphilis”¹⁸⁵. Perante a situação emergencial, foi restabelecido o Serviço Sanitário e foi contratada uma “Comissão de Saneamento e Prophylaxia Rural”, mantida pelo Governo Federal. Ressalte-se que foram analisadas as fichas¹⁸⁶ de controle do programa de profilaxia das doenças venéreas em prostitutas correspondente ao ano de 1925, documento que foi direcionado exclusivamente para a “Fiscalização Hygienica do Meretricio no Estado do Amazonas”, vinculado ao Departamento Nacional de Saúde Pública.

A fonte nos mostra que a intenção do Poder Público era mantê-las sob vigilância, obrigando-as à realização dos primeiros exames, aos retornos e tratamentos. As informações adicionais nos permitem a realização de um arrolamento dessas meretrizes e, fazendo uma análise interpretativa dos dados

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Relatório de Balanço Geral da Santa Casa de Misericórdia (1906). Anexo 3. Mapa das moléstias tratadas no Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia, durante o ano de 1905. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

¹⁸⁴ Relatórios e contas da Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas. Mapa Nosológico do Hospital em 1906. pp. 12-13. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹⁸⁵ Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado em sua reunião extraordinária de 15 de dezembro de 1925. p. 70. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

¹⁸⁶ Os nomes citados são baseados nas fichas referentes ao ano de 1925 analisadas do Livro de Profilaxia das doenças venéreas do meretrício no Amazonas. Disponível no Arquivo Público do Estado do Amazonas.

disponíveis, vemos uma realidade bem diferente no que corresponde à obrigatoriedade dos exames.

Foram utilizadas 18 fichas. As informações requisitadas correspondiam a nome, número de matrícula, data, prontuário de polícia, cor, idade, estado civil, naturalidade, nacionalidade, filiação, profissão do pai, se sabia ler, a idade de defloração, por quem foi deflorada, idade do deflorador e profissão do deflorador. Posteriormente, constava a *Reacção de Wassermann*, ou seja, o diagnóstico de sífilis. Os primeiros exames eram relacionados à pele, cabelo, boca, garganta, ânus e órgãos genitais, seguido de uma tabela de datas e resultados dos exames ginecológicos e microscópicos. Vale ressaltar que nem todas as informações eram fornecidas.

Em 1925, como vimos, foram registradas dezoito mulheres no Serviço de fiscalização do meretrício no Estado, correspondendo à faixa etária de 15 a 30 anos, todas brasileiras. Oito delas eram naturais do estado do Amazonas, três do Maranhão, três do Pará, duas do Ceará, uma da Paraíba e uma da Bahia. Quatro delas, mesmo exercendo o ofício do meretrício, eram casadas; duas eram viúvas e as restantes (12) eram solteiras.

Abaixo, mostraremos cinco casos como exemplos, mas é necessário enfatizar que, por detrás dessas fichas médicas, estão mulheres que viviam, sentiam e trabalhavam. Elas eram filhas, mães, tias, eram mulheres reais. Seu cotidiano de vida e trabalho era equilibrado com a sobrevivência aos ataques e perseguições da população, da polícia, da imprensa e dos médicos. O palco dos acontecimentos é protagonizado por essas mulheres que, por tempos, foram mantidas na escuridão de ruas como *Itamaracá* ou *Lobo d' Almada*.

Joanna Motta de Queiróz

Filha de Liberalnia Mathilde Lisbôa, foi deflorada com 12 anos de idade, cabocla, solteira, natural do Amazonas, não sabia ler. Morava na rua Lobo d' Almada, número 73. Em 1925, com 28 anos de idade, Joanna foi diagnosticada com sífilis e gonorreia. Como grande parte das mulheres prostitutas que passavam pelo controle sanitário, Joanna apenas se registrou, resistindo ao tratamento das doenças diagnosticadas.

Leonice Pereira da Silva

Cabocla, natural do Pará, possuía 24 anos de idade, solteira e filha de Francisca Pereira da Silva, moradora da rua Itamaracá, número 7. Leonice informou que foi deflorada com 20 anos e que não sabia ler. Seu primeiro exame revelou uma úlcera no pé direito, corrimento vaginal e realizou o exame de gonorreia que resultou negativo. A ficha de Leonice mostra que ela realizou um tratamento de outubro de 1925 a janeiro de 1926, com curativos e injeções mercuriais.

Antonia Rodrigues Teixeira

Branca, natural do Amazonas, 21 anos de idade, moradora da rua Lobo d'Almada, casada, filha de José Rodrigues Teixeira, sabia ler. Antonia informou que foi deflorada com 17 anos pelo marido. Foi diagnosticada com sífilis, doença de pele, gengivite e corrimento vaginal. Antonia foi uma das que não retornou para tratamento necessário, apenas se registrou.

Esther Monica de Araujo

Mestiça, de 19 anos de idade, casada, moradora da rua Joaquim Sarmiento, número 22, natural do Estado da Bahia, filha de Pedro Dantas de Araújo, sabia ler e informou que foi deflorada com 12 anos. No primeiro exame, foi constatado que Esther possuía muco-pus no colo do útero caracterizado “metrite gonorrocica”, seu exame ginecológico deu positivo para gonorréia. Pelo que consta sua ficha, a paciente não realizou o tratamento.

Antonia Maria Thereza

26 anos de idade, de cor branca, solteira, natural do Ceará, moradora da rua Leonardo Malcher, número 51-a, filha de Pedro José da Silva, não sabia ler e informou que foi deflorada com 13 anos. Seus primeiros exames constataram

que Antonia possuía uma erupção “pustulosa eclitymoide” na pele e corrimento vaginal amarelado. O exame para gonorréia resultou negativo, porém o de sífilis resultou positivo. Em novembro de 1925, foi registrado seu retorno para curativos, posteriormente a isso não existem mais registros de tratamento.

Nas fichas médicas das prostitutas que foram analisadas, nota-se que entre as dezoito mulheres, seis sabiam ler e doze não. Num panorama geral, nas fontes estudadas para a elaboração do presente trabalho de dissertação, não foi encontrado nenhum vestígio da existência de algum programa de inclusão dessas mulheres. Ao contrário, prevalecia o “cotidiano de intolerância”. Os jornais retratavam as prostitutas como pragas, e apontavam como solução a remoção dessas mulheres para lugares distantes; as autoridades falavam da necessidade de se vigiar; os códigos buscavam padronizar os comportamentos; os departamentos de saúde prescreviam noções higienizadoras, e, em meio a tudo isso, as prostitutas foram colocadas no patamar de “causas perdidas”.

Entre essas mulheres, existiam as que eram diagnosticadas como doentes e que continuavam seus retornos para tratamento, e aquelas que, mesmo sob diagnóstico de alguma doença, não retornavam aos médicos para seu devido tratamento, como é o caso de Marianna Marques da Silva, de 15 anos de idade, que foi diagnosticada com reações alérgicas e, em seus registros, foi constatado que Marianna realizou seu tratamento de 1925 a 1927. E os casos de Deolúida Jesus da Conceição, de 17 anos de idade, diagnosticada com sífilis e em sua ficha médica consta que não se tratou da moléstia; e, de Geny Magalhães Studart, de 23 anos de idade, que foi diagnosticada com doença de pele e sífilis, e compareceu ao consultório médico nos meses de novembro e dezembro de 1925 e não deu continuidade ao seu tratamento.

Das dezoito prostitutas registradas no ano de 1925, dezessete foram diagnosticadas com doenças, sendo nove diagnosticadas com sífilis ou/e gonorréia e oito com doenças de pele ou/e reações de natureza variada nos órgãos genitais. Os exames de Rita Jucar de Farias, de 30 anos de idade, foram os únicos que não detectaram moléstia alguma, e, em sua ficha médica, ainda consta que Rita retornou ao médico para tomar algumas injeções

preventivas.

A medicina francesa, até a década de 1890, embasava a produção médica inglesa, belga, sueca, italiana, austríaca, russa, argentina e norte-americana, que ampliavam seus estudos em torno da prostituição e da sífilis. O saber médico passou a compreender a prostituição como objeto, entretanto, essa compreensão perpassava as concepções morais cristãs, que tratavam as questões “do *corpo*, do *sexo*, do *prazer* e do *desejo*, temas melindrosos, estigmatizados pela idéia de *pecado*”.¹⁸⁷

Segundo Magali Engel, o ano de 1890 foi um ano de referência para debates e produções do saber médico carioca em torno da prostituição como tema de estudo. No relatório dos trabalhos discutidos entre maio de 1889 a junho de 1890, na Academia de Medicina no Rio de Janeiro, destaca-se, dentre os trabalhos, a “Regulamentação Sanitária da prostituição”, posteriormente substituída pela “Profilaxia pública da sífilis”.

Para Engel, o processo de integração da prostituição como objeto de estudo no âmbito do saber médico carregava consigo a necessidade de configuração da prostituição como objeto de interferência médica. Neste sentido, a autora destaca a constante associação entre a prostituição e as doenças venéreas pelo discurso médico, que funcionava como uma forma de legitimação das medidas higienizadoras dos médicos.¹⁸⁸

O tema “prostituição” passou a se expandir no âmbito acadêmico médico, a quem caberia a construção de um saber sobre esta prática e eram produzidas concepções e prescrições sobre as doenças associadas à prostituição.

Como foi analisado por Magali Engel, ao médico caberia dar início à investigação da doença revelada. Os passos por ele percorridos consistiam na “definição (o que é a doença); origens (causas da doença); sintomas (efeitos da doença); tratamento (profilaxia e/ou cura, controle da doença)”¹⁸⁹. A partir disso, Engel identifica que os saberes sobre a prostituição incluem a intenção de controle higiênico, moral e social do corpo.

¹⁸⁷ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 55.

¹⁸⁸ ENGEL, op. cit., pp. 63-64.

¹⁸⁹ ENGEL, op. cit., p. 69.

Observando a prostituição através de lentes reveladoras de cada uma destas dimensões, o médico constrói as categorias básicas de classificação: a *perversão* (a doença física); a *depravação* (a doença moral); e o *comércio do corpo* (a doença social). Na elaboração de um diagnóstico minucioso, o médico desempenha o seu papel incorporando vários personagens: o cientista, o educador, o moralista, o economista, o legislador, o político.¹⁹⁰

Os debates em torno do sexo e do corpo remetem ao pensamento de Michel Foucault¹⁹¹, que compreendia a confissão como “matriz geral”, condutora da elaboração dos discursos sobre o sexo. É importante destacar também que Foucault considerou a transformação da confissão a partir da “medicina do século XIX” que se propagou nas diversas relações, entre filhos e pais, alunos e professores/pedagogos, pacientes e médicos. Assim como nas relações, a dimensão da confissão tem sido transformada, passando da ritualística de dentro dos confessionários para dentro dos consultórios médicos.

Para Foucault, não se trata somente de dizer o que foi feito (ato sexual) e como foi, “mas de reconstituir nele e a seu redor, os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém”.¹⁹²

O programa de profilaxia das doenças venéreas pode representar certa legitimação das medidas higienistas dos Poderes Públicos, que se configura numa forma de conhecimento de quem eram as prostitutas doentes, mas não de controle total, tendo em vista que nem todas as prostitutas retornaram para seus devidos tratamentos médicos.

Por outro lado, o programa de profilaxia também representaria mais um elemento de estigmatização da prostituição, não reconhecendo o meretrício como profissão, e sim legitimando a condenação dos corpos das prostitutas e caracterizando a prostituição como sinônimo de doenças.

¹⁹⁰ Idem, op. cit., pp. 69-70.

¹⁹¹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1980. 3ª Edição. p. 62.

¹⁹² Idem, (1980) op. cit., p. 63.

Outro aspecto associado à prostituição é a loucura. Margareth Rago destaca alguns estudos sobre a condição da mulher prostituta na perspectiva do médico higienista Cesare Lombroso que compreendia a prostituta como “degenerada nata” e “louca normal”. Dona de uma sexualidade frígida, a mulher prostituta não era atraída para a prostituição pela luxúria, mas pela loucura moral que levava a uma paixão pelo proibido.¹⁹³

O século XX, durante suas primeiras décadas, foi marcado também pela interferência do saber médico nos estudos sobre a prostituição. Trata-se da medicina social que endossou o enclausuramento e o afastamento das prostitutas para regiões afastadas do espaço urbano. Como foi apontado por Edson Holtz, essa sistematização procurava alcançar maior controle sobre as meretrizes.

Holtz¹⁹⁴ analisou o cotidiano da prostituição em Londrina e observou que, por volta das décadas de 1942 a 1980, a prostituição consistia em uma das grandes preocupações dos poderes públicos naquela cidade, sendo instaurado o serviço de profilaxia, que representava a solução mais eficiente para tamanho problema. O programa de profilaxia, ligado ao centro de saúde londrinense, objetivava manter a fiscalização da propagação das doenças venéreas no contorno urbano. A equipe era composta por médicos e enfermeiros para a realização de diversos tipos de exames.

O programa de fiscalização e profilaxia das doenças venéreas no Estado do Amazonas sofreu abrangências entre o período de 1925 e 1927 com a reinstauração de instituições, o englobamento do programa em regiões vizinhas e ainda com a criação de um pavilhão específico para mulheres. E, como consta no relatório do Serviço Sanitário, para as autoridades, o serviço de fiscalização da prostituição e combate à sífilis e demais moléstias era muito eficiente e reconhecido em outros setores. “Emfim, o Serviço de Saneamento Rural executou um programa de hygiene que tem merecido encomios de cientistas nacionaes e estrangeiros, em livros e revistas”.¹⁹⁵

¹⁹³ RAGO, (2008) op. cit., p. 186.

¹⁹⁴ LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005. pp. 207-210.

¹⁹⁵ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa pelo Exmo. Sr. Antonio Monteiro de Souza, por ocasião da abertura da segunda Reunião Ordinaria na Décima Terceira Legislatura, em 14 de julho de 1927. pp. 129-130. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

Como podemos observar ao longo do trabalho, o contexto de repressão ao meretrício pelos discursos médico-higienista era evidente em diversas cidades brasileiras e, em Manaus, as políticas higienizadoras seguiam o mesmo padrão de tentativa de controle do corpo da mulher prostituta. Os programas de profilaxia serviram como um instrumento de legitimação dos discursos associando a prática da prostituição à doença física, moral e social.

O cotidiano de repressão dos poderes públicos sobre as prostitutas na cidade de Manaus era evidente. Dos médicos aos policiais, a tentativa era de evitar a agressão à moralidade pública. Segundo o relatório da Chefatura de polícia de 1905, eram constantes as reclamações e pedidos de providências, “ora contra uma prostituta, que com a incorrecção do seu procedimento offendia a moral publica e os bons costumes; ora contra um individuo o perseguidor do seu visinho...”¹⁹⁶

Também investigamos os casos de polícia envolvendo as prostitutas, seguindo os rastros de repressão do meretrício por parte da polícia e autoridades jurídicas.

Margareth Rago¹⁹⁷ compreende que o baixo meretrício carrega consigo as associações de animalidade, sexualidade desenfreada, orgias e doenças, representando o maior estágio de depravação existente na humanidade. As representações da prostituição eram produzidas sob um aspecto negativo e obscuro.

Fossem pelos jornalistas, pela população, pelos médicos ou pela polícia, a compreensão da prostituição não se diferenciava muito das “representações fantasmagóricas”, observadas ao longo do trabalho. E as intervenções contra elas seguiam certa padronização nos atos de “reprimir” e “prescrever”, como foi dito, pelos jornalistas, médicos ou policiais.

Analizamos também a movimentação nas Chefaturas de Polícia nos anos de 1910 e 1913, particularmente nos casos e queixas envolvendo prostitutas. No livro de registros da Chefatura de polícia, referente ao ano de 1910, constava 10 ocorrências envolvendo prostitutas, sendo seis casos de ofensas à moral, três por roubo e uma por agressão cometida por meretriz. As

¹⁹⁶ Mensagem do Governador do Estado do Amazonas. Antonio Constantino Nery. *Sobre medidas policiais*. 1905. pp. 165-166.

¹⁹⁷ RAGO, (2008) op. cit., p. 273.

ocorrências eram registradas da seguinte forma: “Manáos, 7 de janeiro de 1910. Queixa de João Luiz de Alencar, que é constantemente insultado pela meretriz Theodora de Tal sua vizinha na rua Barroso”.¹⁹⁸

A maioria das ocorrências envolvendo prostitutas registradas no ano de 1910 foi referente a crimes de ofensas à moralidade pública e, em outros casos, de ofensas diretas a outros. Entretanto, o registro de ocorrência não apresenta justificativa alguma por tal delito, como no caso de João de Alencar, que disse ser constantemente insultado por Theodora. Seria um caso apenas de intriga entre vizinhos?

Ocorreram também alguns casos de prostitutas que incomodavam a vizinhança, em geral, por suas ousadas vestimentas, por suas formas de sociabilidades – gargalhadas, palavrões – e, se por algum acaso, alguma prostituta permanecesse à janela de casa, rapidamente o acontecido tornava-se um caso de polícia.

Manáos, 09 de agosto de 1910. Alberto de Almeida queixou-se de que algumas mulheres de vida fácil, andam em trajes menores pela rua, sem guardarem o menor decoro a ninguém. Chamadas á policia foram rigorosamente admoestadas.

Manáos, 17 de agosto de 1910. Arnobio dos Santos Porto. Umas meretrizes da rua Costa Azevedo não tem o menor decoro á sua madrasta e suas irmãs que moram defronte as mesmas. As accusadas foram admoestadas.

Manáos, 01 de setembro de 1910. Foi hontem severamente reprehendida pelo subdelegado Montenegro a meretriz Paulina de tal por se achar á janella em trajes menores.¹⁹⁹

Intrigante foi também o caso de Mignon Ditt, prostituta que foi acusada de roubo por Mariano Antonio Rodrigues. A ocorrência foi registrada assim: “Manáos, 29 de abril de 1910. Mariano Antonio Rodrigues foi roubado em 50\$000 pela meretriz Mignon Ditt”.²⁰⁰ Essa ocorrência é curiosa, pois Mignon era uma prostituta, não uma assaltante que entraria na residência de Mariano,

¹⁹⁸ Chefatura de Polícia. Ofícios expedidos 1ª. Seção. Livro nº 14. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

¹⁹⁹ Chefatura de Polícia. 1910. Ofícios expedidos 1ª Seção. Livro nº 14. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²⁰⁰ Chefatura de Polícia. Ofícios expedidos 1ª Seção. Livro nº 14. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

ou o renderia com o objetivo de tomar seu dinheiro. Podemos levar em consideração algumas possibilidades, dentre elas, Mariano poderia estar envolvido com os serviços profissionais da prostituta e na oportunidade que Mignon teve de tirar proveito do cliente, ela assim o fez.

A prostituição foi considerada uma prática ilícita, contudo, no âmbito judicial, não foi reconhecida como uma prática ilegal. A criminalização do lenocínio entrou em vigência com o Código Penal de 1890 que condenava a prática do lenocínio*, procurando reprimir e penalizar aqueles que ganhavam a vida com a prostituição de outrem.²⁰¹

No livro de registros da Chefatura de polícia referente ao ano de 1913, constaram 29 ocorrências envolvendo prostitutas, sendo onze casos de insulto, um de roubo, onze de ofensas à moral, três por dívidas, dois de agressão por meretriz, e um caso de agressão a uma prostituta.

Outra relação conflituosa envolvendo prostitutas era com os *chauffeurs*. Era comum algumas prostitutas solicitarem os serviços desses profissionais utilizando os carros, dando voltas pela cidade e, na hora de pagar pelo serviço prestado, o motorista não recebia seu pagamento. Com isso, apresentamos o senhor Bemvindo Cordeiro, bolieiro do carro de praça, que registrou queixa contra duas meretrizes residentes à rua Itamaracá, nº 20, que se recusavam ao pagamento de uma viagem por elas feitas em seu automóvel, ficando a cargo das autoridades alguma providência.²⁰²

30 de janeiro de 1913. Guilherme Martins contra a meretriz Santinha Silva, por ter esta passeiado bastante em seu carro, negando-se ao pagamento depois.

26 de fevereiro de 1913. Luiz Barros, bolieiro, contra a meretriz Luiza de tal, que tendo ocupado o seu carro por espaço de 2 horas negara-se, depois, ao pagamento.²⁰³

* Crime de aliciação, comércio sexual ou prostituição; Ligada ao proxenetismo.

²⁰¹ LEME, op. cit., pp. 132-133.

²⁰² Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas. 13 de janeiro de 1913. Livro nº 05. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²⁰³ Idem. 30 de janeiro e 16 de fevereiro de 1913.

O Código de Posturas do Município de Manaus²⁰⁴, no artigo 133 do capítulo XII, proibia e multava na quantia de 50\$000, os atos de venda ou distribuição de manuscritos ou impressos que ofendessem a moral pública; da propagação de palavras obscenas ou figuras imorais nas paredes, muros e lugares públicos em geral; e, de aparecer nas janelas, ruas ou demais lugares públicos em trajes indecentes ou em completa nudez. Mais à frente, ainda no capítulo XII, no artigo 148 do mencionado Código, a restrição seguia de forma específica às prostitutas: “Não é permittido ás mulheres de vida facil conversarem ás janellas com os transeutes, sob pena de multa de 50\$000”.²⁰⁵

Francisca da Silva era uma prostituta que havia sido denunciada por Manoel de Oliveira Marinho, que afirmava que ela possuía “o hábito de exhibirse na porta em trages menores”²⁰⁶, deixando a cargo das autoridades policiais as providências necessárias.

Outro caso registrado foi o de Manoel José Gonçalves que denunciou José Gomes Cargo por ter, em seu estabelecimento, algumas prostitutas que constantemente cometiam imoralidades.²⁰⁷ A figura da prostituta carrega consigo as representações de imoralidade, com isso, a vigilância às prostitutas seguia um padrão estigmatizador, pois qualquer que fosse a forma de sociabilidade das prostitutas – embriaguez, trajes provocantes, risadas espalhafatosas – eram encaradas como agressão à moral pública.

A prostituta Elvira Alves, “assidua frequentadora das delegacias policiaes”, foi recolhida à delegacia do segundo distrito por ter insultado sua vizinha Herothides Celazans. Elvira era bem conhecida pelas autoridades policiais e, ao se reencontrar com sua vizinha na sala do delegado, continuou a insultá-la. O caso foi publicado na imprensa, que não economizou nas projeções pejorativas de Elvira.

Mas, a Elvira, que como já dissemos gosta immensamente do xadrez, não se conformou com a repreensão que lhe dera a dita autoridade e continuou a

²⁰⁴ Código de Posturas do Município de Manáos. Lei nº 639 de 13 de setembro de 1910. Capítulo XII – *Conveniencia e moral públicas*. pp. 39-40. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²⁰⁵ Idem. p. 42.

²⁰⁶ Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas. 22 de janeiro de 1913. Livro nº 05. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²⁰⁷ Chefatura de Polícia. 25 de março de 1913. Livro nº 05.

insultar Herothides. Finalmente foi satisfeita a sua vontade, pois passou algumas horas detidas e depois mandada em paz, saiu ainda resmungando por achar pouco o tempo que passou na sua predileta casa.²⁰⁸

Foram registradas três ocorrências de agressão física, sendo a primeira solicitada por Francisco Junior contra a prostituta Maria Jorge, que foi acusada de tentar agredir Francisco com uma navalha.²⁰⁹ A segunda foi registrada por Francisco Tavares de Oliveira, que acusava a meretriz Amelia Gomes Varella de arremessar um copo d' água em suas pernas.²¹⁰ O terceiro caso foi de agressão a uma prostituta. O acusado, de nome Antonio, permaneceu impune, pois na ocasião de sua prisão, o mesmo fugiu.

23 de maio de 1913. O agente Abel Moraes, da Delegacia do 2o. Districto, scientificou a esta que, hontem ás 5 e ½ horas da tarde, encontrara um individuo de nome Antonio espancando uma meretriz, o qual, ao ser preso, evadouse em um automovel.²¹¹

Nos registros do dia 23 de maio de 1913, nota-se que a ocorrência de violência à prostituta foi apenas notificada no livro da Chefatura, sem mais observações, constando apenas nos registros acima que seriam tomadas as providências em relação aos outros casos. Outro ponto curioso é sobre a violência contra as prostitutas, pois talvez os crimes contra elas fossem ocorrentes, mas não fossem registrados por medo das autoridades ou pela falta de seriedade com que suas ocorrências seriam tratadas.

Estabelecida como um dos fatores mais degradantes, a embriaguez também causava preocupações para as autoridades. Acreditava-se que o abuso do álcool “estraga o organismo, obscurece a intelligencia e faz desaparecer todos os sentimentos bons”.²¹² O indivíduo, sob o efeito do

²⁰⁸ A Capital. 31 de julho de 1917. Nota: *Atravez da cidade. Elvira não se corrige. Está sempre no ponto*. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

²⁰⁹ Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas. 22 de abril de 1913. Livro nº 05. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²¹⁰ Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas. 10 de junho de 1913. Livro nº 05. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²¹¹ Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas. 23 de maio de 1913. Livro nº 05. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²¹² Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Sr. Silverio José Nery. 1904, p. 210. Disponível: hemerotecadigital.bn.br

álcool, era visto com repugnância e com certa vulnerabilidade à execução de graves crimes. Inclusive, o aumento da criminalidade era atribuído à embriaguez, a qual era alvo de repressão e penalidades. Desejava-se a proibição de consumo de bebidas alcoólicas nas ruas, praças, cafés, teatros e demais lugares públicos.

O Estado deveria “estabelecer medidas para reprimir a embriaguez, dificultando a instalação e abertura de estabelecimentos de bebidas”.²¹³ Planejava-se limitar o período de venda de bebidas, aumentar os impostos ou definitivamente proibir a venda, e, por fim, dificultar o acesso aos menores de idade e punir por meio de multas os atos embriagados.

No rol das ocorrências por motivo de “ofensas”, encontramos o registro de Augusto Ribeiro da Costa que prestou queixa contra Maria Carlota da Conceição e Candida Gomes da Silva. As duas mulheres exerciam o ofício do meretrício e eram inquilinas de Augusto, e “diariamente, em estado de embriaguez, o offendem com palavras”.²¹⁴

Segundo Edinea Mascarenhas²¹⁵, a relação estatística referente aos anos de 1895-1910 apresenta a embriaguez como responsável pela maioria das prisões feitas no período. O Código de Posturas do Município (1896) proibia o estado de embriaguez e a venda de bebidas alcoólicas: a multa correspondia ao valor de 30\$000 réis. A autora complementa que não apenas no interior do Amazonas, mas inclusive na cidade de Manaus, o uso e abuso do álcool eram abundantes.

Em 1903, na subprefeitura de segurança pública da capital do Amazonas, foi enviado um relatório para o juiz de órfãos, onde constava que algum destino deveria ser dado às menores Albina Monteiro Brigida e Ursula Monteiro Brigida, que estavam sob a guarda de sua mãe, a qual “além de ser prostituta, da-se ao vício da embriaguez, promovendo nesse estado, desordens continuas.”²¹⁶

²¹³ Idem.

²¹⁴ Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas. 4 de novembro de 1913. Livro nº 05. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²¹⁵ DIAS, op. cit., p. 136.

²¹⁶ Sub-prefeitura de segurança pública da capital do Estado do Amazonas, n. 34. Manáos, 2 de agosto de 1903. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

Doutor Cesare Lombroso compreendia as prostitutas como mulheres sem laços afetivos maternos e familiares que, ao contrário da medicina francesa, tornava-as uma espécie de “irmãs intelectuais dos criminosos natos”. Ele as considerava donas de um caráter perverso, sem afetos com os humanos, mas demasiadamente apaixonada por animais de estimação, com fortes atrações por roubos, extorsão, bebidas alcoólicas, brigas e demais confusões.²¹⁷ As associações do “negativo” englobaram parte das concepções produzidas sobre a prostituição.

O ponto de vista do médico francês Parent-Duchâtelet era oposto ao de Lombroso, que atribuía às prostitutas certa solidariedade entre elas mesmas, funcionando como um mecanismo de defesa e instinto materno.²¹⁸

Em outubro de 1904, em Manaus, foram apresentadas ao juizado de órfãos duas crianças: Emilia, de oito anos, e Antonio, de seis anos de idade. As crianças eram filhas de Antonia d' Oliveira, a qual exercia a profissão de prostituta e os tratava com muita severidade e rigorosos castigos. Foi relatado que Antonia tirou a roupa de um de seus filhos e o amarrou numa árvore e passava sal nos machucados. Pediam-se providências para a guarda das crianças e a punição da mãe.²¹⁹

Nessa realidade, podemos considerar que grande parte dos setores públicos eram dirigidos por homens, que elaboravam e executavam as leis, as normatizações e prescrições. Como foi abordado por Ivonete Pereira²²⁰, eram definidos os papéis masculinos e femininos inseridos numa noção de moralidade. Com isso, as prostitutas estavam sob vigilância e desqualificação pelas autoridades e pelo restante da população, considerando qualquer tipo de violência às prostitutas como algo banal.

Na trajetória de construir um pedaço do cotidiano vivenciado pelas prostitutas na cidade de Manaus, no apagar das luzes do século XIX e início do XX, a partir das representações dos indivíduos de outro tempo, observa-se algumas práticas que permanecem e outras que são ressignificadas, dando

²¹⁷ RAGO (2008), op. cit., p. 188.

²¹⁸ Idem. p. 189.

²¹⁹ Subprefeitura de segurança pública da capital do Estado do Amazonas, nº 228. Manáos, 28 de outubro de 1904. Disponível: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

²²⁰ PEREIRA, Ivonete (2004) op. cit., p. 116.

espaço para perceber as “continuidades e as mudanças”.²²¹ Diferente da prostituição de luxo, vista como “necessária”, o baixo meretrício continua tendo sua prática estigmatizada às doenças física e moral.

E as Antonias, Cecílias, Elviras e Raimundas do século XXI? Essa preocupação nasce com o ofício do historiador. Talvez as continuidades e rompimentos sejam perceptíveis, contudo, deve-se considerar que muitas particularidades podem ser reveladas nas entrelinhas das evidências. A rapidez tecnológica que cerca nossa realidade hodierna faz da prostituição uma forte rede de negócios, que “é um dos poucos que nunca fecham as portas”²²². De fato, a prostituição para nós, historiadores, consiste num universo de possibilidades de pesquisa, mostrando que por trás dos estigmas existem vidas, existem experiências.

²²¹ Idem (2004), op. cit., p. 126.

²²² FÁVERI, Marlene de. *As piriguetes de Floripa – práticas contemporâneas de propagandas de sexo pago*. In: Fáveri, Marlene de; Silva, Janine Gomes & Pedro, Joana Maria. *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010. p. 23.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do transcurso do século XIX e XX, a cidade de Manaus foi representada como um palco de grandes transformações econômicas, sociais, culturais e urbanas.

Anteriormente a essas transformações, mostramos as representações da cidade de Manaus e sua população, que refletiam em aspectos de uma cidade sem grandes movimentações. Os relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram na cidade nos mostram a diversidade de representações produzidas sobre a cidade de Manaus.

Alfred Wallace registrou que a cidade crescia num terreno desigual e desalinhado, com as ruas cheias de buracos e sem calçamento, ou num conjunto de casas prestes a desmoronarem, porém, com futuro comercial garantido, como relataram o casal Louis e Elizabeth Agassiz. Robert Avé-Lallemant, ao contrário do casal Agassiz, observou a existência de firmes prédios em estilo europeu e os quintais das casas repletos de pomares. E ainda, Paul Marcoy observou o uso da moda francesa entre a população.

As imagens produzidas da cidade de Manaus foram diversas, mas que nos mostram a dinâmica cidadina. E na tentativa de buscar uma cidade ideal, muitos foram desfavorecidos, e é nesse contexto que surge uma outra cidade, suja, feia e desalinhada, que abrigavam os classificados como “os piores tipos”: *prostitutas, bêbados, cáftens*, entre outros, tidos como indesejáveis.

Constantemente, esses personagens apareciam nas falas das autoridades e nas páginas dos jornais. Medidas foram tomadas através da criação de códigos, leis e normatizações para controlá-los. Contudo, esses sujeitos resistiam aos meios de dominação e continuavam suas práticas, algumas vezes nos mesmos lugares.

No final do século XIX, parte da imprensa manauara dedicava-se às notificações das necessidades de transformações da cidade, ora reclamando da falta de arborização, de limpeza nas ruas e praças, pedindo a retirada de indigentes das ruas, ora exaltando as reformas e inaugurações dos novos prédios públicos.

Aumentavam-se as proibições: gritar, fazer barulho, proferir palavras obscenas, vestir-se de forma inadequada, jogar, beber. Aumentava-se também o policiamento, mudava-se a organização policial. Nos jornais eram anunciados os “indesejáveis”, que subvertiam todas as regras impostas à população, embriagando-se, criando clandestinamente novas casas de jogos e as prostitutas, que permaneciam trabalhando nas ruas. À medida que uns saíam de Manaus, muitos outros entravam. Evidentemente, o descontrole parecia estar no controle.

As medidas policiais também estavam centradas em prevenir a desordem, incluindo nesses delitos: a vadiagem, a embriaguez, a jogatina, a prostituição. E a repressão dos atos inadequados e da prostituição era endossada pelos poderes públicos, sendo esta última muito debatida entre as autoridades, entre jornalistas e por parte da população que escrevia para os jornais.

Cada vez mais na imprensa podemos notar denúncias e pedidos de providências em relação a casas de tolerância na cidade, a ocupação de prostitutas nos botecos e os indivíduos desocupados que por ali circulavam. Também foram denunciados os hotéis que funcionavam como casas de prostituição.

Da mesma forma, focamos nas representações da prostituição, observando que, parte dos discursos sobre a prostituição, considerou a prática como um mal necessário, entretanto, tornou-se perceptível que esse mal necessário correspondia à prostituição de luxo, que atendia às demandas das próprias autoridades locais. Nossos estudos foram concentrados nas representações da baixa prostituição, prática que foi claramente associada à criminalidade e propagação de doenças.

Os debates sobre a regulamentação da prostituição apareceram como uma espécie de suspiro de um reconhecimento do mercado e da profissão, mas notamos principalmente, como uma estratégia de controle. Contudo, constatamos que a moralidade cristã conduzia grande parte dos discursos elaborados por juristas e médicos. Muitos se voltavam contra a regulamentação e difundiam que a aprovação implicaria num parecer que a sociedade daria para a propagação da imoralidade, do deboche e depreciação da mulher.

A polarização da imagem da prostituta também foi foco de nossas análises. Mostramos que ora a prostituta era a criminosa e rebelde que se prostituía para fugir de suas atribuições de mãe e dona do lar, ora era a pobre infeliz, vítima de uma situação econômica ou era obrigada a ser explorada por seu cáften.

Nessa perspectiva, podemos observar que, quando a prostituta era vista exercendo seus trabalhos por conta própria sem ter alguém a gerenciando, aquela mulher era vista como uma devassa, aliciadoras de jovens rapazes, a rebelde e vilã. E, quando uma prostituta era flagrada sob gerenciamento, era a pobre explorada e infeliz. Nesse caso, evidenciamos as batalhas declaradas contra os cáftens na imprensa.

Compreendemos a prostituição sob um contexto de vigilância, dentro e fora das casas de tolerância ou de suas próprias casas. Os locais públicos da cidade não eram tão públicos, pois, não só as prostitutas, mas outros indivíduos foram expulsos desses locais para que suas presenças não incomodassem os belos passeios das distintas famílias.

Mesmo tendo suas vidas cotidianas vigiadas e perseguidas, as prostitutas resistiram com suas práticas, sob constantes denúncias da população ou da imprensa, algumas sendo detidas e multadas. Talvez persistissem por encararem as perseguições como “faz parte da profissão”.

Vimos também a prostituição a partir das perspectivas médico-higienistas, que pensaram a prostituição como doença moral e física e basearam parte de seus saberes em preceitos cristãos, que condenavam o corpo profano e justificavam o aparecimento de doenças como um meio de punição por uma vida mundana. Claramente, para os poderes públicos a prostituição representava uma ameaça à integridade das famílias, da saúde e da moral.

Manaus não se diferenciou de outras cidades brasileiras, como vimos ao longo do trabalho, e o contexto da demasiada preocupação com a salubridade e higiene da cidade eram também aspectos comuns. Uma população sem hábitos higiênicos resultou em surtos epidêmicos pela cidade de Manaus, nesse caso, a medicina era introduzida como mecanismo propagador de hábitos saudáveis.

As doenças venéreas eram forte alvo de preocupação e associação à prostituição pelos poderes públicos. Os programas de profilaxias das moléstias contagiosas associadas à prostituição consistiam em certa ambiguidade, pois, as profilaxias poderiam ser compreendidas como um meio de “regulamentação” em sua vertente sanitária, contudo, os programas não davam reconhecimento da prostituição como profissão, mas sim como principal meio de contaminação.

As fichas do programa de profilaxia no Amazonas analisadas mostram que essa política de combate às doenças venéreas consistia numa forma de os poderes públicos terem conhecimento de quem eram as mulheres doentes, quais suas condições sociais e, de um modo geral, poder elaborar algum discurso sobre a prática. Evidentemente, o programa reflete uma forma de tratamento disponível e não obrigatório, pois nem todas as prostitutas submetidas aos exames médicos retornavam aos seus tratamentos.

De certa forma, os poderes públicos não procuraram incluir aquelas mulheres na sociedade, e sim notamos que, dentro do discurso médico, ocorria o processo legitimador, estigmatizador e excludente. A abordagem da prostituição como tema nos estudos e trabalhos de medicina legitimou-a como uma prática alvo de interferência médica. A doença toma uma proporção de controle da população que, por medo de contrair alguma doença, mantinha-se vigilante e combatia junto aos poderes públicos as práticas e permanências das prostitutas.

Por fim, tratamos das prostitutas e os casos de polícia, que no contexto de vigilância e repressão faziam parte dos diversos mecanismos de poder utilizados pelos poderes públicos. A polícia se encarregaria de proteger a moralidade pública e se manteria disponível para atender alguma necessidade da população quanto à segurança.

No cotidiano da prostituição, observamos que muitos casos envolvendo prostitutas eram registrados, sendo a maioria por motivos de insultos, roubos, brigas, dívidas, que envolviam constantemente, além das prostitutas, também clientes, vizinhos e comerciantes. Os registros mostram que o número de prostitutas na cidade era considerável, e na maioria dos casos o lugar o cliente não foi questionado.

Não trato aqui de defender as prostitutas e condenar os acusadores. Coloco-me no papel de iniciar o universo de possibilidades existentes no processo de interpretação dos casos, ficando abertas ao leitor suas próprias análises e interpretações.

Podemos observar que, independente dos discursos que eram propagados contra a prática da prostituição, as intervenções eram semelhantes uma a outra, pois, seguiam o mesmo padrão de repressão, prescrição e estigmatização. Os dois livros da Chefatura de Polícia mostram que regularmente prostitutas paravam nas delegacias, por insultos, dívidas, agressões ou por ofensas à moral.

O Código de Posturas do Município de Manaus seguia com suas padronizações de forma geral, proibindo ofensas à moral. Em 1910, o Código já englobava especificamente normatizações para as meretrizes, proibindo-as de conversarem nas janelas com os transeuntes.

Também encontramos algumas prostitutas que tinham problemas com a justiça e que possuíam o hábito da embriaguez, algumas delas obtendo problemas com a guarda de seus filhos e outras que haviam sido denunciadas por maus tratos

De forma geral, esses reflexos apresentados no percurso do trabalho podem nos levar aos questionamentos atuais referentes ao mundo da prostituição. Ou até adentrar o cotidiano da prostituição no tempo presente, a fim de compreender quais as interferências enfrentadas pelas prostitutas do século XXI. Tentando delinear o cenário ambíguo das prostitutas de rua e das prostitutas dos “puteiros”, não precisamos ir muito longe: nas ruas do centro da cidade de Manaus, culturalmente conhecidas como zonas de prostituição, como Itamaracá e Lobo D' Almada, podemos observar que essa prática permanece a todo vapor.

REFERÊNCIAS

1. Documentos Oficiais

Código Municipal de Manaus – 1893, 1904, 1910;

Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, sr. Silverio José Nery – 1901, 1902, 1904;

Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, sr. Jonathas de Freitas Pedrosa – 1904;

Mensagem do Governador do Estado do Amazonas. Antonio Constantino Nery. 1905;

Mensagem a Assembléia Legislativa do Estado em sua reunião extraordinária de 15 de dezembro de 1925;

Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa pelo Exmo. sr. Antonio Monteiro de Souza. 1927;

Relatório de Balanço Geral da Santa Casa de Misericórdia (1906). Anexo 3;

Regimento Interno do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia de Manáos;

Relatório de Balanço Geral da Santa Casa de Misericórdia (1906). Anexo 3;

Relatórios e contas da Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas. Mapa Nosológico do Hospital em 1906;

Livro de Profilaxia das doenças venéreas do meretrício no Amazonas. 1925;

Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas. 1910. Ofícios expedidos 1a. Seção. Livro n. 14;

Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas. 1913. Livro n. 05;

Ofícios da Sub-prefeitura de segurança pública da capital do Estado do Amazonas, n. 34. Manáos, 1903;

Ofícios da Sub-prefeitura de segurança pública da capital do Estado do Amazonas, n. 228. 1904;

2. Jornais

A Capital. 12 de março de 1918;
A Capital. 28 de julho de 1917;
A Capital. 31 de julho de 1917;
A Capital. 10 de dezembro de 1917;
A Opinião. 1 de janeiro de 1910;
Commercio do Amazonas. 18 de outubro de 1898;
Commercio do Amazonas. 7 de dezembro de 1898;
Commercio do Amazonas. 27 de dezembro de 1898;
Commercio do Amazonas. 29 de janeiro de 1899;
Commercio do Amazonas. 14 de março de 1899;
Commercio do Amazonas. 29 de Março de 1899;
Commercio do Amazonas. 4 de abril de 1899;
Commercio do Amazonas. 18 de abril de 1899;
Commercio do Amazonas. 23 de Junho de 1899;
Commercio do Amazonas. 18 de outubro de 1899;
Commercio do Amazonas. 17 de novembro de 1900;
Correio do Norte. 03 de fevereiro de 1906;
Correio do Norte. 2 de setembro de 1910.
Holophote. 30 de Julho de 1905.
Holophote. 05 de outubro de 1905.
Holophote. 31 de Dezembro de 1905.
Imparcial. 14 de junho de 1918.
Imparcial. 18 de setembro de 1918;
Jornal do Commercio. 29 de janeiro de 1904;
Jornal do Commercio. 31 de janeiro de 1904;
Jornal do Commercio. 13 de março de 1904;
Jornal do Commercio. 16 de março de 1904;
Jornal do Commercio. 18 de março de 1904;
Jornal do Commercio. 1 de maio de 1905;
Jornal do Commercio. 19 de abril de 1906;
Jornal do Commercio . 20 de abril de 1906;

Jornal do Commercio. 17 de setembro de 1909;
 Jornal do Commercio. 07 de fevereiro e 02 de dezembro de 1913;
 O Chicote. 6 de julho de 1913;
 O Chicote. 12 de julho de 1913;
 O Chicote. 2 de agosto de 1913.
 O Foguete. 11 de dezembro de 1900.
 O Jornalsinho. 6 de outubro de 1902.
 O Jornalsinho. 27 de Outubro de 1902.
 O minimo. 1 de julho de 1918;
 O minimo. 3 de julho de 1918.
 O Raio X. 21 de novembro de 1912.
 Quo Vadis? (AM). 5 de maio de 1903.
 Quo Vadis? (AM). 9 de maio de 1903.
 Quo Vadis? (AM). 23 de dezembro de 1903.

3. Viajantes e sanitaristas

AGASSIZ, L.; Agassiz, E. C. **Viagem ao Brasil: 1865 – 1866**. Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas (1859)**. Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

CAMPOS, Hermenegildo. **Climatologia Médica do Estado do Amazonas**. Manaus: A.C.A., 1988.

WALLACE. A. R., **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MARCOY, Paul. **Viagens pelo Rio Amazonas**. Trad. Antonio Porro. 1º. Ed. Em português. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do

Amazonas, 2001.

4. Referências bibliográficas

ADLER, Laure. **Os bordéis franceses, 1830-1930**. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1991.

ALENCAR, José. **Lucila**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: Edunb, 1993.

ANDERSON, Michael. **Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914**. Lisboa: Editorial Quero, 1984.

ANDREAS-SALOMÉ, Lou. **O Erotismo Seguido de Reflexões sobre o Problema do Amor**. Tradução Antônio Daniel A. de Abreu. São Paulo, Ed. Princípio, 1991.

A POLLINAIRE, Guillaume. **As façanhas de um jovem Don Juan. Tradução de Marina Francis. São Paulo, Editora Max Limonad LTDA, 1986**.

BARTHES, Roland. **Fragments de Um Discurso Amoroso**. Tradução de Hortência dos Santos. 5ª edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1985, 198 p.

BATAILLE, George. **O Erotismo**. Tradução de Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987, p. 255 p.

BAUDRILLARD, Jean. **Da Sedução**. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

BELLINI, Ligia. **A coisa Obscura: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

BOLOGNE, Jean Claude. **História do pudor**. Tradução de Telma Costa. – Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa, Portugal: Teorema, 1990, 443 p.

BOXER, C. R. **O Culto de Maria e a prática da misoginia. In: A mulher na expansão Ultra Marina Ibérica**. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO, Sérgio. (org.). **Os Sentidos da Paixão**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, F.J.V. **Delitos contra a honra da mulher**, 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Heloisa Lara Campos. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: Edua, 2005.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

DERRIDA, Jaques. **Paixões**. Tradução Lóriz Z. Machado – Campinas, SP: Papyrus, 1995, 62 p.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Manaus: Valer, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DONNE, Marcella Delle. **Teorias Sobre a Cidade**. Tradução José Manuel de Vasconcelos. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1983.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios**. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 214 p.

ELIAS, Norberto. **O Processo Civilizador**. Tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2v. 1993.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FÁVERI, Marlene de. **As piriguetes de Floripa – práticas contemporâneas de propagandas de sexo pago**. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes & PEDRO, Joana Maria. **Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

FLANDRIN, Jean-Louis. **O Sexo e o Ocidente: Evolução das atitudes e**

dos comportamentos. Tradução Jean Progin. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988, 365 p.

FONTANELLA, Francisco Cock. **O corpo no limiar da subjetividade.** Prefácio de Newton Aquiles Von Zuben. Piracicaba: Ed. Unimep, 1995, 136 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 3: o cuidado de si.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Tradução M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, 7. ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 36 Edição. Petrópolis, Vozes, 2009.

GAMA, Rosineide de Melo. **Dias Mefistofélicos: A Gripe Espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919).** Manaus, UFAM, 2013. Dissertação de Mestrado em História.

LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulher e seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas 1880-1920.** Manaus, UFAM, 2010. Dissertação de Mestrado em História.

LAWNER, **As cortesãs do renascimento.** Tradução Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 201 p.

LE GOFF, Jacques. **A Nova História.** Tradução Ana Maria Bessa, Lisboa-Portugal, Edições 70, 1989.

LEME, Edson Holtz. **Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição.** Londrina: EDUEL, 2005.

LIMA, Lana Lage da Gama (Org.). **Mulheres, adúlteros e padres.** Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.** Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 294 p.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** Tradução Maria Cristina Tavares Afonso. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1988.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930).** Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1992.

- MORGA, Antônio Emilio (Org.). **História das Mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis. Letras Contemporâneas/ Ed. Argos. 2001, 285 p.
- MORGA, Antonio Emilio. **Práticas Afetivas Femininas em Nossa Senhora do Desterro no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Setor de Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1994.
- MORGA, Antonio Emilio. **Nos subúrbios do desejo: masculinidade e sociabilidade em Nossa Senhora do Desterro no século XIX**. Manaus: EDUA, 2009.
- NOVAES, Adauto(Org.). **O Desejo**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1990.
- PEREIRA, Ivonete. **“As Decaídas”. Prostituição em Florianópolis. (1900-1940)**. Florianópolis: UFSC, 2004.
- PERROT, Michelle. **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra** vol. 4. Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1991.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da cidade. Visões literárias do urbano**. Porto Alegre, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PINHEIRO, Maria Luiza U. **A Cidade Sobre os Ombros. Trabalho e Conflito no Porto de Manaus: 1899-1925**. Manaus: Edua, 1999.
- PINHEIRO, Maria Luiza U. **Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2001.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar-Brasil, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- RIBEIRO, Renato Janine.(org.). **A Sedução e suas Máscaras: ensaio sobre Don Juan**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

- ROSSIAUD, Jacques. **A Prostituição na Idade Média**. Tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ROUSSELLE, Aline. **Pornéia: sexualidade e amor no mundo antigo**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1. ed. 1983.
- SANTOS, Fabiane Vinente dos. **Mulher que se admira, mulher que se deseja e mulher que se ama: sexualidade e gênero nos jornais de Manaus. (1890-1915)**. Manaus: UFAM, 2005. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia.
- SCOTT, Joan Wallach. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- SCOTT, Jean. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução Christina Rufino Dabat. Recife, 1991.
- SILVEIRA, Alfredo Baltazar. **A Regulamentação do Meretrício**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915.
- SOUZA, Gilda de Mello. **O Espírito das roupas: a moda no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- VEYNE, Paul. **A Elegia Erótica Romana: O amor, a poesia e o Ocidente**. Tradução Milton Meira do Nascimento e Maria de Souza Nascimento. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2000.
- VIGARELLO, Georges. **História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XIX**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo: A Higiene do Corpo desde a Idade Média**. Tradução de Isabel St. Aubyn. Lisboa-Portugal, Editorial Fragmentos, 1988.
- VINCENT-BUFFAULT, Anne. **Da Amizade : Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- VINCENT-BUFFAULT, Anne. **História das Lágrimas: XVIII-XIX**. Tradução Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.